

RELATÓRIO DE GESTÃO. 2016



ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	15
Nota Prévia	15
Enquadramento Macroeconómico	15
Principais Resultados	16
II – ATIVIDADES	21
Coesão Social.....	22
Economia e Emprego	26
Inovação	29
Cultura (e Ciência)	31
Urbanismo e Reabilitação Urbana	36
Educação.....	38
Juventude	44
Turismo.....	45
Segurança	46
Desporto e Animação	47
Mobilidade e Transportes	49
Ambiente e Qualidade de Vida	53
Governância da Câmara.....	58
III – RELATÓRIO FINANCEIRO	67
ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	67
1. Principais destaques	67
2. Equilíbrio Orçamental.....	68
3. Análise da Despesa	70
4. Análise da Receita	87

5. Movimentos de Tesouraria	93
SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	95
6. Análise do Balanço.....	95
7. Análise da Demonstração de Resultados	98
8. Endividamento.....	100
9. Proposta de aplicação de resultados.....	101
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	

LISTA DE ABREVIATURAS

EM – Executivo Municipal

DMP – Direção Municipal da Presidência

DMFP - Direção Municipal de Finanças e Património

DMRH - Direção Municipal de Recursos Humanos

DMCC - Direção Municipal da Cultura e Ciência

DMPCASU - Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos

DMMGVP - Departamento Municipal de Mobilidade e Gestão Via Pública

DMU - Direção Municipal de Urbanismo

DMSI - Direção Municipal de Sistemas de Informação

PM – Polícia Municipal

BSB – Batalhão de Sapadores Bombeiros

DMSJ - Direção Municipal de Serviços Jurídicos

DME - Departamento Municipal de Educação

DMCT - Departamento Municipal de Comércio e Turismo

DMF - Departamento Municipal de Fiscalização

DMDS - Departamento Municipal de Desenvolvimento Social

Mensagem do Presidente

Este é o último relatório de prestação de contas que o atual executivo municipal apresenta à cidade. Em final de mandato, no presente mandato, sentimo-nos na obrigação de fazer um enquadramento mais profundo de prestação de contas, não apenas contabilisticamente, mas também no que diz respeito ao cumprimento político do programa de governo do Porto.

Bem sabemos que a gestão de um município depende hoje de inúmeros fatores. Muitos deles não dependem da vontade política dos eleitos locais. Portugal, sendo um país historicamente centralista, continua a desconfiar do poder local, mesmo quando, como é o caso do Porto, a gestão rigorosa e responsável é modelo para o País.

Neste mandato e no cumprimento dos vários orçamentos apresentados nos últimos quatro anos, foram, apesar de tudo, conseguidos alguns ganhos de autonomia política e financeira. O conhecimento mais pormenorizado das colectas de IMI e IMT e a autonomia em matéria de diferenciação do IMI, são conquistas importantes que, a partir da publicação do Orçamento de Estado de 2017, vêm dar maior capacidade de decisão aos autarcas em matéria fiscal.

O reconhecimento por parte do Estado dos direitos que o Município do Porto possuía a propósito de património da STCP e do Aeroporto do Porto assume também um impacto significativo e concreto, não apenas nas contas do Município, mas na sua própria dignidade política e na qualidade de vida dos cidadãos. A construção do terminal intermodal de Campanhã, anunciada e prometida há uma década e meia, será uma realidade que resulta desta negociação com o Estado Central, e o seu projeto já foi selecionado num concurso de absoluta transparência.

O encerramento destes e de outros diferendos históricos entre o Estado central e o Município do Porto, que em alguns casos duravam há décadas e vinham mesmo do Século passado sem resolução, são um sinal positivo de afirmação política da cidade e de vontade do Estado em pacificar a sua relação com o poder local. Para isso contribuiu, também, o esforço de apaziguamento com municípios vizinhos. Assim se fechou o processo da Ponte do Infante, assim se conseguiu um consenso relativamente à Circunvalação e às margens do Douro, assim se pode avançar com a intervenção ambiental no Rio Tinto, já em curso.

Todavia, o problema do centralismo continua a penalizar as autarquias e a sua capacidade em corresponderem às expectativas dos cidadãos. As normas do Orçamento de Estado continuam a limitar a capacidade de decisão e a autonomia dos autarcas e, em particular, de autarquias que, de forma duradoura e sustentada, apresentam relatórios de prestação de contas, como o presente, sem mácula. Autarquias essas, como é o caso do Porto, que são duplamente penalizadas porque estão sujeitas a um garrote que se destinava aquelas que

não cumpriram e que, no entanto, foi aplicado a todas as autarquias, e porque, através do FAM, continuam a ser obrigadas a fazer transferências solidárias de recursos que, a serem necessárias, deveriam ser pagas pelo estado central.

As questões relacionadas com a contratação e gestão de recursos humanos ou da simples autonomia das autarquias para estabelecerem livremente os valores do arrendamento social que praticam, merecem especial crítica numa altura em que se fala de delegação de competências. Competências que só podem ser assumidas pelas autarquias se houver o consequente ajustamento de recursos orçamentais e de recursos humanos.

O presente relatório, tal como todos os que até hoje apresentamos, demonstram ainda uma realidade para a qual a Câmara do Porto alertou, e que se prende com a aplicação muito limitada de fundos do Portugal 2020. Os atrasos no processo e os erros nas opções tomadas na gestão do Quadro Comunitário foram denunciados pelo Município em tempo, ainda, de serem tomadas melhores opções. A voz do Porto fez-se ouvir, logo no início do mandato. Infelizmente, o cenário que então o Porto denunciou correspondia a um receio fundado. E disso resultou que cumpríssemos um mandato quase sem aplicação de fundos comunitários, pelo menos do Portugal 2020.

Fomos competentes na captação do "overbooking", dos fundos que restavam do chamado QREN, financiando obras já lançadas e não cofinanciadas quando se iniciou o mandato, mas muito mais se poderia ter feito se o processo de aplicação dos fundos estruturais, lançado ainda pelo anterior Governo, tivesse sido mais célere e tivesse atribuído ao poder local a capacidade de gerir e aplicar uma parte mais significativa dos recursos.

Apesar de todas estas contrariedades, a Câmara do Porto pode hoje orgulhar-se de ter trabalho para mostrar. Fruto da dinâmica económica, social e cultural da cidade; fruto da extraordinária capacidade empreendedora do tecido económico privado do Porto; fruto da capacidade de formação da Academia, nomeadamente da Universidade do Porto e do Instituto Politécnico (mas também do sector privado); e fruto, claro, também das ações da autarquia, foi possível impulsionar a cidade para um período de extraordinário desenvolvimento.

Com o turismo a crescer a dois dígitos há quatro anos, criando valor e emprego, e impulsionando de uma forma extraordinária a reabilitação urbana, o Porto não se quis ficar por aí. A criação da Invest Porto, uma estrutura totalmente municipal que se destina à atração e ao acompanhamento de investimento externo e interno, foi fulcral para que as dinâmicas de visibilidade se transformassem em investimento efetivo nas áreas empresarial e industrial, com enfoque especial nas empresas de base tecnológica.

Se o turismo é um excelente instrumento de dinamização comercial da cidade, criando emprego não especializado que, na atual conjuntura do País, é estratégico desenvolver, a área do investimento tecnológico é, igualmente fundamental e representa o passo seguinte, que o Porto, há décadas, procurava.

Os frutos deste ciclo estão bem evidentes no acelerado processo de reabilitação urbana em curso. Os números apresentados pela Sociedade de Reabilitação Urbana mostram que nos últimos três anos, com especial relevância para o último, se bateram todos os recordes na recuperação do património - 60% desses processos de reabilitação destinam-se à habitação, 23% ao comércio e o restante ao turismo.

Empresas como a Euronext, a Critical ou o Natixis escolheram o Porto, de entre dezenas de candidatas em todo o Mundo, para instalarem importantes centros de desenvolvimento tecnológico e grandes investidores nacionais optam hoje pela criação de condomínios empresariais especializados na cidade, como é o caso do “District”, que agora ocupa o recuperado e importante edifício do antigo Governo Civil do Porto, perto da Praça da Batalha.

Também os níveis de desenvolvimento humano representaram ação primordial deste executivo. Os investimentos realizados na área social, garantindo a cerca de doze mil famílias habitação digna e reabilitada, são enormes e consumiram uma parte representativa do orçamento, ainda que o Estado central, ao contrário do que acontecia até 2011, se tenha alheado do problema e tenha deixado de participar estes investimentos.

E, por isso, a Câmara do Porto investiu numa nova política complementar de ajuda às famílias necessitadas e em risco de perderem as suas casas, ou por não conseguirem pagar as amortizações e juros dos seus créditos à habitação, ou por não terem recursos para continuar a pagar o arrendamento. Foram, assim, apoiadas, até 2016, mais de mil famílias através do Fundo de Emergência Social, um instrumento 100% financiado pela Câmara do Porto que, com critério, aliviou a pressão sobre o parque de arrendamento social municipal, e resolveu, efetivamente, os problemas mais prementes de muitas famílias.

Impacto na despesa da Câmara do Porto teve também a nova política de aquisição de património no Centro Histórico da cidade, utilizando o preceito legal, que não era exercido anteriormente, do direito de preferência, através do qual o Município, ao saber de uma transação imobiliária interessante, se substitui ao comprador, adquirindo pelo valor declarado. No caso de estar alugado, é possível assim manter os inquilinos. Se estiver devoluto é, depois de reabilitado, colocado no parque de habitação social, servindo para devolver à Baixa famílias que, há anos, a deixaram para bairros sociais fora do Centro.

Concomitantemente, e pela primeira vez em décadas, o município deixou de alienar imóveis no centro histórico e passou a reabilitá-los com o mesmo fim.

O presente relatório mostra também que a Cultura, da forma como a entendemos, inclusiva, expandida, popular e contemporânea, tradicional e cosmopolita, a cultura para todos, não é um problema orçamental. De uma forma sustentada, a Câmara do Porto tem conseguido, paulatinamente e sem precipitações, devolver os seus grandes equipamentos à cidade, trazer o que de melhor se faz nos bairros para os palcos formais e fazer com que toda a cidade se transforme num enorme palco informal.

Em lugar de subsidiar plateias vazias ou de nos demitirmos de gerir o que, por natureza, é público e é municipal, deixámos que a Cidade Líquida se exibisse. E nem por isso as boas contas do Município se esfumaram. Hoje, temos palcos cheios, de portuenses que se misturam com o que de melhor conseguimos trazer de fora; temos uma Feira do Livro no modelo que queremos e que integra todos, da editora ao alfarrabista; temos os grandes artistas nos bairros, de Campanhã à Foz, e temos um Rivoli como o “theatre de la ville” que prometemos.

É esta cultura, que a cidade exhibe sem preconceito e sem receio, que também contribui para a economia, trazendo visibilidade à cidade e dando-lhe o carácter confortável e interessante que atrai. Atrai visitantes, atrai investimento, atrai os portuenses e atrai, até, os novos portuenses, os novos moradores.

Área que consome, por definição, uma grande parte do orçamento municipal diz respeito ao espaço público. Seja a parte que está destinada ao ambiente, incluindo a limpeza urbana, seja na parte destinada à gestão do trânsito, estacionamento e obras públicas.

O presente relatório reflete duas realidades. A primeira tem a ver com o aumento da receita de estacionamento, por via da concretização de uma concessão de estacionamento à superfície. Tentada no passado, sem sucesso, mesmo recorrendo às mesmas áreas de implantação de lugares pago com que agora foi lançada, a concessão permitiu ao Município um encaixe imediato de oito milhões de euros, além da percentagem de receita que o concessionário partilha com a Câmara do Porto, que é de 54,15%.

Estas receitas têm permitido ao Executivo investir na reabilitação e repavimentação das vias estruturantes da cidade, processo que, tendo causado muitos e naturais incómodos, está agora muito avançado. Algumas delas apresentavam um elevado grau de degradação, hoje superado.

A questão do estacionamento à superfície não é uma mera opção financeira. Trata-se de uma opção política que não tinha grandes alternativas, face à impossibilidade de aumentar os custos com recurso humano para fiscalização que tinha levado a um cumprimento de

pagamento inferior aos 9%. A rotação do estacionamento à superfície, aplicado em todas as cidades de grande ou média dimensão do Mundo, é fundamental para a dinâmica económica de uma cidade, mas é, sobretudo, um extraordinário investimento na qualidade de vida e proteção dos moradores, tendo-se, para tal, baixado o valor de estacionamento anual para os moradores para apenas 25 euros (antes era 207 € ou 411 €, conforme a zona da cidade).

Há cidades, como Lisboa e muitas outras, que têm optado por estender os seus sistemas a toda a malha urbana, seja ela comercial ou residencial. No Porto, mais de 50% da cidade não tem estacionamento pago e os valores praticados mantêm-se estáveis há muitos anos, sendo os mais baixos praticados em cidades de igual ou mesmo menor dimensão na Europa e no País. As zonas onde podem ser implantados parcómetros estão definidas há muitos anos, não tendo sido alteradas.

Igualmente com impacto na mobilidade, vai entrar em vigor o regulamento de transporte turístico. Após um participado processo de reflexão e de debate público, a Câmara do Porto é a primeira a aplicar regras a este tipo de transporte, protegendo as zonas de maior pressão turística e a qualidade de vida dos moradores.

A gestão de tráfego merece também especial destaque, pois entronca na questão do estacionamento e na gestão do espaço público. 2016 foi o ano do investimento no novo Centro de Gestão Integrado, onde se coordena e monitorizam todas as incidências de segurança, proteção civil e mobilidade. A tecnologia aplicada neste dispositivo em 2016, que a autarquia partilha com outras entidades como PSP ou INEM, servirá agora de base ao investimento num sistema moderno de gestão de semáforos e controlos de entrada e saída em ruas pedonalizadas. O concurso, que se encontra em fase de lançamento, mudará por completo um sistema obsoleto que se encontrava contratualizado, que encontrámos e que se sustentava em software que datava de 1993.

A futura gestão da STCP por parte das autarquias servidas pela rede, e onde o Porto assumirá especial relevância, pois nomeará o presidente, completa o círculo virtuoso da gestão da via pública no Porto e da mobilidade dos portuenses.

Quanto ao ambiente, completa-se também um ciclo, uma vez que se encontrava concessionada, pelo anterior Executivo, a duas empresas privadas, a recolha de resíduos em boa parte da cidade. Findo esse ciclo, a Câmara do Porto anunciou em 2016 a mudança de paradigma nesta matéria, através da criação de uma empresa municipal de ambiente e do lançamento de um sistema, que permitirá reduzir os custos mas, sobretudo, aumentar muito a eficiência.

Merecem destaque, no presente relatório, os investimentos na recuperação de parques públicos e na instalação de 15 novos parques infantis, distribuídos por todas as freguesias, ajudando a resolver um défice inaceitável numa cidade do século XXI,

Outra área em que a Câmara do Porto aplica uma fatia considerável dos seus recursos é a da Educação. Em 2016, a autarquia voltou a aumentar os seus investimentos no parque escolar – Pré-Escolar e Primeiro Ciclo, o que está sob sua gestão, garantindo refeições incluindo a distribuição diária do lanche escolar, transporte para visitas de interesse lúdico-pedagógicas e um conjunto assinalável de atividades de coadjuvação e enriquecimento curricular.

O desporto foi, igualmente, um setor de importantes investimentos por parte da Autarquia, que conseguiu, em três anos, duplicar a oferta de espaços públicos destinados ao desporto na cidade. Seguindo uma política de aproveitamento dos equipamentos já existentes, a Câmara protocolou com instituições como o INATEL ou a Faculdade de Desporto espaços que, existindo, estavam subaproveitados, investindo o necessário para os tornar praticáveis, durante mais horas. Especial nota para a reabilitação do Parque Desportivo de Ramalde, hoje em condições de receber atletismo, rugby e futebol.

Muitas outras áreas mereceram atenção e investimento do Executivo em 2016, e espelham-se neste Relatório, que poderá ler e explorar e acerca do qual foi feito um esforço de comunicação, para que se torne mais transparente e mais fácil de apreender por parte de cada munícipe.

Muitas dessas áreas são pouco visíveis, mas muito importantes, como o urbanismo, a fiscalização ou a proteção civil. Desempenham um papel fundamental na gestão e segurança da cidade.

Decisivas são também áreas como a animação, a gestão das obras públicas, do parque municipal de habitação social ou do ciclo da água, áreas geridas sob orientação política do Executivo, mas que ganham a agilização necessária através de empresas municipais. Digase, a propósito destas, que o Porto é um exemplo nacional nesta matéria, terminando o mandato sem endividamento bancário de médio ou longo prazo em qualquer das empresas municipais.

Por tudo isto, o Relatório de Prestação de Contas de 2016 é um documento que deve ser analisado com cuidado, não apenas pelos eleitos locais, nomeadamente no âmbito da Assembleia Municipal e também pelos autarcas de Freguesia, também eles beneficiários de transferências no âmbito da descentralização de competências que operámos, mas por todos os portuenses interessados pela causa pública.

Enquadrados numa premissa que não pode ser mitigada ou esquecida. Este ciclo que agora se fecha é o de um primeiro mandato, estando lançados importantes obras e projetos que serão, seguramente, executados e fechados no ciclo autárquico que se avizinha, sejam quais forem os protagonistas políticos. Refiro-me a processos como o restauro e modernização do Mercado do Bolhão; do aproveitamento do admirável património que representa o Matadouro de Campanhã, que estava entre o património a alienar e que recuperámos para um projeto de cidade equilibrada; da conceção do Museu Miró, sustentado na coleção que o Porto conquistou e de que a Câmara do Porto se responsabilizou, em parceria com a Fundação de Serralves; do projeto de devolução do Cinema Batalha à cidade; da construção do Terminal Intermodal de Campanhã, da reabilitação do Pavilhão Rosa Mota, entre muitos outros que, não estando executados (e seria impossível, no quadro que encontrámos, executar em quatro anos), o serão, irreversivelmente, nos próximos quatro anos.

Ainda quanto ao aspeto da concretização do investimento sublinhe-se o crescimento de 37,4%, pese embora a incorporação tardia (a 27 de Dezembro) de um crédito considerável referente ao Acordo do Porto.

Apenas no presente mandato, o Município do Porto conseguiu reduzir a sua dívida bancária a uma velocidade cinco vezes mais rápida do que se tinha conseguido desde 2001, mesmo que apenas parte do chamado Acordo do Porto esteja cumprido. Por outro lado, sublinho com especial ênfase, tais ganhos não foram obtidos a partir da venda de património. Bem pelo contrário, a venda de ativos no presente mandato foi bastante reduzida e correspondeu, também, à aquisição de edifícios ou terrenos mais úteis à autarquia do que os bens que vendeu. Note-se que a Câmara do Porto tinha, no final de 2016, uma dívida bancária um pouco superior a 28 milhões de euros, o que representa apenas 13% do total do orçamento anual.

Os dados mostram ainda outra realidade. É que, sendo a derrama a receita fiscal que mais se relaciona diretamente com a dinâmica económica das empresas instaladas no Município, são extraordinários os números que evidenciam a tendência crescente da cobrança deste imposto. Mesmo que estes valores devam ser lidos com prudência, não podem restar dúvidas de que evidenciam uma tendência de crescimento da atividade económica no Porto, ainda que o Executivo tenha decidido reduzir a derrama para as empresas com faturação anual inferior a 150 mil euros.

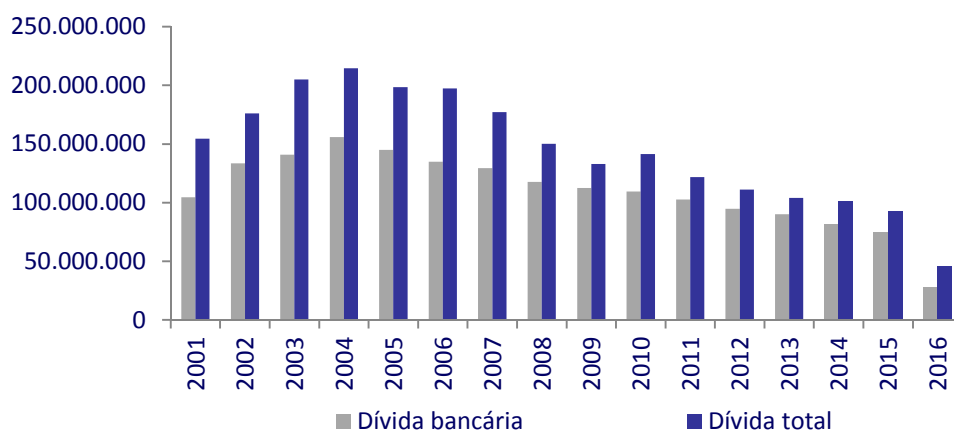
Como presidente do primeiro Executivo maioritariamente composto por independentes, onde soubemos, em nome da governabilidade e a favor da cidade, estabelecer um acordo de governação com o PS e, ainda, incorporar vereadores eleitos pelo PSD, estou, por isso,

orgulhoso. Não apenas pelo nosso trabalho, mas sobretudo pela cidade que hoje vive uma nova dinâmica e, também, um ambiente de pacificação com todas as instituições e agentes económicos. E não se pense que este aspeto não está também refletido no presente documento. Está, na medida em que as pendências financeiras sobre o Município sofreram, no nosso mandato, uma redução extraordinária. Foram fechados acordos históricos, a bem do Município e das boas contas da Câmara Municipal que, sistematicamente derrotada nos tribunais e obrigada a pagar elevadas indemnizações, via pender sobre si ónus futuros em processos de uma enorme dimensão. Foi, por isso, através de acordos que pusemos fim a anos de litigância, em situações como as do Centro Comercial Cidade do Porto, dos terrenos do Ouro, do Fundo Porto Novo e de muitos outros processos que pendiam em Tribunal, agora resolvidos, sem prejuízo para a autarquia, oferecendo liberdade ao Executivo para usar os seus saldos a favor das causas públicas.

Mas a litigância era também com o próprio Estado, recordando-se as situações criadas com a retirada dos carris de elétrico na Foz e as obras que permitiram a realização do Circuito da Boavista. Só nesses dois processos, pendiam sobre a autarquia pedidos de indemnização por parte do Estado, de vários milhões de euros, agora encerrados com a assinatura do Acordo do Porto.

A liberdade que daqui resulta e a capacidade financeira que hoje dispomos, permitirá à Câmara do Porto executar sem sobressaltos os grandes projetos que tem em mão e que já estão lançados.

Evolução da dívida no Século XXI (euros)



RELATÓRIO DE GESTÃO. 2016



Introdução

I – INTRODUÇÃO

Nota Prévia

Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2016, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município do Porto, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Conforme estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos de prestação de contas consolidadas podem ser aprovados em momento diferente das contas individuais do município, isto é, até junho do ano seguinte àquele a que respeitam as referidas contas.

Enquadramento Macroeconómico

Em 2016, e de acordo com a estimativa preliminar¹, o PIB da União Europeia (EU) e da Área do Euro (AE) aumentou para 1,9% e 1,7% em termos homólogos, respetivamente. O indicador de sentimento económico teve uma recuperação significativa tanto para a EU como para a AE, devido à melhoria de todos os indicadores de confiança.

Em março de 2016, o Banco Central Europeu (BCE) cortou a taxa de juro de referência de 0,05% para 0%, um novo mínimo histórico. Em outubro, decidiu não alterar as principais taxas de juro de referência, prolongando a atual política monetária de estímulo à economia.

Em Portugal, o Produto Interno Bruto (PIB), apresenta uma deterioração quando comparado com o ano anterior, passando de 1,6% em 2015, para 1,4% em 2016. De igual forma a variação do consumo privado decresceu, de 2,6% em 2015, para 2,3% em 2016¹.

A taxa de desemprego relativa a 2016 fixou-se em 11,1%, o que representa uma diminuição de 1,1 p.p. face ao ano transato¹.

A taxa de inflação média anual foi de 0,6% registando um aumento face a 2015, ano em que se fixou em 0,5%¹, e o défice orçamental deverá situar-se em 2,1%², uma redução significativa em relação ao ano anterior.

¹ Boletim Mensal de Economia Portuguesa, n.º 03| março 2017

² INE, Procedimento dos Défices Excessivos – 1ª notificação 2017, de 24-03-2017

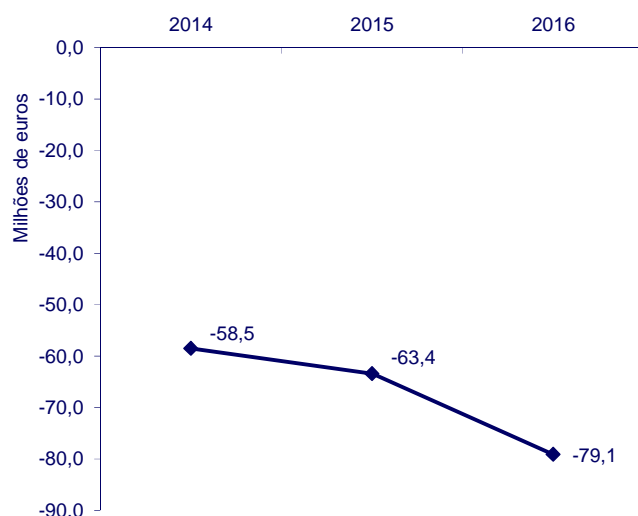
Principais Resultados

Apesar do contexto económico ainda pouco favorável, o Município do Porto apresenta resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos.

Em termos sintéticos destaca-se:

- Uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança, de 103%;
- O acréscimo da receita corrente de 20,1%, cerca de 31 milhões de euros, face a 2015. As receitas fiscais aumentam 18,7% (18,6 milhões de euros) por força do acréscimo verificado nos impostos diretos, sobretudo no IMT e na derrama. Os rendimentos de propriedade crescem 147,2% (11,9 milhões de euros), por força da receita fixa proveniente da concessão da gestão e exploração dos lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade do Porto.
- A receita de capital (sem reposições e saldo de gerência) superior em 149,4% relativamente a 2015, ou seja, cerca de 23 milhões de euros, decorrentes da variação positiva dos ativos financeiros e das outras receitas de capital, nomeadamente da alienação das ações que o Município detinha na EDP Gás e do pagamento pelo Estado de 28,7 milhões de euros no âmbito do Acordo do Porto.
- A utilização de 1 milhão de euros do empréstimo de 9 milhões de euros, contratualizado com o IHRU, no âmbito do programa Reabilitar para Arrendar;
- A variação negativa das despesas pagas com pessoal e com aquisições de bens e serviços face ao previsto em orçamento e que no conjunto é de cerca de 16,8 milhões de euros;
- A redução da dívida de médio e longo prazo, incluindo o *leasing*, em 58,4% (46,8 milhões de euros). As amortizações efetuadas em 2016 abrangem as previstas no Acordo do Porto e outras amortizações.
- Um prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF) de 11 dias.
- Reforço da capacidade de endividamento.
- O endividamento líquido a curto prazo apresentar um valor negativo de 79,1 milhões de euros.

F.1 – Dívida líquida de curto prazo



A dívida líquida de curto prazo, analisada numa ótica orçamental, registou uma redução muito significativa. Em dezembro de 2016, os créditos do Município do Porto para com terceiros superam o valor da dívida bruta, o que, adicionado das disponibilidades, permite a verificação de uma dívida líquida negativa de 79,1 milhões de euros. Para além das disponibilidades de tesouraria, o Município tem mais a receber (14,8 milhões de euros) do que a pagar (1,7 milhões de euros).

- Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 7,2 milhões de euros.
- Por fim, uma nota para a área dos recursos humanos, com um aumento de 88 efetivos, justificado pela entrada de novos trabalhadores, na sequência de concursos de admissão de pessoal e considerando que o Município cumpria o disposto na LOE em matéria de despesas com pessoal, com o regresso de trabalhadores das empresas concessionárias de limpeza urbana da cidade, com o reforço da equipa dos polícias municipais e com a contratação de pessoal para as AEC's.

RELATÓRIO DE GESTÃO. 2016



Atividades

II – ATIVIDADES

Em 2016, a atividade do Município do Porto manteve-se fiel às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, cujos objetivos estratégicos assentaram no programa autárquico para o presente mandato, tendo o controlo da dívida global, bem como a seletividade da despesa municipal, continuado a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par com o desenvolvimento social, económico e cultural. Neste ciclo político, as prioridades agregam-se em 13 objetivos estratégicos transversais ao município, que se passam a analisar, no ano económico em apreço.

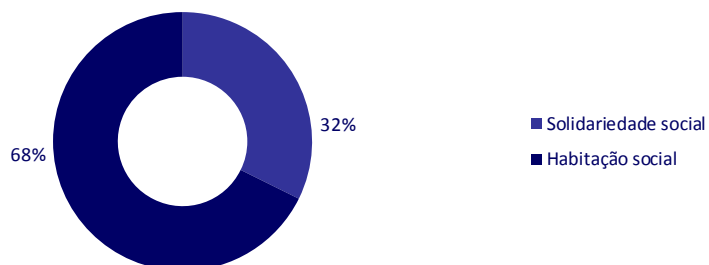
Q.1 – Despesas por objetivos

Objetivo	Orçamento	Pago		Taxa de Execução
	€	€	%	%
	(1)	(2)		(2)/(1)
Coesão Social	19.160.592	15.758.447	7,6%	82,2%
Economia e Emprego	2.720.384	333.528	0,2%	12,3%
Inovação	1.564.981	703.899	0,3%	45,0%
Cultura	3.941.132	2.743.646	1,3%	69,6%
Urbanismo e Reabilitação Urbana	21.309.029	3.570.580	1,7%	16,8%
Educação	9.683.817	6.127.978	3,0%	63,3%
Juventude	187.585	96.174	0,0%	51,3%
Turismo	1.417.523	1.253.428	0,6%	88,4%
Segurança	5.494.948	4.380.761	2,1%	79,7%
Desporto e Animação	6.418.721	6.009.772	2,9%	93,6%
Mobilidade e Transportes	11.979.679	7.815.850	3,8%	65,2%
Ambiente e Qualidade de Vida	28.523.109	24.061.420	11,6%	84,4%
Governância da Câmara	152.490.251	133.926.477	64,8%	87,8%
Total	264.891.750	206.781.960	100,0%	78,1%

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

Coesão Social

F.2 - Coesão Social



A Coesão social foi um dos vetores estratégicos mais importantes, tendo sido aplicados 10,7 milhões de euros na **Habitação social**.

O remanescente (5,1 milhões de euros) destinou-se à Solidariedade social.

A manutenção e conservação dos imóveis de habitação pública municipal, constituído por 565 edifícios com 12.613 fogos, acrescido de 272 edifícios com 535 fogos relativos às casas do Património, do ex - CRUARB-CH e da ex – FDZHP, é assegurada pela empresa municipal DomusSocial, EM.

Neste âmbito, continuou a ter grande significado a política de investimento na reabilitação dos edifícios de habitação social, entendida como grande reabilitação, e que compreende, de forma sucinta, a reabilitação das coberturas, fachadas e empenas, vãos envidraçados, áreas de circulação comum, bem como as redes de infraestruturas prediais.

Em 2016, foram executadas intervenções no agrupamento habitacional do Ilhéu, e nos bairros de Santa Luzia (edifícios 32 a 36 e 46 a 52) e de S. Roque da Lameira (blocos 21 a 23) e encontram-se em execução empreitadas em Agra do Amial, Campinas (bloco 1 a 7), Carvalhido (bloco I), Choupos, Duque de Saldanha, Engº Machado Vaz (blocos 24 a 36), Ilha da Bela Vista (1ª e 2ª fase), Mouteira (bloco 10), Outeiro (blocos A e N), Ramalde (blocos 1 a 7), Santa Luzia (edifícios 41 a 45, 57 a 61, 66 a 71), S. João de Deus (construção a custos controlados), São João de Deus (reabilitação – fase 1 e 2) e Vale Formoso, Viso (blocos 1 a 8).

Em fase de contratação estão as empreitadas nos bairros de Bom Pastor e de Santa Luzia (edifícios 53 a 56 e 62 a 65), em fase final de elaboração os projetos de reabilitação para os bairros de Falcão (blocos 1 a 9), Monte da Bela (blocos 1 a 7) e ilhas de Cortes, do

Bonjardim e do Pêgo Negro, de construção e reabilitação do bairro da Maceda (16 fogos) e de intervenção no espaço público o bairro S. João de Deus.

Estão também em elaboração os projetos para as Casas do Património nas ruas de Miragaia, 56/58, 78, de Trás, 9 e 123, Infante D. Henrique, 103/107, Cima do Muro, 18, da Reboleira, 13, 29 e 42, Azevedo Albuquerque, 70/76, e Tomás Gonzaga, 16/38.

Manteve-se a política de recuperação do interior das habitações devolutas que conduziu a obras significativas de interiores em 396 habitações, mais 10 referentes a casas do Património, do ex - CRUARB-CH e da ex - FDZHP. Em 2016, foi concluída a reabilitação interior em 360 habitações, sendo 356 habitações dos bairros de habitação social e 4 de Casas do Património, com um investimento de cerca de 2,4 milhões de euros.

No domínio da manutenção preventiva, em 2016, foram mantidas as rotinas de inspeção/manutenção de diversos elementos fontes de manutenção, principalmente de coberturas, bem como de uma forma sistemática e regular dos diversos equipamentos e instalações eletromecânicas. Pela importância que desempenha no funcionamento dos edifícios, foi dedicada particular atenção às coberturas dos edifícios de habitação pública municipal, que neste ano ascendeu a 837 coberturas.

Ainda no âmbito da política habitacional no município promoveu-se a coesão social, minimizando-se as situações de pobreza e exclusão social. Relevantes segmentos da população encontram-se em situação de pobreza, com deficientes condições de habitação e com manifesta incapacidade para recurso ao mercado normal de arrendamento privado. Em 2016, foram instruídas 930 candidaturas a habitação social e atribuídas 277 casas a famílias carenciadas. No mesmo período foram realizadas 76 transferências, sobretudo por razões de saúde e mobilidade.

No âmbito da **Solidariedade social** destacam-se as transferências para as Juntas de Freguesia com 3,3 milhões de euros, e na intervenção social, o Programa Porto Solidário e as atividades promovidas pelo Departamento Municipal de Desenvolvimento Social.

Com o Programa Porto Solidário – Fundo de Emergência Social, procurou-se combater a exclusão social nas suas várias vertentes, intervindo em três áreas: Apoio à Habitação, Apoio à inclusão dos Cidadãos com Deficiência e Solidariedade Social.

Na vertente do apoio à habitação, o Município do Porto implementou, desde 2014, três edições deste Programa. Em 2016 foi aprovada a 3ª edição, com uma dotação global de 1,2 milhões de euros, para apoiar pessoas e famílias em situação de grave dificuldade financeira, na sua obrigação de pagamento de renda ou prestação bancária relativa a habitação. Estão a ser beneficiadas, nesta 3ª edição, 473 famílias, com um apoio concedido por 12 meses, em função do valor da renda e do rendimento mensal bruto do agregado

familiar. O encargo médio mensal com a habitação situa-se em 261,71 euros e o apoio médio mensal concedido é de 175,69 euros (67%).

Ainda no âmbito da solidariedade social foram executadas, através da DomusSocial, EM, empreitadas de reabilitação ou beneficiação na APPACDM – Cerco do Porto, na Junta de Freguesia do Bonfim / Lar, Jardim de Infância e Creche IPSS, no Lar/Creche da rua Padre António Vieira, e na sede do Rancho Folclórico de Paranhos. Para além das obras previstas neste âmbito e em concurso, estão em execução as obras de beneficiação do Clube Iniciação Desportiva de S. Roque, no bairro Eng. Machado Vaz.

Através do Departamento Municipal de Desenvolvimento Social, internalizaram-se, dinamizaram-se e intensificaram-se as atividades desenvolvidas pela Fundação Porto Social, em liquidação. Foi reforçada a intervenção nos grupos mais vulneráveis. Deu-se continuidade ao Programa Aconchego, com aumento dos seus aderentes, e ao Programa Porto Amigo, destinado a melhorar as condições de habitabilidade da população sénior dependente. Comemorou-se o Dia Metropolitano dos Avós, com a participação de 619 seniores e assinalou-se o Dia Internacional das Pessoas Idosas, tendo cerca de 1.830 seniores participado num Cruzeiro pelas 6 Pontes do Douro.

No âmbito da adesão do Porto à Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas e para iniciar a elaboração do Plano de Ação, foram dinamizados 7 workshops que contaram com a participação de inúmeros representantes de organizações governamentais, não-governamentais, instituições académicas, e seniores.

As atividades especialmente vocacionadas para as crianças continuaram a merecer um relevante investimento, através da manutenção dos ateliers temáticos no Centro de Educação Ambiental e da dinamização do Projeto Missão Férias, em parceria com a Porto Lazer. O projeto Música para Todos foi alargado a mais uma turma e a Orquestra Juvenil da Bonjóia continuou a sua atividade, tendo realizado diversas apresentações públicas.

A população com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e saúde continuou a usufruir do projeto Golfe para Todos, dinamizado na Quinta de Bonjóia.

O Desporto Adaptado teve especial relevo através do financiamento de 10 instituições, selecionadas no âmbito do Programa Municipal de Desporto Adaptado, com aumento do número de cidadãos apoiados e melhoria das condições desse apoio.

No âmbito da estratégia municipal de apoio às pessoas em situação de sem abrigo, foi criado o primeiro Restaurante Solidário, na zona da Batalha, permitindo oferecer refeições com maior qualidade e dignidade, servindo diariamente uma média de 160 jantares. Foi ainda financiada a constituição de uma equipe de rua multidisciplinar para reforçar o trabalho de acompanhamento a esta população e foi iniciado o desenho do projeto do centro

de acolhimento temporário que funcionará nas antigas instalações do Hospital Joaquim Urbano. O alojamento de longa duração, destinado a pessoas em processo de autonomização, manteve o seu funcionamento, tendo contribuído para a autonomização definitiva de alguns beneficiários.

A zona oriental da Cidade viu reforçada a sua dinamização com a Feira do Mundo Rural, com a presença de vários expositores e a visita de cerca de 22.000 pessoas. A iniciativa Serões da Bonjóia continuou a ser determinante para atrair para esta zona um número crescente de pessoas, e a XIII edição da Arca de Natal, na Estação de S. Bento, contou com a presença de 26 instituições e com mais de 6.000 visitantes.

O Centro de Recursos Sociais do Porto, fundamental para a criação de sinergias de intervenção entre as instituições aí sediadas, é um equipamento inovador que centraliza num mesmo espaço respostas sociais desenvolvidas por diferentes instituições de intervenção social. Um dos serviços ali sediados é o Gabinete de Inserção Profissional, que apoiou, em 2016, 2.420 desempregados.

Através do projeto Portugal Participa, o Município, em conjunto com outras três autarquias do País, participou na construção e experimentação de metodologias participativas de promoção e planeamento do desenvolvimento local. Capacitou 20 técnicos da autarquia e outros atores locais, para a conceção de uma metodologia de coprodução de um diagnóstico e plano de ação participado para a freguesia de Campanhã, resultando na publicação do guia de disseminação - Oficinas Colaborativas para o desenho de um roteiro para a promoção de um plano de desenvolvimento local.

No âmbito do Conselho Local de Ação Social foram realizados dois plenários, tendo sido dinamizadas diversas reuniões com os Grupos Operacionais.

A Cidade das Profissões reforçou a sua intervenção de promoção das competências pessoais para a empregabilidade, através do atendimento personalizado e da realização de atividades para grupos, como workshops, iniciativas de networking e marketing pessoal, Clubs, entre outras. Foram desenvolvidos 240 workshops de empregabilidade e de empreendedorismo, com a participação de 5.374 pessoas. Deu continuidade a duas iniciativas-âncora de reforço das competências de marketing pessoal com 783 participantes. No total beneficiaram dos serviços da Cidade das Profissões cerca de 7.000 pessoas.

Através do Centro de Inovação Social do Porto, continuaram a promover-se iniciativas de inovação social com acompanhamento e apoio de cerca de 20 projetos de empreendedorismo social.

No âmbito do contributo da política municipal para a melhoria da qualidade de vida da população portuense, através da promoção de estilos de vida saudáveis e do reforço das

iniciativas no domínio da saúde, deram-se passos importantes no sentido do planeamento de um conjunto de atividades dirigidas, essencialmente, à formação de cuidadores e ao apoio a entidades que promoveram ações de promoção da saúde.

Foi finalizada a carta de Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários do Porto, assinado um protocolo de colaboração com a ARS Norte, no sentido da melhoria da acessibilidade dos cidadãos às unidades prestadoras de cuidados de saúde primários e deu-se ainda início à planificação da construção do Plano Municipal de Saúde.

Solicitou-se um estudo sobre a situação de toxicodependência na Cidade e preparou-se a adesão do Município do Porto à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis.

No âmbito dos diversos Serviços de Cidadania oferecidos pelo Município, a procura registada continua a confirmar a relevância da sua disponibilização aos munícipes da cidade, merecendo referência a reformulação do layout da plataforma do Serviço Municipal de Apoio ao Voluntariado que permitiu o relançamento e maior facilidade de utilização deste serviço pelos cidadãos que procuram locais para exercer o voluntariado e pelas instituições que procuram voluntários.

Economia e Emprego

No objetivo Economia e Emprego, um dos vetores centrais do orçamento municipal, não pelo montante mas por constituir um dos grandes eixos estratégicos para a Cidade, foram considerados os programas **Mercator** e o **Dinamismo económico** onde foram executados 333,5 mil euros.

No âmbito do Programa **Mercator**, e através da GOP, EM, foi concluída a revisão do projeto e lançado o concurso para a empreitada de Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão, e procedeu-se à execução do projeto para o Túnel Urbano que liga a Rua de Ateneu Comercial à Rua Alexandre Braga.

No domínio do **Dinamismo económico** e do desenvolvimento económico e da atração de investimento, o Município centrou a sua atuação na criação de condições para o renascimento de um ecossistema empresarial e de um ambiente de negócios competitivo, que potencie uma nova dinâmica económica na cidade do Porto, capaz de captar investimento estruturante e promover a criação de emprego qualificado.

Nas atividades de angariação de investimento, foram atendidos mais de 175 potenciais investidores e apoiados 67 projetos de investimento, maioritariamente em atividades baseadas em conhecimento e com elevado potencial de crescimento, 36 dos quais de

âmbito internacional, com destaque para o setor das TIC, serviços partilhados de alto valor acrescentado, turismo e imobiliário.

Do total de projetos de investimento captados em 2016, foram instalados 13 novos projetos e mais de 42 estão em fase de implementação ou negociação, contribuindo para a atração de empresas nos diversos setores de atividade e, sobretudo, para o desenvolvimento de atividades económicas de alto valor acrescentado e de cariz tecnológico, que potenciam o crescimento do PIB da região, as exportações e a criação de emprego. Os projetos de investimento que estão a ser dirigidos para a cidade contemplam desde a criação de uma nova empresa, até empresas que pretendem iniciar uma nova fase de investimento ou expandir para uma nova unidade.

No decurso de 2016, os serviços direcionados ao investidor visaram responder às necessidades identificadas, com destaque para (i) o apoio à localização empresarial através da Porto Business Location Platform, que permitiu a apresentação de 342 propostas de localização a potenciais investidores, na maioria do setor imobiliário, TIC e share services centres, empresas exportadoras e com forte presença internacional, por meio da identificação de espaços disponíveis para comercialização na cidade, com base em critérios e requisitos definidos pelo investidor, características por tipologia de espaço e outras variáveis, como acessibilidades e transportes, realçando-se a crescente procura de espaços de escritório com áreas acima dos 1.000 m², apesar de condicionada pela escassez de oferta com dimensão e qualidade; (ii) o aconselhamento e a disponibilização de informação à medida das necessidades dos investidores; (iii) o apoio ao processo de licenciamento de atividades económicas, através do serviço de Via Verde de apoio ao investidor, com vista à eliminação de custos de contexto e à agilização de procedimentos tendentes à instalação de empresas; (iv) a identificação de talento (recursos humanos) e de mecanismos de apoio à contratação, ação concertada com as principais instituições de ensino superior e centros de I&D da cidade e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, mais especificamente, no domínio dos mecanismos de apoio à contratação, e (v) a identificação de incentivos locais, nacionais e internacionais, designadamente na procura de fontes de financiamento dirigidas ao apoio e dinamização do investimento.

No âmbito da promoção e reconhecimento internacional do Porto, como destino favorável à atração de investimento e ao acolhimento internacional, o Município participou em iniciativas de networking, eventos e missões internacionais que contribuíram para que hoje o Porto fosse reconhecido como uma cidade mais competitiva, mais integrada na economia global e melhor posicionada no radar de grandes operações de investimento internacional. Destaca-se a participação em 9 missões internacionais e a organização e participação em mais de 33 iniciativas de networking e eventos direcionados à captação de investimento internacional.

Considerando que a captação e a retenção de talento é um dos principais fatores que potenciam a atração de investimento e a fixação de empresas, realça-se a integração da cidade do Porto, através do Município, na Parceria Europeia de Jobs and Skills, no âmbito da Agenda Urbana Europeia, para promoção do desenvolvimento da economia local através da capacitação de recursos humanos em domínios e competências específicas que satisfaçam a procura de recursos por parte das empresas.

O Conselho Municipal de Economia, Casa dos 24, iniciou as suas funções através da realização de duas reuniões, subordinadas aos temas Transformar Campanhã, Transformar a Cidade e Fiscalidade Municipal.

No âmbito do comércio e turismo, efetuou-se o recenseamento e a georreferenciação dos 3.011 estabelecimentos comerciais da cidade e realizaram-se sete workshops temáticos direcionados aos comerciantes, com o objetivo de sensibilizar, informar, capacitar e potenciar o comércio face às exigências do setor.

Na prossecução da dinamização do comércio, desenvolveu-se, pela primeira vez, o Concurso de Montras de Natal, que contou com a participação de 111 montras de estabelecimentos comerciais, a par com atividades complementares enquadradas no espírito de Natal.

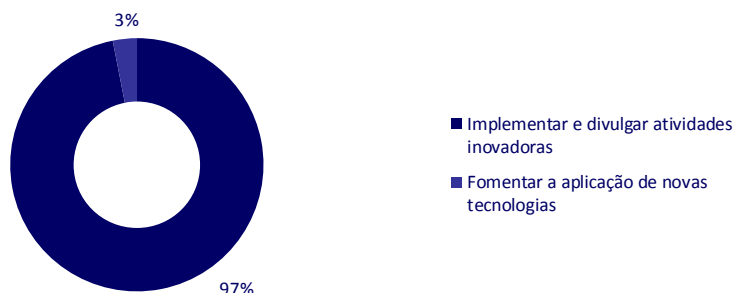
Ajustando a oferta da cidade às novas tendências globais na restauração, o conceito ready-to-eat, foi implementado através do projeto-piloto Street Food, tendo sido sorteados oito lugares fixos e quatro itinerantes a empreendedores que, entre agosto e outubro, com dispositivos móveis ou amovíveis caracterizados por um design apelativo, confeccionaram os mais variados produtos alimentares, diversificando, desta forma, a oferta ao público nacional e aos turistas que visitam a cidade.

Reconhecendo a importância da revitalização do comércio local e tradicional, e constatando a importância de implementar políticas que realcem o relevante papel de lojas ancestrais que contribuem para a memória coletiva da cidade, não só pelo seu legado patrimonial, mas também pelo seu legado histórico e cultural, deu-se início ao projeto Porto de Tradição, para identificar, avaliar, conceber e propor medidas para manutenção das lojas passíveis de virem a ser designadas como Loja de Tradição.

Ainda com o objetivo de promover e divulgar as raízes da cidade ao nível da gastronomia, assegurou-se a edição do livro À moda do Porto que revisita as receitas tradicionais do Porto.

Inovação

F.3 - Inovação



Na Inovação, que inclui os programas Implementar e divulgar atividades inovadoras e Fomentar a aplicação de novas tecnologias foram aplicados 703,9 mil euros.

O programa **Implementar e divulgar atividades inovadoras** deu seguimento ao processo de desenvolvimento da plataforma de suporte ao empreendedorismo e inovação, através da qual é dado apoio a empresas em crescimento (ScaleUp). Através desta iniciativa, nomeadamente através do projeto Desafios Porto e ScaleUp Porto, mais em concreto o programa Doing Business, dezenas de empresas tiveram oportunidade de explorar e desenvolver novos projetos inovadores. Ainda no contexto da iniciativa ScaleUp Porto, foi realizada a primeira edição da Semana Start&Scale, dedicada ao tema da inovação, empreendedorismo e emprego. Durante esta semana foram realizados mais de 40 eventos em simultâneo na cidade, reunindo centenas de especialistas nacionais e internacionais para discutir temas relacionados com o desenvolvimento do ecossistema de inovação e empreendedorismo, a sua internacionalização, a capacitação dos recursos humanos, e ainda, novas oportunidades de negócio e crescimento. No âmbito do ScaleUp Porto, foi ainda promovida a participação do ecossistema da cidade no Web Summit: Para além dos parceiros da iniciativa estiveram presentes no stand dezenas de startups e scaleups da cidade.

No contexto de inovação à escala urbana foi realizada a iniciativa do Porto Innovation Hub – A inovação na transformação da cidade, que teve como principal objetivo aproximar os cidadãos do tema da inovação, apresentando a forma como esta teve impacto no desenvolvimento da cidade. Ao longo de mais de 3 meses o Porto Innovation Hub desenvolveu atividades centradas no tema da Inovação e o modo como esta transformou a cidade do Porto, discutindo ideias, identificando desafios e procurando soluções inovadoras. Contando com a participação de mais de 140 convidados e 2.200 participantes, foram organizadas 25 conversas abertas para discutir temas centrados na sustentabilidade, desenvolvimento económico, inclusão social e desenho da cidade. Através do Porto

Innovation Hub foram ainda organizadas exposições, visitas guiadas e sessões de divulgação abertas à cidade.

Com base no trabalho de criação da plataforma de gestão integrada da cidade, o CGI (Centro de Gestão Integrada) foi transferido para um novo espaço com outras condições tecnológicas e de alojamento que potenciam o seu crescimento e expansão futura. Foi também desenvolvido um novo modelo de gestão organizacional desta estrutura. Nesta componente foi articulado o trabalho de desenvolvimento do modelo de gestão com a definição do modelo para criação da nova plataforma tecnológica de suporte à integração de dados e gestão de operação da cidade. Este processo foi conciliado com o desenvolvimento dos vários projetos Europeus em curso, nomeadamente o projeto Smart Impact, através do qual a cidade do Porto, em parceria com cidades como Manchester, Estocolmo, Dublin e Eindhoven, entre outras, estudam estratégias comuns de otimização de processos e de utilização do paradigma das Smart Cities para modernizar e desenvolver processos internos, assim como, contribuir para desenvolver o ecossistema de empreendedorismo e inovação.

No âmbito do programa **Fomentar a aplicação de novas tecnologias** e no domínio dos sistemas de informação, deu-se continuidade ao projeto Cap@cidade, para reestruturação dos sistemas informáticos de forma integrada e no atendimento ao munícipe, prosseguiu-se com os trabalhos de criação de novas plataformas de *CzRM*, Balcão de Atendimento (interno) e Repositório Integrado de Conhecimento.

Foram ainda desenvolvidos os aplicativos Gestor de Tarefas e o MIM, Gestor de acessos centralizado, respeitando alguns dos princípios de um Identity Management, para uma gestão de utilizadores, perfis, acessos, grupos, papéis, e outros.

Durante 2016 foi disponibilizado um repositório de informação – NUVEM CMP – que responde à necessidade crescente de trocas de informação com entidades externas, muitas vezes com ficheiros de grande porte e trabalho colaborativo, implementado o Portal do Executivov3, que permite a gestão das reuniões de Câmara, bem como todo o processo de aprovação das propostas, desde a sua submissão, aprovação, agendamento, votação até à deliberação final e iniciou-se o GisDay, um evento mensal que proporciona o encontro do universo de utilizadores de GIS da autarquia com troca de experiências, dificuldades e identificação de oportunidades de melhoria.

Manteve-se a aposta no Portal de Gestão, portal de Business Intelligence (BI) da Autarquia, que visa capitalizar os dados provenientes dos diferentes sistemas de informação existentes no Município, transformando-os em conhecimento e tornando-se essencial no suporte à gestão da autarquia.

No âmbito do protocolo celebrado com a Agência para a Modernização Administrativa procedeu-se ao acompanhamento do funcionamento dos 5 novos Espaços do Cidadão, visando a consolidação e uniformização da sua atuação e a expansão da rede de mediadores de atendimento digital assistido. Da participação nos diversos projetos tecnológicos transversais decorrentes do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa destaca-se, por se dirigirem diretamente ao *front office* da Câmara, os trabalhos para desenvolvimento de um novo Balcão Único de Atendimento.

Cultura (e Ciência)

No objetivo da Cultura (e Ciência) integra-se o programa **Dinamização da cultura** no montante de 2,7 milhões de euros.

Através da atuação dos serviços municipais de Bibliotecas, Arquivos, Museus, Património Cultural, Galeria, Teatros e Ação Cultural e Científica, foi desenvolvida uma intensa e diversificada programação, cruzando valorização do património e criação contemporânea, assumindo-se estas vertentes como um relevante fator de coesão social e de regeneração urbana, dinamizador da economia e do turismo.

Destaca-se a ação do Teatro Municipal do Porto - Rivoli e Campo Alegre, que consolidou em 2016 a sua atuação como equipamento cultural de referência através de uma programação vasta, com projetos locais, nacionais e internacionais como Zululuzu (Teatro Praga), Ivanov (Amir Reza Koohestani), Moçambique (Mala Voadora), Dumy Moyi (François Chaignaud), Segunda-feira, atenção à direita (Cláudia Dias), o ciclo Porto Best Of, Quantum (Gilles Jobin), The Wall (Miguel Fragata), Sobre o conceito do rosto do filho de Deus (Romeo Castellucci), Carnaval (Companhia Nacional de Bailado e Victor Hugo Pontes), Violet (Meg Stuart)... Importa salientar a realização da primeira edição do Festival Dias da Dança, em associação com outros dois municípios (Matosinhos e Vila Nova de Gaia) e que tem como objetivo promover a deambulação entre espaços de apresentação e espaço público. O Teatro Municipal do Porto é também o espaço para ver cinema (festivais como o Porto Post-Doc, o Fantasporto, a Festa do Cinema Francês, o Kino...), para visitar exposições (2015 imagens, fotografia de José Caldeira) e para ouvir música (ciclo Jovens Talentos, Understage...), pois proporciona uma atividade plural, diversa e para todas as faixas etárias. Ao longo do ano realizaram-se no Teatro Municipal de Porto mais de 1.000 iniciativas fruídas por mais de 106.000 pessoas.

Mas não só nos teatros se apresentam artes performativas. O programa Cultura em Expansão continuou a levar a arte e a cultura a locais da cidade onde o seu acesso está mais condicionado, levando projetos interdisciplinares e participativos a um público

itinerante, a bairros sociais e locais periféricos, contribuindo para a coesão social e a regeneração urbana, eliminando barreiras e encurtando distâncias culturais, sem conceder na qualidade artística dos projetos. Ao todo, foram cerca de 70 sessões. Ao longo de 2016, o programa contou com Laboratórios Artísticos que vieram reforçar a ligação entre artistas e residentes. Procurou-se sedimentar projetos e equipas, como é o caso do OUPA!, que este ano fez residência artística entre o bairro de Ramalde do Meio e o bairro do Cerco, quer através da curta-metragem da realizadora Salomé Lamas, Ubi Sunt, que o trabalhou no âmbito de um workshop de vídeo num instituto de reinserção social, e cuja estreia mundial aconteceu no Teatro Rivoli. O projeto de música em 2016 foi mais intenso. Nasceu A cada um a sua música, cinco concertos cenografados por artistas da arquitetura e das artes visuais. O programa arrancou com um concerto de Gisela João na Bouça, com cenografia de José Capela com os moradores do próprio bairro, e prolongou-se com concertos de Pedro Burmester, B Fachada, entre outros, a quem se juntaram Vasco Araújo, Ana Pérez-Quiroga, Mónica Baptista e Catarina Barros. O cinema continuou a ter um lugar de destaque no Cultura em Expansão. O Nove e Meia – Cineclube Nómada, projeto de cinefilia que se desdobrou em 45 sessões ao longo de oito meses, em circulação quinzenal pelas associações de moradores da Pasteleira, Mouteira, Lomba e Falcão, e ainda quatro cineconcertos, apresentadas em Aldoar com a ESMAE, Sonoscopia e Jonathan Saldanha. No campo das artes performativas, e sempre com um forte envolvimento da comunidade, realizou-se Rifar meu Coração, que Mónica Calle desenvolveu no bairro da Sé, em colaboração com os habitantes. Assistiu-se ainda, aos projetos Espírito do Lugar, da Circolando, com um percurso-espetáculo entre a Cantareira, Pilotos da Barra e o bairro Rainha D. Leonor, e Arquipélago – O Mundo é Redondo, do Ao Cabo Teatro, um espetáculo-ópera em seis sessões, em seis diferentes bairros do Porto.

Realizou-se mais uma edição do festival internacional de pensamento Fórum do Futuro, com o tema Ligações. Pelo terceiro ano consecutivo o Porto acolheu, em intensos seis dias de novembro, artistas, cientistas, arquitetos, entre outros especialistas, com o objetivo de privilegiar caminhos que abrem novos acessos para o conhecimento e a ação. O evento acolheu oradores como o presidente do Conselho Pontifício para a Cultura no Vaticano, Gianfranco Ravasi, o antigo diretor-geral do CERN, Chris Llewellyn Smith, o fotógrafo camaronês Samuel Fosso, o coletivo Assemble e o arquiteto Andrés Jaque, o arquiteto israelita Eyal Weizman, Dominique Wolton, diretor do parisiense Centro Nacional de Pesquisa Científica ou o realizador Joshua Oppenheimer. Cerca de 5.500 pessoas assistiram às mais de 20 sessões que constituíram o Fórum deste ano. Destaca-se ainda o programa Happy Together, organizado pela Mala Voadora, que dinamizou um open call para projetos artísticos.

A Feira do Livro realizou-se novamente nos jardins do Palácio de Cristal e contou com uma forte adesão de editores, livreiros, alfarrabistas, associações e promotores de projetos inovadores em torno do livro, tendo-se registado a presença de 89 entidades que ocuparam 131 pavilhões ao longo da Avenida das Tílias. Nesta edição dedicada à obra de Mário Cláudio, a Feira proporcionou debates literários com várias dezenas de convidados (de Gonçalo M. Tavares a Francisco José Viegas, passando por Valter Hugo Mãe, Afonso Cruz, José Pacheco Pereira, Gomes Canotilho, Helder Macedo ou Eduardo Lourenço, para referir alguns), ciclo de cinema (sete sessões, onde passaram Polanski, José Álvaro de Moraes, Abel Ferrara, Jacques Rivette, Truffaut, Brigitte Sy e Douglas Sirk), sessão especialíssima das Quintas de Leitura em homenagem a uma editora, a &etc, ciclo de espetáculos de spoken word (com nomes como Allen Halloween, Os Quais, António Olaio ou Nicolau Santos) e exposições na Galeria Municipal. Este programa, conjuntamente com uma ampla oferta de animação sociocultural para crianças e famílias, atraiu, no conjunto de atividades culturais organizadas no auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett e Galeria Municipal, cerca de 30.000 pessoas.

Em 2016 a Galeria Municipal do Porto reforçou a dimensão de espaço aberto a novos modelos expositivos, enquanto lugar de interdisciplinaridade artística e de janelas abertas para os debates contemporâneos. A programação contou com 6 exposições, visitadas por mais de 96.000 visitantes. A exposição *Habitar Portugal 12 – 14*, coprodução com a Ordem dos Arquitetos, olhou para a produção arquitetónica portuguesa do último triénio, inaugurou no Porto e continua a ter uma extensa digressão pelo país. *P. – uma homenagem a Paulo Cunha e Silva*, por extenso, com curadoria de Miguel von Hafe Pérez, foi a mostra de homenagem ao antigo vereador da Cultura da Câmara Municipal do Porto, articulando o seu discurso visual mediante dois eixos: partindo do documento, onde se evoca o seu fulgurante percurso na área da cultura e do pensamento (publicações e catálogos de curadorias suas), e propostas artísticas de criadores que o acompanharam nas suas interpelações ao fenómeno estético, de Alberto Carneiro a Yonamine. Foi publicado um catálogo desta exposição. Realizaram-se também duas grandes coproduções internacionais. *PIGS*, coproduzida pelo Artium (Centro-Museo Vasco de Arte Contemporâneo) e com curadoria de Blanca de la Torre, coletiva de artistas dos quatro países da zona euro com economias em declínio (Portugal, Itália, Grécia e Espanha) que propunha um olhar irónico, problematizando as implicações sociopolíticas da crise e as suas raízes culturais. *Eyes Wide Open: 100 Anos de Fotografia Leica*, exposição com curadoria de Hanz-Michael Koetzle, explorou aspetos cruciais da prática e da teoria fotográfica: da evolução tecnológica e estética às preocupações éticas e deontológicas, passando pelas mais livres expressões de artistas. Focando-se na coleção e história da empresa Leica (e também na sua presença em

Portugal), a exposição devolveu-nos um espólio de imagens que atravessam o século XX. A Galeria Municipal realizou também um grande projeto expositivo de índole patrimonial, 100 Tesouros da Biblioteca Pública do Porto, com curadoria de Fernando Pinto do Amaral, que propôs uma visita ao valioso espólio reservado da Biblioteca Pública Municipal. A exposição organizou-se em doze núcleos, temáticos e cronológicos, que deram a conhecer dezenas de obras impressas, onde se destacam incunábulos, mas também códices medievais, mapas, litografias e manuscritos diversos. A publicação que regista esta exposição terá edição no primeiro trimestre de 2017. Realizou-se, também no âmbito da Feira do Livro, a exposição Reencontro com Vergílio Ferreira – Testemunhos e Perspetivas no Centenário do Escritor, com curadoria de Maria Bochicchio e Isaque Ferreira, que pretendeu dar a conhecer o escritor ao leitor do século XXI, para lá da sua vida e obra, com os contributos de especialistas convidados a pronunciar-se no colóquio coetâneo. Deste Reencontro foi publicado catálogo homónimo. A Galeria Municipal organizou ainda diversas exposições e mostras noutros locais, nomeadamente nos Paços do Concelho, como a exposição Cultura do Design / Design da Cultura, que revisitou os principais projetos desenvolvidos pelo Pelouro da Cultura durante o ano de 2015, através dos materiais de comunicação comissariados a designers portugueses, ou a evocativa da memória da Vereação de Paulo Cunha e Silva, 751 dias, que através de registos fotográficos e áudio das suas últimas intervenções públicas, e da reconstituição do seu gabinete de trabalho, procurou lembrar a sua vida e obra política, em particular a sua ação durante os dois anos em que ocupou o cargo na autarquia (mais precisamente, 751 dias). A publicação homónima, com organização de Helena Teixeira da Silva, terá lançamento nos primeiros meses de 2017.

No que concerne ao projeto museológico e expositivo para lá da Galeria Municipal, reforçou-se o programa de visitas, celebração de dias comemorativos e de efemérides, assim como exposições temporárias que pretendem melhorar a divulgação e conhecimento das coleções municipais, sempre em diálogo com a contemporaneidade. Destaque para O Palco e a Cidade, Teatro no Porto 1850-1950, patente na Casa do Infante, que retrata um percurso histórico coerente, e não exaustivo, da atividade teatral na cidade do Porto ao longo de um século. Juntamente com a exposição, com curadoria de Gonçalo Villas-Boas, foi organizado um ciclo de conferências. Aurélia, Mulher-Artista foi o título dado pela comissária, Filipa Lowndes Vicente à exposição dupla que celebrou o nascimento da pintora e fotógrafa portuense Aurélia de Sousa, precisamente 150 anos depois. Inaugurou a 13 de junho e pôde ser visitada em dois polos: Museu da Quinta de Santiago em Matosinhos (natureza morta e paisagem) e Casa Museu Marta Ortigão Sampaio (onde se privilegiou a figura humana). Das muitas outras exposições organizadas e acolhidas nos equipamentos municipais, salientamos O princípio do fim [The beginning of the end], individual de Miguel

Januário (artista urbano conhecido como +-) e integrada no festival internacional KISMIF, patente no Palacete Viscondes de Balsemão, no espaço público e no bar Aduela, apresentou uma reflexão sobre um mundo em plena convulsão. Visitantes a exposições, participantes de atividades de serviço educativo (como visitas guiadas e oficinas) nos espaços museológicos municipais foram mais de 235.000.

O ciclo de (re)descoberta do património material e imaterial da cidade realizou-se, pelo terceiro ano consecutivo, com crescente êxito. Um Objeto e Seus Discursos Por Semana girou, nesta edição, em torno de objetos de natureza material e imaterial do domínio público e privado. As 33 sessões espalharam-se por museus, bibliotecas e praias, mas também em associações, restaurantes e barcos, nas quais se cruzaram convidados dos quadrantes sociais e dos saberes mais diversos – da ciência à pesca, passando pelas artes, pela gastronomia e pela fé: das Tripas “à moda do Porto” e da salada de frutas do Restaurante Ernesto passando por uma célula fotovoltaica ou por uma edição de 1572 d’Os Lusíadas, falaram-se de mapas, quadros, troféus desportivos, escritores, cenografias, cafés, capelas, túmulos, e até sobre a árvore de Natal. A última sessão, em torno do Mapa do Porto de Telles Ferreira, de 1892, decorreu no gabinete do Presidente da Câmara e teve como convidados Rio Fernandes e Fernando Gomes, além do anfitrião, Rui Moreira, constituiu uma verdadeira enchente. Participaram nestas sessões mais de 3.500 pessoas, além dos 99 convidados e moderadores. De descoberta ou redescoberta também se fizeram os Percursos Culturais propostos em 2016. Os técnicos municipais partem de locais diversos, mais ou menos conhecidos, desvendando objetos, documentos, ruas e espaços e revisitando múltiplas histórias reais, mas também alguns mitos. Com uma programação trimestral e temática, realizaram-se 36 percursos dedicados ao Porto Festivo, Porto Revolucionário e Porto Património Mundial, nos quais participaram cerca de 1.080 pessoas.

Ainda no âmbito do Património Cultural, a 5.12.2016 assinalaram-se 20 anos da classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial pela UNESCO. Publicou-se um livro, com a Imprensa Nacional Casa da Moeda, Porto Património Mundial 20 anos | 20 imagens, reunindo fotografias alusivas ao Centro Histórico, captadas por 20 fotógrafos nacionais convidados para o efeito, e três ensaios de especialistas que refletem sobre as modificações e os desafios desta classificação passadas duas décadas: Álvaro Domingues, Gaspar Martins Pereira e Manuel Carvalho. À apresentação do livro, na Biblioteca do Seminário Maior, pelo Presidente da Câmara, Rui Moreira, seguiu-se um debate que teve como convidados a vice-presidente da Câmara Municipal de Marraquexe, Awatef Berdai e os vereadores da Câmara do Porto, Manuel Correia Fernandes e Rui Loza. Finalmente, o Salão Árabe do Palácio da Bolsa foi palco de um concerto, intitulado Al-Mu'tamid, Rei Poeta do Al Andaluz, que integra músicos portugueses, espanhóis e

marroquinos, que compuseram temas originais a partir de poemas de Al-Mu'tamid, poeta Ibero-Árabe do século XI.

Em representação do Município, o Pelouro da Cultura manteve a interlocução com a UNESCO e demais entidades oficiais, assumindo a função de “gestor do sítio” classificado – Centro Histórico do Porto – e integrando a Rede de Património Mundial de Portugal bem como outras redes internacionais, que visam a promoção e salvaguarda deste bem inscrito na lista património mundial.

Em 2016 foi ainda criado um interface de divulgação das residências artísticas existentes na cidade do Porto, a plataforma InResidencePorto, que sistematiza ofertas de espaços de trabalho para artistas nacionais e internacionais: Casa Oficina António Carneiro, De Liceiras 18, Mala Voadora, Maus Hábitos, Espaço Mira, Museu Nacional da Imprensa, Sonoscopia e Teatro Municipal do Porto. Pretende-se desta forma criar condições para que os artistas se ancorem no Porto e possam descobrir o que cidade tem para oferecer. Em 2017 este programa será incrementado com a atribuição de bolsas de apoio à criação.

Foi dada continuidade à Agenda para o Cinema Independente, que organiza, mapea e divulga as sessões de cinema que acontecem fora do circuito comercial. Ainda com o objetivo de garantir uma sólida oferta cinematográfica na cidade, que tinha carências nessa área, e numa clara estratégia de apoio à exibição de cinema nas salas da baixa, promoveu-se o TRIPASS, um cartão que dá acesso privilegiado ao circuito de cinema na Baixa do Porto com descontos e outros benefícios nas salas Trindade, Teatro Municipal do Porto - Rivoli / Campo Alegre e Passos Manuel. A reabertura do Cinema Trindade e a atualização tecnológica do Passos Manuel contaram com um financiamento da Câmara Municipal do Porto.

O Município associou-se às Jornadas Europeias do Património, subordinadas ao tema Comunidades e Culturas, com a realização de atividades culturais em espaços municipais. As propostas desenvolvidas este ano visaram destacar aspetos relevantes para o tópico, como visitas guiadas à Casa do Infante e ao Museu do Vinho do Porto, percursos pela cidade, a realização de um espetáculo musical pelo Grupo de Cavaquinhos do Porto, onde se realizaram também oficinas pedagógicas. Houve ainda lugar à realização de conferências/ encontros no espaço público e lançamento de publicações no Palacete Viscondes de Balsemão.

Urbanismo e Reabilitação Urbana

O objetivo do Urbanismo e Reabilitação Urbana integra o programa denominado **Reabilitação/Requalificação Urbana** onde foram executados 3,6 milhões de euros.

No âmbito do planeamento urbano do Município do Porto, foram desenvolvidas atividades nas vertentes do planeamento territorial, elaboração de estudos urbanísticos e projetos de arquitetura.

No domínio do planeamento territorial, está em curso o procedimento de revisão do PDM, destacando-se o processo participativo com a realização de oito sessões de debate público, o processo de elaboração de relatórios metodológicos de caracterização e diagnóstico, nas várias vertentes, a criação de uma infraestrutura de informação geográfica de suporte ao desenvolvimento do PDM e, posteriormente, à monitorização e avaliação deste IGT, o início do processo de Avaliação Ambiental Estratégica, tendo sido concluído o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão.

O Município deliberou a delimitação das ARUs de Cerco do Porto/Corujeira, de Lordelo do Ouro (Aleixo) e de Foz Velha, tendo sido desenvolvidos trabalhos técnicos de elaboração dos respetivos projetos, e concluiu o projeto da Operação de Reabilitação Urbana da ARU de Campanhã.

Ao nível da participação em grupos de trabalho externos, destacam-se o projeto de Requalificação da Circunvalação, com o desenvolvimento de um Programa Base articulado entre os diferentes municípios que partilham esta via e o acompanhamento da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

Em termos de projetos setoriais e dos estudos, salientam-se o Levantamento dos Espaços Industriais Ativos e a Carta de Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários, e no que respeita aos projetos de arquitetura, desenvolveram-se diversos projetos de espaço público e de equipamento, de onde se destacam, o projeto de Loteamento das Eirinhas e o estudo prévio da Ecopista Campanhã-Alfandega.

No âmbito da informação geográfica, destaca-se a aquisição, implementação e fiscalização da nova cartografia digital e na esfera da gestão urbanística, foram sujeitos a controlo prévio 3.181 processos de operações urbanísticas, dos quais 35% respeitam a processos de licenciamento, 20% a pedidos de autorização de utilização e emissão do alvará respetivo, 5% a pedidos de informação prévia e os restantes a emissão de certidões.

De entre os procedimentos de atividades económicas, salientam-se os 1.376 registos de alojamento local com a realização de 894 vistorias.

Foram proferidos 3.259 despachos de decisão final, dos quais, 76% se traduzem em decisões favoráveis.

Através do Departamento Municipal de Património efetuaram-se pedidos de declaração de utilidade pública das parcelas para reconversão e reabilitação do Bairro do Leal e da Rua

Pedro Hispano à Rua de Fernando Cabral, foi organizado o pedido de declaração de utilidade pública das parcelas para a execução do interceptor de Rio Tinto e foram adquiridas duas frações para execução do Túnel do Bolhão.

No âmbito do Urbanismo e Reabilitação Urbana e através da GOP, EM, destaca-se a realização da empreitada de Estabilização de Talude na R. Faria Guimarães e o início das empreitadas das Escarpas do Codeçal e do Palácio de Cristal.

O programa de Reabilitação/Requalificação urbana é ainda assegurado em articulação com a Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana, que, concluiu as empreitadas de diversas operações do Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé, já ocupadas em parte, ora através do realojamento definitivo de famílias antes deslocadas para urbanizações sociais, ora através de concursos para arrendamento.

A Porto Vivo, SRU apostou no mercado de arrendamento, através do lançamento de um concurso para o arrendamento de 39 frações de vários prédios no Morro da Sé, 28 fogos e 11 espaços comerciais, distribuídos pelas ruas dos Mercadores, Sant'Ana, Bainharia e Pelames, além do Largo da Pena Ventosa e da Viela do Anjo.

Neste ano foi aprovada a candidatura do projeto 2nd Chance, cofinanciado pelo Programa URBACT III, que elegeu a Área de Ação Integrada de Santa Clara como território a desenvolver o projeto a nível local e que junta um conjunto de parceiros no âmbito do Grupo de Ação Local URBACT.

A dinâmica de reabilitação no território de atuação da Porto Vivo, SRU tem vindo a desenvolver-se de forma consolidada, registando-se, neste ano, a receção de 308 processos e a emissão de 87 alvarás de obras e de 53 alvarás de utilização.

Educação

A Educação, onde foram aplicados 6,1 milhões de euros no programa **Promover e fomentar a educação**, integra um vasto conjunto de programas, projetos e iniciativas, através do qual se executa a política municipal de educação que assenta em quatro eixos estratégicos: o reforço da educação pré-escolar; a requalificação da rede escolar; o desenvolvimento de atividades extracurriculares; a promoção de projetos e programas inovadores.

No domínio do planeamento e ordenamento da rede escolar, iniciou-se a revisão da Carta Educativa, com o objetivo da conformidade da rede educativa do município aos princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa. Em vigor desde 2007, e com duas atualizações anteriores, reveste-se da maior pertinência no planeamento e gestão

do território, sobretudo atendendo às especificidades territoriais e rápidas transformações económicas e sociais.

A educação pré-escolar regista 87 turmas frequentadas por 1.922 crianças.

No âmbito das atividades extracurriculares destacam-se a manutenção da Escola a Tempo Inteiro em 24 escolas de 1º ciclo do ensino básico (CEB) e as atividades de enriquecimento curricular, com taxas de cobertura de 48% e de 68%, respetivamente, no ano letivo 2016/17, correspondendo a 4.573 alunos do 1º CEB, lecionados por 176 técnicos AEC's.

Através do programa Porto de Atividades, foram distribuídos 750 kits de natação.

No ano 2016, registou-se o fornecimento de 1.072.070 refeições escolares às escolas básicas do 1º ciclo e aos jardins-de-infância (JI) da rede pública.

Como medida de complemento à ação social escolar, o Município do Porto ofereceu, no arranque do ano letivo, 1.652 Kits escolares aos alunos de 1º ano, constituídos por materiais didáticos básicos que permitiram aliviar os encargos familiares nesta fase do ano.

A iniciativa Escola Solidária garantiu a abertura das cantinas escolares nas pausas letivas da Páscoa e do Natal, para proporcionar uma refeição completa a todos as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos de idade.

O regime de Fruta Escolar foi complementado com a medida municipal de fornecimento de lanche escolar diário, a todos os alunos do 1º CEB e JI's, num total de 1.354.937 lanches escolares e um investimento de 243,9 mil euros.

Através do programa Escola Viva, decorre a requalificação física dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, mediante intervenções de melhoria das condições do edificado escolar.

Foi requalificada a EB da Caramila, foram alvo de intervenções/beneficiações as escolas de João de Deus, Condominhas, Covelo, Falcão, Antas, Padre Américo, S. Roque da Lameira e N. Srª de Campanhã, S. Tomé e Castelos, acrescentando-se ainda a reabilitação dos espaços exteriores e recreios escolares, pinturas interiores, entre outras melhorias, identificadas nos relatórios da ARS Norte.

Foram igualmente efetuadas ações ao nível da eficiência energética (caldeiras) em 6 EBs, nomeadamente Campinas, Campo 24 de Agosto, Condominhas, Montebello, S. Roque da Lameira e N. Srª de Campanhã.

A nível energético, salienta-se ainda uma clara aposta na mudança das infraestruturas de rede de gás propano para gás cidade nas EBs de Lagarteiro, S. Roque da Lameira, Augusto

Lessa, S. Tomé, Sol, Torrinha, Condominhas, João de Deus, S. Nicolau, António Aroso e Alegria.

Na pausa de verão, e através da GOP, EM, teve início a requalificação/ampliação interior da EB da Vilarinha e da EB Fernão de Magalhães. Posteriormente arrancou ainda a requalificação da EB da Pasteleira.

O Programa Municipal de Educação Para o Risco, direcionado à promoção de uma cultura e educação para o risco, pelo carácter transversal e interinstitucional das temáticas, justificou a colaboração ativa de outros serviços/parceiros de referência da comunidade e do município (BSB, PSP, Departamento Municipal de Proteção Civil, INEM, Hospital CUF, Universidade do Porto, Agrupamentos de Escola, Associações de Pais, ACP Kids, entre outros). Abrangendo áreas como a segurança humana, alimentação e estilos de vida saudáveis e família e comunidade, contempla, entre outros, os projetos Prevenir para Proteger, Dia da Internet Mais Segura, Atitudes e Sinais para Aprender a Viver, Semana Europeia da Mobilidade, Bebe Água do Porto, Heróis da Fruta e Prevenção de Comportamentos de Bullying.

Com o projeto Prevenir para Proteger sensibilizou-se a comunidade educativa para a prevenção de comportamentos ao nível dos riscos naturais e tecnológicos e testou-se a operacionalização do Plano de Segurança Interno das EB's através da realização de exercícios de simulacro de incêndio. Estas ações, envolveram cerca de 9.000 alunos do 1º ciclo e pré-escolar, cerca de 562 docentes, 325 não docentes, 265 técnicos AEC e 147 colaboradores Euresst a desempenhar funções diariamente nas EB's.

As atividades de coadjuvação curricular, através do programa Porto de Crianças, envolveram, nas áreas de educação artística, educação científica e educação para a cidadania 6.437 crianças dos jardins-de-infância e alunos do 1º CEB. Salienta-se o Prémio Jovem Cineasta, atribuído no Festival CINANIMA a um filme de animação realizado no âmbito da atividade de Cinema de Animação, a oferta aos agrupamentos de escolas dos 81 filmes de animação, que constituem o espólio deste programa e o espetáculo de encerramento, no Coliseu do Porto, com 2.248 crianças, docentes e 1.326 pais e encarregados de educação.

Realça-se ainda a atividade Políticos por um dia, que promoveu debates entre turmas, na Assembleia Municipal, com a presença do executivo, abrangendo 8 turmas e 179 alunos de JI's e 1º CEB e a construção de uma plataforma digital que funciona como ferramenta lúdica para as escolas.

No âmbito do programa O Porto a Ler, assinala-se a atribuição de fundo documental aos agrupamentos de escolas Eugénio de Andrade e Garcia de Orta, e a oferta de 37

exemplares de quatro títulos para a Escola Solidária, tendo como destino Cabo Verde. Para a EB 2/3 do Castelo da Maia e o seu projeto Vá para fora cá dentro, foram oferecidos dois exemplares de dois títulos editados pelo Município. A Little Free Library do Porto recebeu quatro exemplares de quatro títulos diferentes. De assinalar também a participação de 533 alunos do 1º ciclo e JI's nas oficinas dinamizadas pela Fundação de Serralves, o projeto Chat Analógico, que promove a comunicação intergeracional com a participação de 94 alunos do 1º ciclo e 94 seniores de centros de convívio e a Rota dos Livros, que envolveu as bibliotecas escolares de todos os agrupamentos e escolas não agrupadas da cidade e 3.968 alunos. No âmbito da ação de coautoria de escrita criativa conjunta, 122 alunos participaram para O Nosso Livro, e foi finalizada a ação Contas tu e conto eu, com a oferta de 25 livros. Na edição do ano 2015/2016 do Concurso de Escrita Criativa, com o tema O Palácio de Cristal participaram 18 alunos. Ao nível das atividades do Centro de Investigação e Intervenção na Leitura, salienta-se a ampliação do trabalho realizado em 4 agrupamentos de escolas, 12 estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância da rede pública, com a participação de 234 alunos. Foi ainda realizada uma nova edição de Teatro-debate, em palco em 19 escolas da cidade, abarcando cerca de 1.400 alunos. Foram iniciadas as Oficinas de curta duração, dinamizadas pela Árvore-Cooperativa de atividades artísticas, que tiveram 107 alunos participantes do 2º e 3º ciclos do ensino básico.

O programa Porto de Futuro, que assenta em parcerias entre agrupamentos de escolas da cidade e o tecido empresarial local, continua a permitir a partilha de boas práticas e a transferência de conhecimento do mundo empresarial para as escolas. Abrangeu 10.560 pessoas, desde colaboradores de empresas a voluntários, alunos e professores.

A implementação do GRITO – projeto de envolvimento artístico da comunidade escolar do 1º ciclo, com enfoque nas áreas artísticas não tradicionais como as artes circenses, teatro físico, artes plásticas, expressão dramática, movimento e música, envolveu, 16 turmas e 336 alunos, do 3º e 4º ano, dos agrupamentos de escolas e Conservatório de Música do Porto, num espetáculo de rua, na Praça D. João I.

No âmbito da implementação de parcerias educativas, com entidades culturais da cidade, celebraram-se protocolos ou contratos com instituições como a Fundação Casa da Música, Fundação de Serralves, Teatro Pé de Vento, Balletatro e Conselho Português para a Paz e Cooperação.

No Concurso Descobre Outra Cidade, 224 alunos do ensino secundário, de 11 escolas de ensino regular e profissional, realizaram trabalhos dedicados ao tema Empreender com o património, perspetivando a criação de roteiros alternativos que promovam e explorem de forma sustentável o património cultural da cidade do Porto.

Ainda na área do património, a Educação participou no projeto O Meu Porto é Património Mundial, que decorre ao abrigo do Plano de Gestão do Porto Património Mundial, junto dos estabelecimentos do 2.º ciclo do ensino básico, da rede pública e particular, e no acompanhamento de sessões e organização da exposição final, que envolveu 691 alunos, de 28 estabelecimentos de ensino.

No âmbito da publicação do livro Educação para a Arte - Encontros com a Cidade, sobre a importância da arte pública enquanto recurso educativo, disponibilizou-se às escolas um conjunto de roteiros educativos para organização de atividades pedagógicas, sendo os percursos preparados e acompanhados por um técnico.

No que concerne às Bibliotecas Escolares de salientar a integração de uma biblioteca escolar do 1º CEB – EB de Montebello, na Rede de Bibliotecas Escolares do Ministério da Educação e a aquisição de equipamento para a criação de duas novas bibliotecas, no âmbito da requalificação das respetivas escolas, EB Vilarinha e EB Fernão de Magalhães.

O projeto CREARE, com enfoque na igualdade de género, na violência entre pares e na intimidade, no treino de competências sociais e pessoais e na gestão de conflitos, direitos humanos e das crianças, envolveu 134 alunos do 2º ano de escolaridade.

No Porto de Conhecimento, programa educativo de promoção de competências e de capacitação da comunidade educacional, que visa alavancar o conhecimento e o nível de literacia científica da comunidade educacional, foram desenvolvidos vários projetos e iniciativas educativas de promoção da ciência, da tecnologia e da investigação destacando-se os projetos ComCiência com palestras, laboratórios e atividades científicas, que abrangeram 618 alunos, SEI – Sociedade, Escola e Investigação, formalizado através de protocolos de cooperação entre o Município, 15 escolas, 13 Instituições de ensino superior e 2 centros de investigação, e Aprender a Programar que envolveu 99 alunos de 4 escolas do 2º ciclo.

No âmbito do projeto Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, alargou-se a parceria ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto e foram atribuídas 10 bolsas de estudo via 12ºano. Em 2016 não foram atribuídas bolsas de estudo via maiores de 23 anos por falta de candidaturas.

O projeto Cadeias Tróficas Marinhas – Conhecer para Comunicar, em parceria com o CIIMAR - UP (Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Porto), envolveu 229 alunos, do 3º ciclo e secundário e apresentou uma Mostra dos trabalhos desenvolvidos na Escola Artística Soares dos Reis, e o Open Day Oceano, aberto às famílias e população em geral, no Pavilhão da Água. O projeto Ciência e Religião –

Debates na Escola, destinado a alunos do ensino secundário, abrangeu 323 alunos, de 5 estabelecimentos de ensino público e privado.

O SIM Cidade incluiu o projeto Mundo dos Sabores, com o mote a alimentação saudável, a participação de 583 alunos de escolas públicas e privadas e a sessão de encerramento Feira dos Sabores na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, o projeto Nos Bastidores da Cidade, com a participação de 150 alunos do ensino pré-escolar público e privado, e o projeto Conhecer os Cantos à Casa, onde participaram 146 colaboradores em 21 sessões.

Memórias com Sabor é um projeto intergeracional, no âmbito do qual participaram 45 Idosos e 72 Crianças de 3 instituições da cidade, o Centro Social da Foz do Douro, o Centro Social e Paroquial de Cedofeita e a Benéfica Previdente – Associação Mutualista.

O projeto Tenho 25 anos foi desenvolvido com a Fundação de Serralves, envolveu um grupo de jovens do Centro António Cândido e um grupo de idosos do Centro de Dia do Bom Pastor, e contou com uma exposição na Fundação de Serralves.

No âmbito das Cidades Educadoras, sendo o Município do Porto membro do Comité Executivo da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), participou na reunião deste comité e Assembleia Geral da AICE e no XIV Congresso Internacional das Cidades Educadoras. Associou-se ainda à celebração da primeira edição do Dia Internacional da Cidade Educadora, 30 de novembro, com um programa de atividades educativas que decorreram em 15 estabelecimentos de ensino.

Em 2016, o Projeto Educativo Municipal (PEM Porto) realizou várias ações para reforçar o Porto como Cidade Educadora. Foi promovida uma reflexão na elaboração de propostas de melhoria a nível do funcionamento interno e do fortalecimento da Rede Interinstitucional do PEM Porto que prosseguiu com a elaboração e implementação do plano de ação 2016/2017 e o Encontro PEM Porto – Um Compromisso com a Cidade, com 116 presenças e a integração de 2 novos parceiros.

O Município do Porto aderiu, em 2016, ao Programa Cidades Amigas das Crianças, relançado pelo Comité Português para a UNICEF em 2015, com o propósito de promover a aplicação dos direitos das crianças nas vilas e cidades portuguesas, cujo plano de ação local está a ser elaborado.

Os eventos Um dia de Natal e A Bela e o Monstro proporcionaram momentos de fantasia e diversão características da época de Natal a 9.000 crianças.

Juventude

Na área da Juventude e no âmbito do programa **Apoio e promoção à juventude** com uma execução de 96,2 mil euros, concretizaram-se projetos e iniciativas da política municipal de juventude assente nos eixos de Promoção Social, Associativismo e Cidadania; Educação e Formação; Emprego e Empreendedorismo.

No domínio do Plano Municipal de Juventude concretizou-se o estudo de diagnóstico à realidade social e respostas sociais para a juventude, com a participação de mais de 2.000 jovens. Recolheu-se informação e contributos dos jovens, através de atividades que assentam em processos participativos e com recurso a metodologias utilizadas no âmbito da educação não formal, reforçando parcerias com associações de jovens e entidades com respostas na área da juventude. Apresentou-se a versão preliminar do Plano Municipal de Juventude 3.0, e respetivos Planos de Ação Anuais, para os próximos três anos, aos membros do Conselho Municipal de Juventude, interlocutores privilegiados e figuras representativas em matéria de juventude.

Relativamente à Promoção Social, Associativismo e Cidadania promoveu-se o apoio técnico e logístico às atividades académicas e ao movimento associativo jovem, tendo sido apoiadas 66 iniciativas.

Deu-se continuidade ao Conselho Municipal da Juventude do Porto e iniciou-se um estudo de caracterização do associativismo jovem no Porto que permitiu uma maior aproximação com o movimento associativo, o conhecimento da atividade associativa e manter atualizada a informação do associativismo jovem no concelho. Prosseguiu-se com o Debate a tua Cidade, que permitiu envolver mais de 30 jovens num debate sobre variados temas relacionados com os domínios de intervenção do Plano Municipal de Juventude e promover a participação ativa dos jovens e o diálogo estruturado. Implementou-se a terceira edição do Projeto Porto de Partida proporcionando a mais de 30 jovens institucionalizados, em Lares de Infância e Juventude, a oportunidade de participarem em intercâmbios internacionais, ao abrigo do Programa Erasmus+.

Foi dada continuidade ao Plano Local de Capacitação, com a segunda edição do Projeto Capacita.te, com o objetivo de reforçar as aptidões e competências dos jovens, em geral, e dos dirigentes associativos, em particular, permitindo melhorar a sua performance associativa e facilitar a integração no mercado de trabalho.

Realizou-se o concurso Prémio Porto Jovem, para reconhecer publicamente as boas práticas das associações, prosseguiu-se com as ações destinadas ao acolhimento de estudantes internacionais, através do Programa Porto Acolhe, envolvendo mais de 700 participantes e implementou-se o Programa Study in Porto, através do estabelecimento de

uma rede de parceiros institucionais, cuja plataforma informática permitirá promover o Porto enquanto destino de excelência para estudar e investigar.

Na área do Emprego e Empreendedorismo desenvolveu-se, com a Fundação da Juventude, o Programa Empreende Jovem, para promoção de uma cultura empreendedora junto dos jovens, afirmando o Porto como cidade de referência no empreendedorismo jovem.

Turismo

No Turismo através do programa **Intensificar e impulsionar o turismo** foram executados 1,3 milhões euros.

Em 2016 o Município continuou a assumir um papel regulador, dinamizador, agregador e facilitador no funcionamento do setor do Turismo na cidade, com especial enfoque nas questões da sustentabilidade, acessibilidades e criatividade, assumindo relevância no papel ativo na elaboração do novo regulamento de transporte em Circuitos Turísticos.

A atividade turística do Porto voltou a conhecer um significativo crescimento, apoiado no projeto Portal de Turismo do Município do Porto e no reforço da notoriedade e posicionamento das marcas Porto. e submarcas no mercado da região de Lisboa e no mercado internacional, alinhado com a marca Porto and the North: Essence of Portugal, que permitiram promover o Porto no mercado turístico nacional e internacional. Reforçou-se a marca visitporto, como marca de confiança, implementou-se a plataforma agregadora de serviços de turismo – oportunity API, promoveu-se o apoio técnico e logístico a eventos nacionais e locais do segmento Meeting Industry, (MI) e a elaboração e divulgação de estudos de comportamento, perfil e satisfação do turista.

A aposta nos produtos turísticos prioritários para 2016 manteve-se focalizada no city break e no turismo de negócios, complementada com a aposta estratégica na Gastronomia e Vinhos, com maior enfoque no desenvolvimento da presença do Porto na Great Wine Capitals Global Network, na realização da Assembleia Geral no Porto e a promoção do concurso Best of Wine Tourism 2016, bem como dos produtos complementares, touring cultural e paisagístico, turismo cultural, turismo de eventos, turismo científico e turismo náutico.

A tendência positiva no crescimento do movimento turístico no Porto e conseqüentemente no dinamismo económico local e regional é visível pelo aumento da afluência aos Postos de Turismo, que atingiu os 513.580 visitantes e corresponde a um crescimento de 13,5% face ao ano anterior, pelo aumento para 33.622 turistas atendidos nos diversos canais de acolhimento não presencial, pelos 738.596 acessos ao Portal de Turismo, em mais de 2,3

milhões de páginas visualizadas, e também pela taxa de satisfação dos turistas no atendimento não presencial que atingiu os 91%.

Abasteceu-se ainda o setor do turismo com 866.446 mapas turísticos oficiais e a comercialização nos postos de turismo do Porto Card foi superior a 340 mil euros, mais 40,7% que no ano anterior. No âmbito do projeto Vamos Receber à Moda do Porto, formaram-se mais de 240 futuros profissionais de turismo, realizaram-se 194 ações de acolhimento, disponibilizou-se material do Porto a 62.412 pessoas que participaram em congressos e eventos profissionais, apoiaram-se 876 entidades com material turístico e 263 congressos e eventos profissionais, inseriram-se 1.913 conteúdos no Portal de Turismo, produziram-se 1.414.305 exemplares de material de informação e promoção turística e editaram-se 2 novos suportes de informação e divulgação turística.

No âmbito da Porto Film Commission, em articulação com entidades públicas, privadas e serviços municipais, apoiaram-se 168 produções, das quais 112 nacionais e 56 internacionais, que contribuíram para a projeção nacional e internacional da cidade.

Manteve-se a Presidência da Direção da Associação de Turismo do Porto.

Segurança

No programa **Segurança e securitismo dos cidadãos** foram executados 4,4 milhões de euros.

O Batalhão de Sapadores Bombeiros (BSB) manteve o seu reequipamento plurianual no equipamento individual e coletivo. Foi dotado com o novo equipamento de proteção individual completo para todos os colaboradores, incluindo os novos sapadores bombeiros recrutados, a frequentar a recruta desde Dezembro de 2015. Renovou o fardamento individual de serviço, tendo em vista a uniformização dos corpos de bombeiros profissionais.

Manteve-se o investimento na manutenção e renovação dos equipamentos de intervenção em incêndios urbanos, mergulho, salvamento em altura, desencarceramento e matérias perigosas, com o objetivo permanente da melhoria da capacidade de resposta, bem como o programa de manutenção preventiva dos equipamentos de socorro e reequipamento/substituição gradual das comunicações com novos equipamentos, com realce para a aquisição de um veículo urbano de combate a incêndios, uma embarcação de socorro, equipamento de resgate em estruturas colapsadas e equipamento de comunicações em túneis e caves.

Por forma a manter a operacionalidade nos seus padrões de excelência, tornando o BSB num quartel moderno e adequado à resposta de socorro à cidade do Porto, as instalações estão a ser alvo de intervenções de manutenção.

As instalações do Centro de Gestão Integrada (CGI) foram transferidas do edifício dos Paços do Concelho para as instalações do Centro Municipal de Operações de Emergência de Proteção Civil, localizado no BSB, trazendo ao CGI novas valências que envolvem as várias Unidades Orgânicas do Município, Agentes de Proteção Civil e outras Entidades.

No âmbito da Polícia Municipal, estabeleceu-se como prioridade o incremento da capacidade de resposta de fiscalização de trânsito tendo em vista a melhoria da mobilidade e das acessibilidades. Nesse sentido implementaram-se novas equipas policiais de alta mobilidade (motociclos) para resposta célere às solicitações. Paralelamente o aumento da capacidade de remoção de viaturas através da contratualização de seis reboques permitiu uma melhor fruição do espaço público por quem vive, trabalha ou visita a cidade.

Durante 2016 a Polícia Municipal Porto integrou a rede nacional de emergência SIRESP - Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal, que garantiu a articulação com as forças de segurança e de proteção civil.

A Proteção Civil, com o objetivo de promover a coordenação, preparação, resposta e recuperação a acidentes graves e catástrofes, na salvaguarda da população, dos bens e do património na cidade do Porto, procedeu à aquisição de equipamento de proteção individual e dispositivos de proteção coletiva. Reequipou ainda os postos de trabalho com aquisição de mobiliário adequado, modernizou-se com a aquisição de novos equipamentos de comunicação de acesso restrito, dotou as equipas com equipamento de apoio operacional/logístico e inovou nas ações de sensibilização com equipamentos multimédia, materiais e brindes para os diversos públicos-alvo.

Desporto e Animação

No objetivo do Desporto integra-se o programa **Incentivar e dinamizar o Desporto**, onde foram executados 6 milhões de euros, na quase totalidade pela empresa municipal Porto Lazer, EM, que voltou a assumir um papel determinante na promoção e diversificação de atividades físicas e desportivas, tanto a nível interior como exterior, na revitalização e dinamização dos seus equipamentos desportivos e na organização de novos e diferenciadores eventos.

No âmbito dos equipamentos desportivos, a Porto Lazer, EM tem a seu cargo a gestão e dinamização de três piscinas municipais, sete pavilhões e três campos sintéticos, para além

do Complexo Desportivo Monte Aventino, do Parque Desportivo de Ramalde e do Pavilhão Rosa Mota. Ao longo do ano, foram desenvolvidas mais de 40 modalidades desportivas nestes equipamentos, com cerca de 420 mil utilizações.

Em paralelo, e procurando fomentar uma nova relação dos cidadãos com o espaço público, dinamizaram-se vários programas para promoção da atividade física regular, destinados a todas as idades, com destaque para o Porto Antistress, Dias com Energia, No Porto a Vida é Longa, Baixa em Boa Forma, Porto Sem Barreiras, Anda Porto, Desporto no Sítio e o De Volta à Forma.

Neste ano iniciou-se o projeto CapacitaDes.Porto, com o objetivo de apoiar associações, clubes e coletividades com fins desportivos, através de um conjunto de mecanismos que contribuam para a capacitação e qualificação das organizações e das pessoas (técnicos, colaboradores, voluntários) tendo em vista a melhoria da sua gestão e funcionamento, aumento da sua qualidade e capacidade técnica tornando-as mais eficientes e eficazes, autónomas e sustentáveis.

A oferta dos Campos de Férias, nas férias de Verão e Páscoa, onde participaram 1.900 crianças e jovens, foi reforçada com o alargamento do número de semanas de funcionamento.

Afirmando-se cada vez mais como a capital do Running em Portugal, a cidade do Porto foi palco de várias provas de atletismo que mantiveram um elevado número de participantes, como sucedeu com a Meia Maratona do Porto, a Corrida de São João, a Maratona do Porto ou a São Silvestre do Porto. Com níveis de participação bastante relevantes são ainda de destacar, entre outras, a Wings for Life World Run, Corrida do Dia do Pai, Volta a Paranhos, Corrida/Caminhada dos Ossos Saudáveis e Porto a Subir.

Merecem ainda particular destaque, pelo seu impacto e dimensão internacional, a organização de eventos como o Open Internacional de Karaté; o Porto City Race, que nesta edição atraiu 600 participantes de 15 países; o Porto Open, que este ano voltou a ter uma vertente feminina e se consolidou como o segundo maior torneio de ténis do país; o Porto Extreme XL, etapa portuguesa pontuável para o Campeonato do Mundo de Extreme Enduro que, pelo segundo ano consecutivo, se disputou na Ribeira do Porto, juntando mais de 20 mil espetadores; e, o Porto Street Stage, classificativa espetáculo do Rally de Portugal, pontuável para o Campeonato do Mundo de Ralis (WRC), que atraiu à baixa do Porto mais de 100 mil pessoas.

Também ao nível da animação, a Porto Lazer, EM tem vindo a consolidar e reforçar o seu papel, procurando dar resposta às novas dinâmicas da cidade, reinventando as suas

principais tradições, conquistando novos públicos, organizando eventos de dimensão e projeção internacional, com uma oferta cada vez mais diversificada ao longo de todo o ano.

Iniciativas como a Festa de São João do Porto, o Natal e a Passagem de Ano, as Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda, o Programa de Arte Urbana do Porto, o Dia Nacional dos Centros Históricos, a Exposição das Camélias, a Festa da Criança, as Noites Ritual, o Festival Varandas, o Cinema Fora do Sítio, o Jazz ao Relento, as Porto Sunday Sessions ou os Concertos na Avenida, entre muitas outras, constituíram um êxito retumbante, batendo recordes sucessivos em termos de afluência de público, com a participação, ao longo de todo o ano, de mais de 6 milhões de pessoas.

Assumindo-se cada vez mais como um destino de eleição na área da música, a cidade do Porto foi em 2016 palco de mais uma edição do NOS Primavera Sound. Foi o ano em que o festival registou a sua maior assistência de sempre, com 85 mil espectadores a passarem pelo Parque da Cidade ao longo dos três dias. Embora com um conceito diferente, também o NOS em D'Bandada se consolidou em 2016 como o maior evento de música realizado num só dia em Portugal, levando perto de 200 mil pessoas aos mais de 20 palcos espalhados pela Baixa da cidade, incluindo, pela primeira vez, o Silo Auto. A música foi, igualmente, uma aposta ganha durante a Festa de São João do Porto, com três concertos, em três dias consecutivos (Xutos & Pontapés, Banda Sinfónica Portuguesa e GNR) que encheram a Avenida dos Aliados. O mesmo sucedeu na Passagem de Ano, com mais de 160 mil pessoas a darem as boas vindas ao novo ano naquela que é já considerada a maior sala de espetáculos ao ar livre do país.

Ao nível do desporto e com execução através da empresa municipal GOP, EM, destacam-se as empreitadas de reparação do pavimento do Pavilhão Nicolau Nasoni e o início da remodelação do Parque Desportivo de Ramalde.

Mobilidade e Transportes

No objetivo da Mobilidade, composto pelo programa **Melhoria da mobilidade e infraestruturas**, foram faturados 7,8 milhões de euros.

Neste âmbito, a DMMGVP continuou a desenvolver a sua ação de forma a melhor contribuir para a concretização do seu objetivo estratégico de melhoria da mobilidade dos cidadãos.

No domínio da intervenção e promoção da mobilidade urbana sustentável, e seguindo a estratégia definida nos anos anteriores, com vista a uma mobilidade cada vez mais sustentável ao nível do município e com impacto metropolitano, foi lançado o concurso de

conceção para o Terminal Intermodal de Campanhã e respetivas acessibilidades, cujo vencedor foi já selecionado.

No final de 2016 e na mesma lógica de mobilidade multimodal e integrada, deu-se início à reabilitação do Terminal do Bom Sucesso, criando melhores condições para os passageiros e mais espaço de paragem para autocarros.

O regulamento de transporte em Circuitos Turísticos foi finalizado e sujeito a consulta pública, permitindo num futuro próximo que o transporte turístico não colida com a mobilidade quotidiana dos cidadãos e com um claro incentivo a soluções mais sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Foi encomendado um estudo de avaliação do atual modelo das Zonas de Acesso Condicionado de forma a perceber se o esquema de funcionamento está ajustado às idiosincrasias das zonas da Ribeira, Flores, Sé, Santa Catarina, Santo Ildefonso e Cedofeita, com o objetivo de criação de um novo regulamento a aplicar nessas zonas.

No âmbito da gestão da mobilidade em zonas escolares, foram implementadas medidas na rua de Guerra Junqueiro com vista a reduzir o impacto no trânsito da tomada e largada de passageiros junto aos estabelecimentos de ensino e a reduzir a sinistralidade junto dos mesmos.

Em 2016, foi concluída a monitorização da segunda fase do projeto-piloto para permissão da circulação de motociclos e ciclomotores em corredores BUS e, face aos resultados obtidos, foi alargada, a título experimental, à generalidade deste tipo de vias existentes no município. Esta monitorização continua a ser desenvolvida no que respeita à sinistralidade.

Como medidas de apoio ao transporte público rodoviário, deu-se continuidade ao projeto Via Livre, tendo sido realizadas intervenções na rua da Natária/rua de S. Dinis, rua de Antero de Quental/rua do Vale Formoso e, concluiu-se a segunda fase da intervenção na rua de Costa Cabral. Foi ainda criado um corredor BUS na rua de Diogo Botelho.

No âmbito da melhoria das condições de segurança nas travessias de peões foi instalada sinalização LED em 13 passadeiras, selecionadas com base, nomeadamente, na frequência de atropelamentos, indicador de gravidade dos atropelamentos, classificação hierárquica do arruamento e exposição do peão ao tráfego automóvel. Neste âmbito foram ainda intervencionadas travessias de peões na rua de D. Manuel II, rua do Campo Alegre e avenida de Fernão de Magalhães.

Para além do estudo do impacto dos transportes turísticos na cidade, foi acompanhado o estudo de tráfego desenvolvido para a requalificação da avenida da Boavista (troço compreendido entre a rua de João Grave e a avenida do Parque).

Iniciou-se a construção de indicadores de mobilidade com o intuito de melhorar a eficiência na gestão da mobilidade e tráfego, nomeadamente, estacionamento, sinistralidade, transporte individual, e transporte público.

No âmbito da gestão da construção e da manutenção das infraestruturas viárias, em 2016, manteve-se a beneficiação de pavimentos, tendo-se realizado 20.374m² de intervenções nas faixas de rodagem, nos passeios e arranjos marginais. Efetuou-se o assentamento de 1.226m de lancis e 2.637 intervenções reativas. Foram acompanhadas 6.068 intervenções de obras, de ocupação de subsolo, de pavimentação e urbanização e avarias. Continuou-se a intervenção em passadeiras e procedeu-se ao levantamento e colocação de rampas.

Relativamente à promoção da eficiência e diversificação energética, iniciou-se a elaboração de uma candidatura ao NORTE 2020, para intervenção nos sistemas de iluminação pública com a substituição de cerca de 10.000 pontos de luz com luminárias de tecnologia tradicional, por luminárias LED`S, dando continuidade à intervenção realizada no ano anterior com apoio comunitário do POVT. De referir que, fruto desta intervenção, em 2016 foi conseguida uma poupança de 1.555.180kw/h e de 187,7 mil euros.

Assegurou-se o acompanhamento e a coordenação do contrato de concessão de energia elétrica de baixa tensão e as intervenções de iluminação decorativa.

No domínio da gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária, mantiveram-se na gestão municipal os parques de estacionamento da Trindade, Alfândega, Duque de Loulé, Caminhos do Romântico, Cedofeita e Viela do Anjo. A média mensal de receita bruta dos parques por lugar de estacionamento foi idêntica à de 2015 para os parques da Trindade, Caminhos do Romântico e Viela do Anjo, aumentou 8% no da Alfândega e 22% no parque de Duque de Loulé e desceu 20% no parque de Cedofeita. O número de avenças em parques apenas registou um acréscimo, de 13%, no parque da Trindade.

Em Agosto foi cedido pela STCP ao Município do Porto, o imóvel da Estação de Recolha de S. Roque, onde entre outros, funcionará um parque de estacionamento para autocarros em serviço ocasional.

No âmbito da concessão de serviço público, dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade do Porto, assinado com a Eporto em dezembro de 2015 por um período de 12 anos e cuja exploração se iniciou em março de 2016, encontravam-se em finais de dezembro em funcionamento 392 máquinas que correspondiam a 7.072 lugares de estacionamento, em contrapartida com os 4.234 anteriores à concessão, com um proveito/máquina de 7,8 mil euros e global de 2,2 milhões

de euros. O número de avenças para residentes, em 31 de dezembro de 2016, era de 2.052 comparativamente às 393 emitidas em 2015.

Relativamente ao sistema de gestão de tráfego e ao sistema de controlo automático de acessos, procedeu-se à desativação do armário de fibra ótica na rua do Bonjardim e reposição de fibras óticas em armário de bastidores próprio no edifício dos Correios de forma a reduzir a exposição ao dano e suscetibilidades a avarias do sistema de comunicações. Implementou-se uma nova instalação luminosa e efetuaram-se 29 alterações a sinalizações luminosas existentes. Foram colocadas 14 câmaras de vídeo de gestão do tráfego. Foi realizada a interligação ao sistema ITS de tráfego de duas interseções na rua da Constituição, criada uma nova zona centralizada e interligação de 9 controladores de tráfego a essa zona: Asprela e feita a migração de subsistemas de controlo de acessos, vídeo, túneis e gestão de sinalização luminosa da antiga sala de controlo de tráfego para o novo Centro de Gestão Integrada do Porto no BSB.

No que respeita à manutenção de sinalização vertical e horizontal, foram reparados 2.432 sinais de trânsito. Na sinalização horizontal foram efetuadas pinturas e repinturas, de marcas rodoviárias, em 29.072 m².

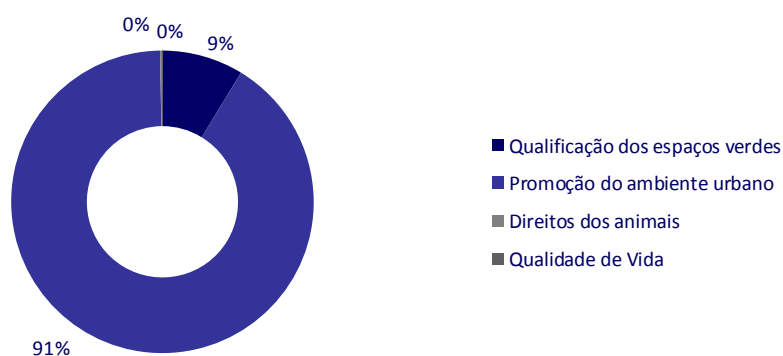
No âmbito do projeto de Informação Geográfica da Via Pública, que visa a disponibilização de informação da via pública a todos os colaboradores do Município, aos munícipes e às entidades, foram desenvolvidos 12 temas, com produção e gestão de 82.987 objetos. A sinalização vertical, a concessão do estacionamento e o sistema de gestão de tráfego foram os temas que implicaram maior afetação de recursos. Foram criadas 17 plataformas web e efetuada a articulação com vários serviços internos e entidades externas.

No que compete à emissão de licenças e outros títulos no espaço público foram recebidos, em 2016, 2.376 pedidos de licença de ocupação da via pública, 1.368 pedidos de licença de ocupação de subsolo com infraestruturas e 1.728 pedidos de licença/solicitações para ocupação do espaço público com mobiliário urbano e publicidade, num total de 5.472 pedidos dos quais 4.634 foram deferidos.

Através da empresa municipal GOP, EM, é de realçar a execução das empreitadas de iluminação da praça Marquês de Pombal e de beneficiação da rua Infante D. Henrique e Largo e da rua do Carmo, bem como dos pavimentos das ruas Nagasáki, Avelar Brotero, Escola Normal, Agra, Castelos, Constituição, Avenida AEP, Rotunda do Bessa e Avenida Sidónio Pais, Diogo Botelho, Dr. Nuno Pinheiro Torres, Sarmento Beires, Castelo Guimarães, praça das Flores e sinalização em vários arruamentos, nomeadamente, das ruas Monsanto, Sousa Pinto e Egas Moniz. Foi concluído o concurso para a empreitada de beneficiação da rua da Restauração e o projeto do Arranjo Urbanístico do Bairro Leão XIII.

Ambiente e Qualidade de Vida

F.4 – Ambiente e Qualidade de Vida



O Ambiente e Qualidade de Vida integra os programas de Qualificação dos espaços verdes com 2,1 milhões de euros, Promoção do ambiente urbano com 21,9 milhões de euros, Direitos dos animais e Qualidade de vida com 55,8 mil euros.

No âmbito da **Qualificação dos espaços verdes**, foram instalados ou beneficiados os parques infantis da Areosa, S. Roque da Lameira, Conhecimento, Covelo, Soares dos Reis, Cordoaria, Foco, Cervantes, Asas de Ramalde, Belém, Escultor Henrique Moreira, Cálem, Arca d'Água e Pasteleira, remodelado o Edifício Ambiente no Parque da Cidade, reconstruídos muros no jardim das Virtudes e beneficiadas as Hortas da Lada e das Condominhas, bem como o jardim Sarah Afonso. Com o reforço da rede de parques infantis por todas as freguesias da cidade, o Porto passou a disponibilizar à sua população infantil e juvenil 31 parques infantis, o que ultrapassa o rácio padrão entre um a dois parques infantis por cada mil crianças.

No Parque da Cidade implementou-se o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria Eco Management and Audit Scheme através da realização de auditorias interna e externa ao documento resultante deste processo, denominado Declaração Ambiental, estando em fase de registo na Agência Portuguesa do Ambiente.

Em 2016 iniciou-se o inventário arbóreo nos Parques Urbanos, sendo expectável que findo o projeto a cidade tenha inventariadas cerca de 60 mil árvores.

Foi implementada a 1ª edição do projeto Florestas Urbanas Nativas no Porto (FUN Porto), com o objetivo de expandir a estrutura verde da cidade, estudar os serviços ecológicos em contexto urbano associados à floresta assim como promover a ligação dos munícipes a estes recursos vitais para a sustentabilidade da cidade. No âmbito do Viveiro Municipal,

foram semeadas cerca de 60 mil sementes de 16 espécies diferentes e estão em produção mais de 40 mil plantas autóctones. Com a 1ª edição da iniciativa “Se tem um jardim, temos uma árvore para si”, foram aprovadas 246 candidaturas que conduziram à entrega e plantação de cerca de 1.700 árvores/arbustos de 11 espécies diferentes, no concelho do Porto. A 1ª edição do programa Rota das Árvores contou com 210 participantes e todas as ações esgotaram o limite de inscrições em poucos minutos. Foi ainda preparado o protocolo de parceria com as Infraestruturas de Portugal para plantação de 20 mil árvores até 2020 em espaços associados a eixos de circulação principal e na área-piloto da Quinta de Salgueiros.

Em simultâneo, com a atualização do sistema central de controlo de rega instalado no Parque da Cidade, concluiu-se a ligação do Parque da Pasteleira e iniciou-se a ligação do Palácio de Cristal e Parque das Virtudes a esta nova tecnologia de gestão de rega em espaços verdes. O projeto de rega inteligente associado ao investimento na recuperação das fontes, permitiu que a direção de ambiente reduzisse o consumo de água em cerca de 250 milhões de litros, uma poupança de quase 37% face a 2015.

Manteve-se a colaboração com a Câmara de Gondomar para a construção do Exutor da ETAR do Rio Tinto na estrutura do Parque Oriental, para desenvolvimento e ampliação Parque Oriental.

Em termos da **Promoção do ambiente urbano**, o Porto ambiciona ser a maior referência nacional ao nível da mobilidade elétrica. Neste sentido está a ser renovada a frota de veículos movidos a combustíveis fósseis, para viaturas elétricas, com o objetivo de 75% dos veículos serem elétricos. Atualmente, a frota municipal conta com 16 veículos elétricos e um híbrido plug-in.

Em 2016 recolheram-se 135.769 toneladas de resíduos, dos quais 111.862 toneladas correspondem à recolha indiferenciada e 23.910 toneladas à recolha seletiva, o que neste caso representa um aumento de 3,8% face a 2015. No âmbito do cumprimento das metas de preparação para reutilização e reciclagem, a autarquia apresenta, atualmente, uma taxa de 25,8%, o que supera, em 24,3%, a fasquia definida para 2016. Em relação à recolha seletiva, superou-se largamente a meta definida para 2016 (52,7 kg/hab./ano), apresentando uma taxa de 56,6 kg/habitante. Os resultados alcançados decorrem, sobretudo, da implementação e alargamento de projetos de recolha seletiva porta-a-porta no sector não residencial, nomeadamente os serviços de recolha seletiva multimaterial no centro da cidade, na Ribeira e na zona da Movida.

Neste mesmo âmbito e no cumprimento da estratégia da CMP onde a cidade pretende liderar a temática de valorização dos resíduos tendo sempre em atenção a sustentabilidade

da operação, foi em março lançado o concurso público internacional para a recolha do indiferenciado e limpeza pública, procedimento que garantirá a execução destes serviços por um período de 8 anos com a exigência de uma frota totalmente alimentada a gás natural. Foram também iniciados os procedimentos necessários à criação da Empresa Municipal de Ambiente do Porto que ficará responsável quer pela execução deste contrato, quer pela execução por administração direta da recolha seletiva ao abrigo de um contrato de gestão delegada.

Em parceria com a Lipor e a Universidade de Wageningen, e através do projeto Embrulha, promoveu-se a redução da fração alimentar nos resíduos indiferenciados dos restaurantes, através da promoção da utilização de embalagens ecológicas para transporte de sobras de refeições pelos clientes. Ainda no âmbito das parcerias internacionais, o Porto, juntamente com as cidades de Córdoba, Talin, Siracusa e Cracóvia, integra o projeto INTHERWASTE – Interregional Environmental Integration of Waste Management in European Heritage Cities, para partilha de experiências e boas práticas entre cidades históricas europeias na gestão de resíduos, de modo a promover a criação de conhecimento e a alteração de políticas de gestão.

Ainda em parceria com a Lipor, através do projeto Horta à Porta, alargou-se a rede de hortas municipais para quatro com a inauguração de mais uma na zona da Lada.

No âmbito da comemoração dos 150 anos dos Jardins do Palácio de Cristal (1865-2015), foram organizados eventos, com a participação de cerca de 2 mil pessoas.

Foi dada continuidade à estratégia municipal de educação ambiental, cujo programa se destaca pela capacidade de garantir uma oferta pedagógica consistente para promover a mudança de comportamentos e transformar os mais jovens em adultos ambientalmente responsáveis e solidários, dinamizando cerca de 20 oficinas ambientais, que abordam as temáticas mais prementes e são dinamizadas, diariamente e em regime totalmente gratuito, nos 6 centros de educação ambiental do Município, com a participação de mais de 53 mil pessoas, na maioria crianças. Procurou-se ainda comunicar e interagir de forma distinta com os restantes segmentos-alvo (famílias, população universitária, população sénior, população com necessidades especiais), destacando-se a implementação da 3ª edição do programa Ambiente em Família, que visa abrir a rede de centros às famílias ao fim de semana, em colaboração com docentes e investigadores da Universidade do Porto.

Foi concluído o documento Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, no âmbito do projeto ClimAdaPT.Local, que reuniu várias Universidades de renome no país e foi apoiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014. Esta estratégia prevê cerca de 50 opções de adaptação que visam absorver e retroagir perante

os principais riscos climáticos, que se estimam ver agravados de forma mais severa no concelho do Porto.

Na luta contra os efeitos das alterações climáticas, iniciou-se o estudo relativo à introdução das coberturas verdes, sendo o objetivo do projeto Quinto Alçado do Porto a definição do modelo que se deve seguir para introdução de coberturas verdes na estratégia de implementação e desenvolvimento das infraestruturas verdes da cidade.

Integradas no XI Ciclo Cultural dos Cemitérios do Porto, foram organizadas 9 visitas guiadas, diurnas e noturnas, com temáticas da história da fotografia e da música do séc. XIX/XX, em parceria com a Comunidade Anglicana da Igreja de St. James e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, e cerca de 700 participantes.

No domínio das águas, a empresa municipal Águas do Porto, EM registou progressos significativos nos projetos estratégicos de gestão integrada do ciclo urbano da água no Município do Porto, tendo por base os princípios da eficiência operacional, da responsabilidade social e ambiental e do equilíbrio económico-financeiro.

Na concretização do seu plano de investimentos assinala-se a empreitada de Santos Pousada/Campo 24 de Agosto, para solucionar o principal problema de drenagem de águas pluviais na cidade do Porto, que provoca inundações frequentes, em dias de maior pluviosidade, e o bom ritmo de dois dos cinco grupos de empreitadas definidas como prioritárias no âmbito da remodelação da rede de abastecimento de água e que englobam a substituição de 25 km de condutas, 2.763 ramais e 216 hidrantes. Iniciaram-se também as obras de desvio de infraestruturas de águas residuais pluviais na zona do Mercado do Bolhão, integradas no projeto de restauro e modernização do emblemático mercado da cidade do Porto.

Para concretização do objetivo estratégico Fazer da água um fator de afirmação da cidade, foram adjudicados os concursos públicos para a requalificação do antigo reservatório da Pasteleira, a reformulação e implementação de experiências no Pavilhão da Água e a recuperação, reconstrução e ampliação do edificado e da área de logradouro envolvente da Quinta de Baixo.

No segundo trimestre de 2016, a empresa adjudicou o maior contrato em termos de volume de investimento desde a sua constituição em outubro de 2006. No valor de 23 milhões de euros, o contrato de prestação de serviços de operação e manutenção das ETAR de Sobreiras e do Freixo, espera-se que venha a permitir uma poupança de 4,5 milhões de euros.

Na gestão operacional, a água não faturada registou o valor mais baixo de sempre, tendo atingido uma taxa de 18,6%, para o que contribuiu o controlo ativo de perdas e a rápida

intervenção na reparação de roturas e avarias, assim como os investimentos realizados na remodelação da rede de abastecimento de água e na renovação do parque de contadores. Quanto à qualidade da água para consumo humano, foram obtidos valores de excelência, com um nível de cumprimento dos parâmetros legais de 99,7%.

A acessibilidade física do serviço de saneamento fixou-se em 99,4%, o que significa que a construção da rede de drenagem de águas residuais se encontra perto da sua conclusão. Complementarmente, a taxa de prédios ligados à rede pública de saneamento aumentou para 99%. Um trabalho decisivo para a melhoria da qualidade da água das ribeiras que atravessam a cidade do Porto, em paralelo com um projeto de eliminação das aflúências indevidas e infiltrações.

No que respeita à frente marítima, manteve-se o galardão Bandeira Azul em três zonas balneares, numa faixa litoral contínua que se estende desde a foz do rio Douro até à zona balnear do Homem do Leme, abrangendo oito praias de banhos. Essas zonas balneares foram, igualmente, premiadas com o galardão Praia com Qualidade de Ouro, atribuída pela associação ambientalista Quercus.

Na área da educação ambiental, nomeadamente nas ações levadas a cabo pelo Pavilhão da Água durante a época balnear nas praias com Bandeira Azul, assinala-se o facto de o Porto ter sido distinguido como o Município Mais Azul a nível nacional. A Associação Bandeira Azul da Europa reconheceu, ainda, a colaboração da empresa na implementação do Programa Nacional de Vigilância da Bandeira Azul.

No âmbito dos **Direitos dos animais**, continuou a ser implementado o Plano Municipal de Controlo da População Animal de Cães e Gatos, designadamente, as componentes de Construção do futuro Centro de Recolha Oficial e a Aplicação do método CED (Captura-Esterilização-Devolução) em colónias. A escolha do local recaiu sobre uma parte da área onde funciona atualmente o Viveiro Municipal, na zona de Campanhã, tendo o estudo prévio sido concluído. As novas instalações irão permitir o aumento das atuais 94 boxes para 220, para além da separação dos serviços de adoção, com o objetivo de melhorar as condições sanitárias. O espaço será ainda dotado de um bloco cirúrgico que permitirá a esterilização de canídeos e felídeos, sala de enfermagem independente para tratamento e acompanhamento clínico dos animais alojados, zonas de exercício e de sociabilização, área de tosquia e higienização.

No que toca ao método CED, os serviços municipais procuram estabelecer com as diferentes associações zoófilas um padrão de exigência elevado relativamente ao funcionamento das colónias, no que toca a horários de alimentação, rede de cuidadores, cuidados clínicos, condições de salubridade, sinalética. Está em preparação um

regulamento municipal para colónias e um fornecimento contínuo de serviços de esterilização para apoio à gestão das colónias mais problemáticas.

O programa **Qualidade de vida** é assegurado essencialmente pela Provedoria dos cidadãos com deficiência que continuou a desenvolver atividades que pretendem promover, junto das entidades internas e externas, a instituição de políticas assertivas e de alcance da plena cidadania.

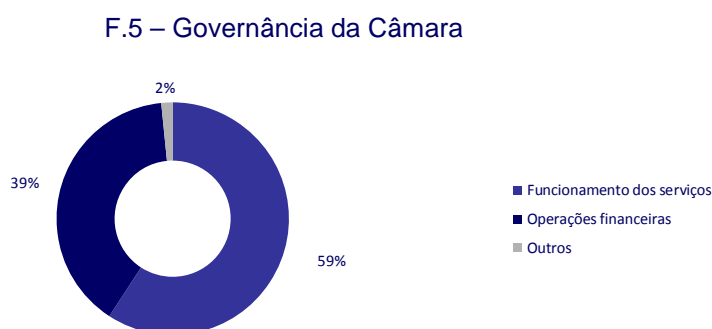
Em 2016 fortaleceu-se o trabalho de continuidade, criando eventos temáticos e implementando projetos geradores de dinâmicas potenciadoras de mudança, relacionados com a deficiência, entre os quais se destacam os projetos Modelo de Continuidade para a Implementação da Vida Independente na Cidade do Porto e 100% Turismo.

Estabeleceu-se uma nova metodologia de interação com o público com a nova ferramenta, a aplicação Up Clérigos, deu-se continuidade ao Concurso Municipal Escola para Todos com o objetivo de estruturar um futuro mais inclusivo, e criou-se o projeto-piloto Capacitar para o Autismo.

Para promoção e dinamização do desporto adaptado na cidade do Porto, iniciaram-se os trabalhos de organização de um Congresso Internacional de Desporto Adaptado e realizou-se um Torneio Solidário de Basketball em Cadeira de Rodas.

Criou-se ainda um grupo de trabalho, com a Metro do Porto, a STCP e Organismos de Apoio a Pessoas com Deficiência, e, no sentido de se garantir maior segurança e conforto das pessoas com deficiência, preparou-se um Guia de Plano de Emergência e Evacuação de Pessoas com Deficiência.

Governância da Câmara



A Governância da Câmara engloba os programas de Funcionamento dos serviços com 79,2 milhões de euros, Operações financeiras com 52,6 milhões de euros e Outros com 2,1 milhões de euros.

No âmbito do **Funcionamento dos serviços** a crescente dinâmica económica da cidade do Porto teve reflexos visíveis, nomeadamente na atividade de fiscalização, nas áreas urbanística, de ocupação do espaço público e publicidade, ambiental e feiras e mercados municipais. Refletiu-se no elevado volume de comunicações de início de obras, 1.277, nas cerca de 600 comunicações de instalação e alteração de estabelecimentos e 1.015 comunicações de ocupação do espaço público efetuadas no âmbito de Licenciamento Zero, no aumento da reabilitação do edificado, que teve como consequência o crescente número de pedidos de determinação do nível de conservação de edifícios para efeitos de benefícios fiscais.

Toda esta conjuntura determinou a necessidade de reforço da fiscalização de forma intensiva em matéria de ocupação do espaço público, como por exemplo, andaimes, tapumes e esplanadas e ao nível da correta deposição de resíduos e utilização adequada dos respetivos equipamentos de recolha, especialmente na Baixa e Centro Histórico, zonas mais críticas, procurando que a cidade se mantenha ordenada e atrativa para aos seus utilizadores. A garantia de atuação traduziu-se na realização de cerca de 13.300 ações de fiscalizações.

No domínio da gestão do pessoal a autarquia prosseguiu com as políticas e medidas centradas na racionalização e otimização dos recursos humanos. Nesse enquadramento, respeitou os limites de despesas de gestão de pessoal respeitando o enquadramento legal vigente.

Em matéria de gestão de recursos humanos destacam-se o desenvolvimento do Guia do Trabalhador, suporte informativo digital e em papel, para todos os trabalhadores, no qual estão explicadas as matérias mais relevantes na área de recursos humanos, e o plano de formação do ano de 2016 que registou uma taxa de realização de cerca de 95%, em termos de número de ações previstas versus realizadas.

Manteve-se a intervenção junto dos trabalhadores através de iniciativas que se focalizaram no reconhecimento (Clube de Prata, Postal de Aniversário), na promoção da inovação e desenvolvimento (Ideias com Curso) e do espírito corporativo (Clubes Temáticos e Picnicão).

Durante o ano de 2016, levaram-se a cabo várias ações de recrutamento, com vista a reforçar a capacitação interna, designadamente nas áreas de segurança das pessoas (Bombeiros Sapadores e Polícias Municipais), bem como nas demais áreas de intervenção do Município.

Através da Direção Municipal da Presidência prosseguiu-se com o esforço de gestão eficaz das diversas tipologias de atendimento atualmente disponibilizadas pelo Município, com

destaque para a articulação com a Agência para a Modernização Administrativa quanto às formalidades que tramitam no Balcão do Empreendedor. Em resultado da atual dinâmica da cidade foram realizados ajustamentos diversos na informação disponibilizada aos cidadãos e nos procedimentos camarários, tendo em vista a otimização dos circuitos administrativos.

No âmbito do apoio aos órgãos autárquicos realçam-se as atividades conducentes à preparação das 27 reuniões do Órgão Executivo e das 14 sessões do Órgão Deliberativo, bem como a preparação e organização das reuniões dos órgãos consultivos, designadamente do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Juventude e do Conselho Municipal de Economia. Em articulação com a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, realizaram-se as ações definidas pela Comissão Nacional de Eleições, relativas ao procedimento eleitoral para o Presidente da República. Divulgou-se a informação da autarquia, nomeadamente através do Boletim Municipal Eletrónico (525 documentos), de publicação das normas regulamentares no Diário da República e de disseminação de diversa informação interna no Portal do Colaborador.

Na área da comunicação deu-se continuidade à produção de vídeos com conteúdos temáticos que promovem e dão a conhecer as mais diversas atividades da cidade - nomeadamente Best of Wine Turism 2017, Águas do Porto – vídeo institucional, Antes do alarme – Batalhão Sapadores Bombeiros Porto, Green Project Awards, 5 km de Património Documental do Porto, 10.º aniversário da Cidade das Profissões, Passagem de Ano 2016 - e ainda os programas alusivos à história e cultura da cidade, como Freguesias do Porto e Cidade Líquida. Prosseguiu-se com a consolidação da marca Porto. e a divulgação e cobertura de eventos, iniciativas e projetos desenvolvidos pela autarquia, através dos vários canais, redes sociais e da App Porto.

Na vertente internacional salienta-se a assinatura de acordos de cooperação com a Administração Metropolitana de Bangkok e com a cidade de Marsala (Itália) e o reforço das relações com a China (especialmente Shenzhen e Shangai) e com Marraquexe. No âmbito da rede de cidades assinala-se a realização da Eurocities Cooperation Platform no Porto e a participação do município nas diversas atividades do Eixo Atlântico e da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro. Realça-se, quanto às relações bilaterais, a admissão da cidade na União das Cidades Capitais de Língua Oficial Portuguesa e a continuidade dos trabalhos com Timor. Ao nível da cooperação descentralizada e do intercâmbio de boas práticas foram desenvolvidas e aprofundadas relações com várias cidades, como é o caso de Bordéus, Dubai, Kharkiv e Macau. Na esfera interna assinalam-se as cerimónias de tomada de posse de Sua Excelência o Presidente da República, a visita de Estado de Suas Majestades, os Reis de Espanha a Portugal e a receção à seleção nacional de futebol.

No domínio da auditoria interna releva-se a assessoria ao Conselho Municipal de Finanças, o acompanhamento da implementação e início da revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, assim como o seguimento das auditorias/verificações externas efetuadas ao Município, a conclusão da auditoria à atribuição dos fogos de habitação social e o início da auditoria à aplicação da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso.

Ao nível dos sistemas de informação, procedeu-se à renovação do parque informático, com a substituição de 564 computadores, com ganhos em tempo de resposta de máquinas e de aplicativos, permitindo aumentar a produtividade dos trabalhadores do Município. Este projeto permitiu ainda adquirir e instalar 80 computadores para os novos colaboradores e 150 nas EB1s.

Sendo a segurança dos sistemas de informação um dos principais focos deste programa de investimento foram iniciados os projetos de Firewall, que permitirá que os anexos suspeitos recebidos por correio eletrónico sejam filtrados através de tecnologia denominada por sandbox; de System Center Configuration Manager, que possibilita a inventariação do parque informático, e a gestão das atualizações e antivírus de forma centralizada; de Monitorização de Sistemas, para monitorizar o estado de máquinas e serviços individualizados e analisar dependências; e de Controlo de Acessos à Rede para validação de cumprimento dos requisitos necessários dos equipamentos que se tentam ligar à rede do Município.

No âmbito do processo municipal de compras, a evolução da plataforma eletrónica permitiu ganhos significativos de produtividade, com destaque para a publicitação automatizada do relatório de execução do ajuste direto simplificado. A incorporação de novas funções na plataforma, aperfeiçoamento das existentes ou eliminação das que se mostrem redundantes, permitiu, desde 2013, e até 2016, uma redução nos tempos de execução de tarefas associadas à formação dos contratos de 20,7%.

Na área das compras públicas desenvolveu-se 1 fórum temático para debater as compras sustentáveis e discutir os caminhos a seguir para melhor atingir os objetivos associados à promoção de políticas sociais, económicas e de proteção do ambiente, que contou com 11 oradores, representantes de reguladores, tribunais, juristas, empresas e compradores públicos, dentre os quais o exército brasileiro, e foi assistido por 91 participantes de 49 entidades (26 privadas e 23 públicas).

Na área de influência da Gestão do Património, destacam-se a alienação da Casa Manoel de Oliveira e do Palacete Pinto Leite, a gestão de 400 ocupações ativas, a georreferenciação de 1.060 processos de cadastro, que se encontram publicados no Portal

Técnico do Município do Porto (GEOPORTO), bem como a participação à matriz da totalidade dos fogos habitacionais disponíveis, decorrente de imposições legais que obrigam à existência, no início de 2017, de valor patrimonial tributário para cada um dos fogos para atribuição dos valores das rendas. Neste domínio foram tratadas e cadastradas, com incorporação no balanço, 259 parcelas no valor 10,8 milhões de euros.

Como alavanca para inverter a tendência demográfica, contribuir para o equilíbrio social da cidade e aumentar a competitividade, iniciou-se o exercício dos direitos de preferência do Município do Porto sobre prédios situados no centro histórico. Desde o início desta medida de política, em julho de 2016 e até dezembro, foram analisados 727 pedidos, submetidos para apreciação superior 39 pedidos e foi exercido o direito de preferência sobre 12 imóveis, correspondente a um investimento de 2 milhões de euros.

No âmbito da gestão da receita municipal destaca-se o projeto de melhoria contínua, com a colaboração do Instituto Kaizen, que se traduziu, fundamentalmente, na implementação do modelo KPI's (Key Performance Indicators) para toda a atividade da Divisão Municipal de Receita: níveis de serviço, controlo das existências, taxas de não conformidades, entre outros, na definição de planos de ação com vista à melhoria, gestão e distribuição da carga de trabalho pela equipa, de fácil leitura, e gestão do seu acompanhamento. Com este projeto, para além da organização física da entrada e dos processos em curso, aumentou-se a polivalência da equipa e a qualidade do serviço prestado e diminuíram-se os tempos de resposta.

Ao nível dos projetos participados, a receita de 5,5 milhões de euros, respeita essencialmente às candidaturas submetidas ao QREN, em overbooking. Em 2016, das 16 candidaturas aprovadas, 10 foram no âmbito do Portugal 2020, no total de 2,2 milhões de euros de investimento elegível e 1,9 milhões de euros de participação comunitária.

No âmbito da avaliação e certificação do Porto pela World Council on City Data (WCCD), a cidade do Porto foi certificada com o nível GOLD, pela norma ISO 37120 - Desenvolvimento sustentável das comunidades: Indicadores de serviços e qualidade de vida da cidade, sendo a primeira cidade portuguesa com esta certificação, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da cidade e dos cidadãos.

Em três direções municipais, DMFP, DMSI e DMRH, decorreu, ao longo do ano, um projeto de melhoria continua apelidado de Kaizen Diário. Este projeto visou, essencialmente, a transformação cultural onde as equipas se convertem em equipas naturais capazes de gerir a sua própria atividade de melhoria e com isso reduzirem/eliminarem tarefas que não acrescentam valor e melhorarem os resultados inerentes à sua atividade. O projeto, implementado em 4 fases, permitiu em cada equipa a criação de ferramentas, como

indicadores, planos de trabalho, planos de ação de melhoria, entre outras, a organização dos espaços, físicos e informáticos, a identificação das principais tarefas e normalização garantindo assim polivalência, qualidade e produtividade, e, por fim, capacitar as equipas a melhorar os seus próprios processos através de ferramentas de diagnóstico de processos e resolução de problemas. Por forma a consolidar os resultados e garantir a sustentabilidade dos mesmos a cada nível implementado seguiu-se uma auditoria para avaliar a qualidade de implementação e corrigir eventuais desvios.

RELATÓRIO DE GESTÃO. 2016



Relatório Financeiro

III – RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. Principais destaques

Q.2 – Indicadores

Indicador	2014	2015	2016
Receita			
Variação da receita total	-2,9%	7,5%	26,9%
Receitas correntes / Receitas totais	81,5%	71,7%	67,9%
Variação das receitas correntes	5,9%	-5,4%	20,1%
Receitas fiscais / Receitas correntes	66,9%	64,5%	63,8%
Receitas correntes cobradas / Receitas correntes orçadas	112,4%	103,6%	108,0%
Despesa			
Variação da despesa total	-15,2%	7,2%	24,7%
Despesas correntes / Despesa total	78,2%	74,5%	62,9%
Variação das despesas correntes	-0,6%	2,2%	5,2%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	46,6%	47,4%	47,2%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	83,4%	89,8%	85,0%
Equilíbrio orçamental e Dívida			
Saldo corrente / Receitas correntes	25,8%	19,9%	29,8%
Serviço da dívida / Receitas correntes	8,0%	8,9%	27,9%

Os rácios orçamentais registam, em 2016, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do orçamento.

A receita total regista um acréscimo de 57,8 milhões de euros. Para este acréscimo contribuem, o somatório dos diversos agrupamentos das receitas de capital que aumenta 23 milhões de euros, as reposições não abatidas aos pagamentos com uma variação negativa de 52,4 mil euros, o saldo da gerência anterior com um aumento de 3,8 milhões de euros, relativamente ao ano de 2015, e o aumento das receitas correntes de 31 milhões de euros.

As receitas fiscais, que continuam a ser as receitas com peso mais significativo nas receitas correntes, revelam-se também as receitas que mais contribuíram para o acréscimo das receitas correntes, quando comparadas com 2015.

Ao nível das despesas totais verifica-se, no ano em apreço, um acréscimo de 24,7%, por força do aumento de 6,4 milhões de euros das despesas correntes e de 34,5 milhões de euros nas despesas de capital.

A variação positiva verificada nas despesas correntes ocorre nas rubricas de despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, juros e outros encargos e outras despesas correntes, registando-se uma redução das restantes. Neste ano, os encargos com pessoal, embora registem um aumento em termos absolutos, diminuem o seu peso quer nas despesas correntes quer nas despesas totais.

Pese embora o aumento das despesas correntes, o seu peso relativamente às despesas totais foi inferior ao verificado no ano de 2015.

A taxa de execução da receita corrente do Município, bem como a taxa de execução da despesa corrente, são demonstrativas do princípio de rigor e prudência nos pressupostos enunciados na preparação do orçamento.

A taxa de crescimento do saldo corrente em 2016, superior à ocorrida nas receitas correntes, faz com que o rácio que lhe está associado aumente face ao ano anterior.

O aumento do serviço da dívida por força das amortizações antecipadas efetuadas no âmbito do Acordo do Porto, e outras, associado ao acréscimo menos significativo das receitas correntes justifica o aumento de 19 p.p. no respetivo rácio.

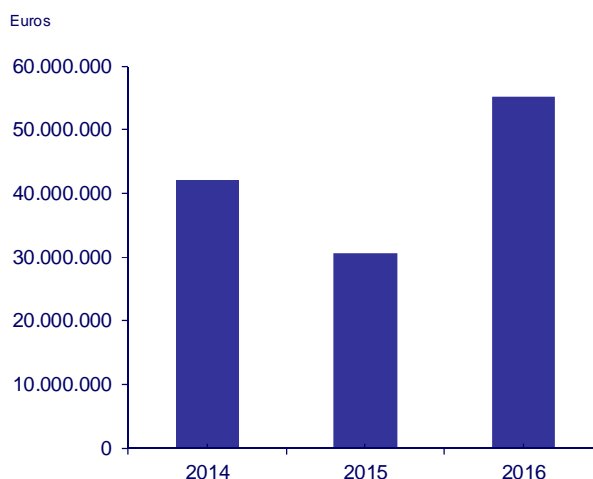
2. Equilíbrio Orçamental

Q.3 – Regras orçamentais de equilíbrio

Designação	2016	2015	Varição
	€	€	15-16
Poupança corrente	55.212.143	30.636.558	80,2%
Equilíbrio orçamental - excedente anual	51.911.798	19.620.550	164,6%
Saldo global efetivo	112.388.322	58.678.477	91,5%

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A execução do orçamento do Município do Porto cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital. Em 2016, a poupança corrente foi de 55,2 milhões de euros, significativamente superior aos 25,8 milhões de euros previstos no orçamento inicial.

F.6 – Evolução da poupança corrente



A evolução da poupança corrente ao longo do último triénio permite verificar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização da dívida. O acréscimo acentuado da receita corrente em 2016 relativamente a 2015 conjugado com um aumento menos significativo das despesas correntes influenciou a poupança corrente cujo valor superou o verificado nos anos de 2014 e 2015.

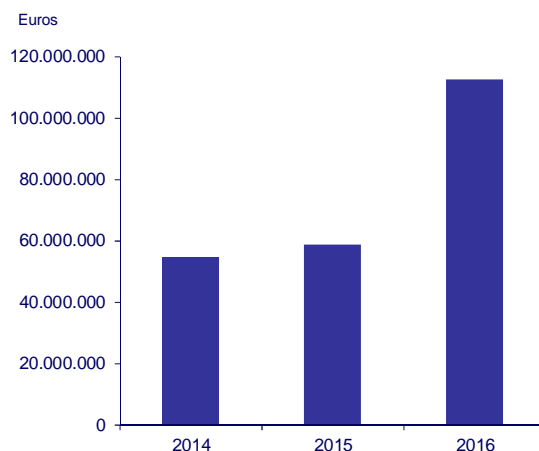
Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Para além do bom desempenho financeiro do Município do Porto evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda, em 2016, o excedente de 51,9 milhões de euros, obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo, e que compara com o excedente de 19,6 milhões de euros do ano anterior.

Em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais o orçamento deve respeitar o equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros).

Em 2016, o saldo global efetivo foi de 112,4 milhões de euros. O desvio entre o saldo global efetivo orçamentado e o conseguido no final do ano, resulta em grande parte do saldo de gerência do ano 2015, integrado no orçamento em sede de revisão orçamental e do montante recebido do Estado no âmbito do Acordo do Porto.

F.7 - Evolução do saldo global efetivo



A evolução do saldo global efetivo ao longo dos últimos três anos, evidencia a capacidade de poupança do Município, que permitiu, de forma sustentada, manter e melhorar o equilíbrio das finanças municipais.

3. Análise da Despesa

3.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

Q.4 – Modificações ao orçamento segundo a natureza

Designação	Dotação Inicial		Dotação Final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Despesas com pessoal	71.587.408	34,5%	64.730.208	24,4%	-6.857.200	-9,6%
Aquisição de bens e serviços	56.414.164	27,2%	63.628.292	24,0%	7.214.128	12,8%
Juros e outros encargos	1.538.135	0,7%	5.713.135	2,2%	4.175.000	271,4%
Transferências correntes	8.145.550	3,9%	8.986.250	3,4%	840.700	10,3%
Subsídios	4.812.321	2,3%	5.490.821	2,1%	678.500	14,1%
Outras despesas correntes	4.492.870	2,2%	4.405.042	1,7%	-87.828	-2,0%
Despesas correntes	146.990.448	70,9%	152.953.748	57,7%	5.963.300	4,1%
Aquisição de bens de capital	46.273.960	22,3%	54.064.793	20,4%	7.790.833	16,8%
Transferências de capital	2.047.170	1,0%	2.577.370	1,0%	530.200	25,9%
Ativos financeiros	959.558	0,5%	1.159.558	0,4%	200.000	20,8%
Passivos financeiros	10.718.864	5,2%	47.770.050	18,0%	37.051.186	345,7%
Outras despesas de capital	210.000	0,1%	6.366.231	2,4%	6.156.231	2931,5%
Despesas de capital	60.209.552	29,1%	111.938.002	42,3%	51.728.450	85,9%
Total	207.200.000	100,0%	264.891.750	100,0%	57.691.750	27,8%

Embora a elaboração do orçamento seja norteadada pela rigorosa identificação das despesas, durante a execução podem acontecer situações em que as dotações previsionais são insuficientes ou até mesmo inexistentes. Para ultrapassar estas situações, efetuaram-se modificações orçamentais que, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento de 57,7 milhões de euros, entre as quais uma revisão para integração do saldo de gerência transitado do ano anterior.

Os reforços ao orçamento inicial da despesa permitiram acomodar, entre outros, as dotações para o reembolso antecipado de empréstimos previstos no Memorando de Entendimento entre o Estado e Município do Porto e outros empréstimos, para reforço das dotações de investimentos, nomeadamente de terrenos e de viadutos, arruamentos e obras complementares, para além das dotações afetas a eventuais processos de indemnizações. Em contrapartida, a diminuição mais significativa ao orçamento inicial ocorreu no agrupamento das despesas com pessoal.

As modificações ao orçamento não alteraram a sua estrutura, pese embora a redução de 13,2 p.p. do peso das despesas correntes por aumento das despesas de capital no orçamento final face ao inicial.

De entre as rubricas cujas dotações foram reforçadas é de destacar, nas despesas correntes, a aquisição de bens e serviços, nomeadamente, para vestuário e artigos pessoais para a Polícia Municipal e Batalhão Sapadores Bombeiros, os outros trabalhos especializados fundamentalmente para os programas de inovação e ambiente, dinamização da cultura no âmbito do Programa Cidade Aberta e do Teatro Municipal do Porto, apoio pedagógico não formal, qualificação dos espaços verdes e comunicação e promoção da imagem do Município e os outros serviços para acomodar os encargos no âmbito da dinamização da cultura, incentivar e dinamizar o desporto (e animação), melhoria da mobilidade e transportes, promoção do ambiente urbano e serviços de informação, entre outros.

Em juros e outros encargos o reforço das dotações ocorreu para fazer face às condições contratuais de amortização antecipada dos empréstimos, no âmbito do Acordo do Porto e outros empréstimos.

Os reforços mais expressivos nas despesas de capital verificam-se nas aquisições de bens de capital para melhoria da mobilidade e infra-estruturas (urbanas), qualificação dos espaços verdes e infra-estruturas de suporte, comunicação e aquisição de equipamento e software informático, nos Passivos financeiros, para a amortização antecipada de empréstimos no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Estado e Município do

Porto e outros, e em outras despesas de capital, nomeadamente, na rubrica de indemnizações.

A redução mais significativa ao orçamento ocorre nas despesas com pessoal em resultado do ajustamento das respetivas dotações face ao valor efetivamente realizado.

Q.5 – Modificações ao orçamento por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Inicial		Orçamento Final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Assembleia municipal	92.029	0,0%	92.029	0,0%	0	0,0%
EM	4.811.965	2,3%	5.083.433	1,9%	271.468	5,6%
DMP	1.699.354	0,8%	1.701.994	0,6%	2.640	0,2%
DMFP	58.059.990	28,0%	74.551.983	28,1%	16.491.993	28,4%
DMRH	73.539.866	35,5%	66.560.083	25,1%	-6.979.783	-9,5%
DMCC	3.741.260	1,8%	4.679.627	1,8%	938.367	25,1%
DMPCASU	26.294.869	12,7%	27.517.233	10,4%	1.222.364	4,6%
DMMGVP	7.020.327	3,4%	6.999.292	2,6%	-21.035	-0,3%
DMU	883.800	0,4%	1.295.550	0,5%	411.750	46,6%
DMSI	3.581.929	1,7%	4.899.030	1,8%	1.317.101	36,8%
PM	3.545.550	1,7%	4.058.737	1,5%	513.187	14,5%
BSB	795.229	0,4%	2.170.229	0,8%	1.375.000	172,9%
DMSJ	440.285	0,2%	625.455	0,2%	185.170	42,1%
DME	6.711.357	3,2%	6.965.978	2,6%	254.621	3,8%
DMCT	1.385.536	0,7%	1.504.923	0,6%	119.387	8,6%
DMF	355.450	0,2%	388.114	0,1%	32.664	9,2%
DMDS	1.024.647	0,5%	1.155.318	0,4%	130.671	12,8%
Operações financeiras	13.216.557	6,4%	54.642.743	20,6%	41.426.186	313,4%
Total	207.200.000	100%	264.891.750	100,0%	57.691.750	27,8%

Com exceção da Assembleia Municipal que manteve o orçamento ao longo do ano, todos os outros Serviços Responsáveis tiveram variações, verificando-se acréscimos na generalidade dos Serviços.

Em termos de reforços orçamentais, destacam-se as Operações Financeiras com 41,4 milhões de euros, por força da amortização antecipada de empréstimos e a Direção Municipal de Finanças e Património, com 16,5 milhões de euros, para acomodar, entre outros, a Aquisição, expropriação, permutas de terrenos e/ou edifícios e para indemnizações, o BSB com 1,4 milhões de euros para reforço do vestuário e equipamentos de segurança e socorro e de instalações dos serviços, e a DMSI, com 1,3 milhões de euros para assegurar dotações, fundamentalmente, para software e hardware informáticos.

3.2. Execução Orçamental da Despesa

Q.6 – Despesa por classificação económica

Designação	Despesa Orçada	Despesa Comprometida	Despesa Faturada	Despesa Paga	Desvio	Taxa de Execução	Despesa faturada e não paga
	€	€	€	€	€	%	€
	1	2	3	4	5=4-1	6=4/1	7=3-4
Despesas com pessoal	64.730.208	62.575.663	61.438.477	61.392.672	-3.337.536	94,8%	45.806
Aquisição de bens e serviços	63.628.292	56.565.940	51.509.314	50.164.905	-13.463.388	78,8%	1.344.409
Juros e outros encargos	5.713.135	4.442.967	4.442.967	4.442.967	-1.270.168	77,8%	0
Transferências correntes	8.986.250	7.659.036	6.552.380	6.540.001	-2.446.249	72,8%	12.379
Subsídios	5.490.821	4.139.210	4.139.210	4.139.210	-1.351.611	75,4%	0
Outras despesas correntes	4.405.042	3.705.679	3.302.460	3.297.794	-1.107.248	74,9%	4.666
Despesas correntes	152.953.748	139.088.494	131.384.808	129.977.548	-22.976.201	85,0%	1.407.260
Aquisição de bens de capital	54.064.793	34.365.252	26.556.535	26.267.736	-27.797.057	48,6%	288.799
Transferências de capital	2.577.370	2.410.090	2.354.316	2.354.316	-223.054	91,3%	0
Ativos financeiros	1.159.558	1.159.358	959.358	959.358	-200.200	82,7%	0
Passivos financeiros	47.770.050	47.223.002	47.223.002	47.223.002	-547.048	98,9%	0
Outras despesas de capital	6.366.231	0	0	0	-6.366.231	0,0%	0
Despesas de capital	111.938.002	85.157.702	77.093.211	76.804.412	-35.133.589	68,6%	288.799
Total	264.891.750	224.246.196	208.478.019	206.781.960	-58.109.790	78,1%	1.696.059

O orçamento de 2016 teve compromissos que representaram 84,7% do orçamento e uma faturação de 78,7%.

Por sua vez, as despesas correntes pagas representaram 62,9% do total executado e as despesas de capital 37,1%.

Da diferença entre a despesa faturada e a despesa paga em 2016 resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2017 de 1,7 milhões de euros. A dívida a fornecedores, que continua a manter-se a níveis muito reduzidos, permitiu que o prazo médio de pagamento a fornecedores se fixasse, no final de 2016, em 11 dias, o que se revela um comportamento exemplar na regularização dos compromissos. Saliente-se que esta dívida diz exclusivamente respeito a dívida não vencida e que o Município do Porto não tem pagamentos em atraso aos seus fornecedores.

Nas despesas correntes são as despesas com pessoal que têm maior peso e as aquisições de bens e serviços as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado. Em aquisição de bens e serviços, o desvio negativo de 7,1 milhões de euros no que respeita aos compromissos assumidos face ao previsto espelha o esforço de contenção das despesas ao longo do ano, em resultado nomeadamente das economias de escala fruto da maior eficiência quer pela utilização da Plataforma de Compras Eletrónica, quer pelo papel mais ativo desta área na reorganização do processo aquisitivo. A despesa faturada inclui a dívida transitada de 2015 que, neste agrupamento económico, foi de 900,8 mil euros. Em contrapartida, a dívida a transitar para 2017 é de 1,3 milhões de euros e

corresponde, genericamente, a faturas de dezembro cujo prazo de pagamento não se tinha vencido.

As despesas de capital comprometidas, que ascendem a 76,1% do orçamento respetivo, registam uma faturação de 68,9%. Em termos de execução, os desvios mais significativos são registados nas rubricas de aquisição de bens de capital e outras despesas de capital no montante de 27,8 milhões de euros e 6,4 milhões de euros, respetivamente, e dentro das mesmas, nas rubricas de terrenos, habitações – reparação e beneficiação e de edifícios – mercados e instalações sanitárias, e na de indemnizações.

O investimento global do Município do Porto, inicialmente previsto com 46,3 milhões de euros no agrupamento de aquisição de bens de capital, teve um aumento em sede de modificações orçamentais e uma taxa de execução de 48,6%, para o que contribuíram as rubricas de edifícios, nomeadamente as relacionadas com as instalações dos serviços e instalações desportivas e recreativas, com 74% e 73,5% respetivamente, as habitações, com destaque para os investimentos efetuados em reparação e beneficiação, com 68,8%, e de equipamento e software informático com 66,3% e 75%, respetivamente.

Q.7 – Despesa por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Final		Despesa Paga		Taxa de Execução
	€	%	€	%	%
Assembleia municipal	92.029	0,0%	66.275	0,0%	72,0%
EM	5.083.433	1,9%	4.310.188	2,1%	84,8%
DMP	1.701.994	0,6%	1.235.783	0,6%	72,6%
DMFP	74.551.983	28,1%	37.616.370	18,2%	50,5%
DMRH	66.560.083	25,1%	62.854.952	30,4%	94,4%
DMCC	4.679.627	1,8%	3.825.702	1,9%	81,8%
DMPCASU	27.517.233	10,4%	23.581.649	11,4%	85,7%
DMMGVP	6.999.292	2,6%	5.508.344	2,7%	78,7%
DMU	1.295.550	0,5%	144.631	0,1%	11,2%
DMSI	4.899.030	1,8%	3.063.669	1,5%	62,5%
PM	4.058.737	1,5%	2.918.214	1,4%	71,9%
BSB	2.170.229	0,8%	1.942.484	0,9%	89,5%
DMSJ	625.455	0,2%	481.295	0,2%	77,0%
DME	6.965.978	2,6%	4.779.937	2,3%	68,6%
DMCT	1.504.923	0,6%	1.302.014	0,6%	86,5%
DMF	388.114	0,1%	243.843	0,1%	62,8%
DMDS	1.155.318	0,4%	281.284	0,1%	24,3%
Operações financeiras	54.642.743	20,6%	52.625.327	25,4%	96,3%
Total	264.891.750	100,0%	206.781.960	100,0%	78,1%

Quanto à despesa por Serviço Responsável verifica-se que, em 2016, a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP) é a direção que apresenta o maior peso no orçamento em termos previsionais e o segundo maior peso, em sede de execução de despesas, ao agregar as transferências para as empresas municipais e outras entidades participadas bem como algumas despesas de funcionamento transversais, de que se destacam os seguros e as indemnizações.

Por outro lado, todas as despesas com pessoal estão concentradas na Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), sendo este serviço municipal o que apresenta o maior peso no orçamento em sede de execução de despesas.

A Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos (DMPCASU) tem um orçamento significativo por força das despesas com a manutenção e construção de parques e jardins, com a recolha de resíduos sólidos e a gestão da frota do Município, logo seguida do Departamento Municipal de Mobilidade e Gestão da Via Pública (DMMGVP) que gere a rede viária, o estacionamento e o tráfego urbanos.

3.3. Evolução da Despesa

Q.8 – Evolução da despesa paga

Designação	2016		2015		Variação 15-16
	€	%	€	%	
Despesas com pessoal	61.392.672	29,7%	58.505.841	35,3%	4,9%
Aquisição de bens e serviços	50.164.905	24,3%	49.670.454	30,0%	1,0%
Juros e outros encargos	4.442.967	2,1%	2.081.999	1,3%	113,4%
Transferências correntes	6.540.001	3,2%	7.115.949	4,3%	-8,1%
Subsídios	4.139.210	2,0%	4.923.144	3,0%	-15,9%
Outras despesas correntes	3.297.794	1,6%	1.241.063	0,7%	165,7%
Despesas correntes	129.977.548	62,9%	123.538.450	74,5%	5,2%
Aquisição de bens de capital	26.267.736	12,7%	19.122.087	11,5%	37,4%
Transferências de capital	2.354.316	1,1%	2.511.454	1,5%	-6,3%
Ativos financeiros	959.358	0,5%	2.909.358	1,8%	-67,0%
Passivos financeiros	47.223.002	22,8%	11.575.317	7,0%	308,0%
Outras despesas de capital	0	0,0%	6.177.101	3,7%	-100,0%
Despesas de capital	76.804.412	37,1%	42.295.317	25,5%	81,6%
Total	206.781.960	100,0%	165.833.768	100,0%	24,7%

Em 2016 a despesa paga teve um acréscimo 40,9 milhões de euros face ao ano anterior, ou seja, cresceu 24,7%.

As despesas correntes orçamentadas para 2016 (153 milhões de euros) foram superiores às de 2015 (137,6 milhões de euros) em cerca de 11,1%. Em termos de execução o aumento foi de apenas 5,2%. Pese embora este aumento, as despesas correntes diminuíram, em termos globais, o seu peso no total das despesas do Município.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal, que representam 42,3% na despesa corrente orçada e 47,2% na despesa corrente paga, com uma taxa de execução de pagamentos muito próxima dos 100% da despesa faturada. Este agrupamento, em conjunto com o das aquisições de bens e serviços, representam 85,8% da despesa corrente paga.

No que respeita às despesas de capital, a dotação para 2016 (111,9 milhões de euros), foi superior à de 2015 (73 milhões de euros) em 53,3%. Para este acréscimo concorreram as dotações inscritas em 2016, nos agrupamentos de aquisição de bens de capital e passivos financeiros.

Já no tocante às despesas pagas a variação foi de 24,7% para o que contribuíram todos os agrupamentos, com exceção das transferências correntes e de capital, dos subsídios, dos ativos financeiros e outras despesas de capital.

Q.9 – Evolução das despesas com pessoal

Despesas com Pessoal	2016		2015		Variação 15-16	
	€	%	€	%	€	%
Remunerações certas e permanentes	43.553.707	70,9%	41.436.185	70,8%	2.117.521	5,1%
Abonos variáveis ou eventuais	2.338.027	3,8%	2.128.824	3,6%	209.204	9,8%
Segurança social	15.500.937	25,2%	14.940.832	25,5%	560.105	3,7%
Total	61.392.672	100,0%	58.505.841	100,0%	2.886.830	4,9%

As despesas com pessoal apresentam, em 2016, uma variação positiva de 2,9 milhões de euros relativamente ao ano anterior. À semelhança dos últimos anos, o ano de 2016 continuou a ser marcado por profundas alterações legislativas com repercussões em matéria de recursos humanos, nomeadamente pela Lei do Orçamento do Estado (LOE) e pela Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro, que estabeleceu a extinção da redução remuneratória prevista na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, através da eliminação progressiva ao longo do ano de 2016, com reversões trimestrais, até eliminação completa da redução remuneratória a partir de 1 de outubro de 2016.

Conforme determinado pela LOE, continuaram suspensas as valorizações remuneratórias e outros acréscimos remuneratórios, entre os quais os prémios de desempenho. Foi permitido o recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação e o subsídio de Natal continuou a ser pago mensalmente, por duodécimos.

No final de 2015 o número de efetivos era de 2.799, e em 31 de dezembro 2016 foi de 2.887. O aumento verificado, deve-se à entrada de novos trabalhadores, na sequência de concursos de admissão de pessoal e considerando que o Município cumpria o disposto na LOE em matéria de despesas com pessoal, ao regresso de trabalhadores das empresas concessionárias de limpeza urbana da cidade, ao reforço da equipa dos polícias municipais e contratação de pessoal para as AEC's.

A variação positiva dos encargos com pessoal reflete-se em todos os subagrupamentos, sendo, em termos absolutos, de maior relevo no de remunerações certas e permanentes em resultado da reposição dos cortes salariais, para além da variação do número de efetivos. Neste subagrupamento, sobressaem as despesas com pessoal dos quadros – regime de contrato individual de trabalho, que representam 48,1% das despesas com pessoal, as despesas com pessoal em qualquer outra situação, o subsídio de refeição e o subsídio de férias e de Natal.

Nas despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, o acréscimo decorre, essencialmente das horas extraordinárias, formação e outros abonos em numerário ou espécie, nomeadamente serviços remunerados.

O aumento dos encargos no subagrupamento segurança social, resulta, essencialmente, do efeito conjugado do aumento das contribuições para os subsistemas de segurança social, quer no que respeita aos encargos para a Caixa Geral de Aposentações quer para a Segurança Social, e dos seguros, com a diminuição das outras pensões.

As aquisições de bens e serviços, com uma variação de apenas 1% relativamente ao ano anterior, reduziram o seu peso quer nas despesas correntes, quer nas despesas totais. As aquisições de bens diminuem face ao ano de 2015, em 605,7 mil euros e as aquisições de serviços aumentam 1,1 milhões de euros.

Nas aquisições de bens destacam-se as despesas com combustíveis e lubrificantes, alimentação-refeições confeccionadas e vestuário e artigos pessoais.

No que respeita às aquisições de serviços salientam-se as despesas com encargos de instalações, locação de material de transporte, trabalhos especializados e outros serviços, nesta rubrica essencialmente por efeito dos encargos com o contrato com a Porto Lazer,

EM, a gestão do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, e a concessão da recolha e a deposição de resíduos urbanos e limpeza da cidade.

Relativamente aos juros e outros encargos, verifica-se em 2016 um acréscimo significativo, por força das condições contratuais dos empréstimos de médio de longo prazo, reembolsados antecipadamente, para além dos juros vencidos ao longo do ano com os empréstimos. Acrescem os encargos financeiros com contratos de aquisição em leasing.

Q.10 – Estrutura das transferências e subsídios

Designação	2016		2015	
	€	%	€	%
Transferências correntes / subsídios	10.679.211	81,9%	12.039.093	82,7%
Freguesias	3.371.410	25,9%	3.324.206	22,8%
Empresas municipais	3.510.265	26,9%	4.443.129	30,5%
Outros	3.797.536	29,1%	4.271.758	29,4%
Transferências capital	2.354.316	18,1%	2.511.454	17,3%
Outros	2.354.316	18,1%	2.511.454	17,3%
Total	13.033.527	100,0%	14.550.547	100,0%

As transferências correntes e de capital, a que crescem, nas despesas correntes, os subsídios, apresentam, relativamente aos valores executados do ano anterior, um decréscimo de 1,5 milhões de euros. Para esta variação concorreram, nas transferências correntes, as efetuadas no âmbito do Programa Porto Solidário - Fundo Municipal de Emergência Social e a liquidação da Fundação Porto Social, e nas transferências de capital a redução dos apoios a entidades e das transferências para a LIPOR.

As transferências correntes para as empresas municipais, respeitantes a fluxos não reembolsáveis que, em termos orçamentais, são classificados como subsídios, decrescem, essencialmente, em resultado da redução das transferências para a GOP,EM, e ainda por, em 2016, não ter sido outorgado contrato programa com a empresa municipal DomusSocial, EM, para transferência do subsídio à exploração.

As transferências para as Juntas de Freguesia, ligeiramente superiores ao ano anterior, decorrem dos contratos interadministrativos de delegação de competências para promover os serviços públicos, dos acordos de execução das competências delegadas e de contratos de delegação de competências e interadministrativos de delegação de competências no âmbito do programa de atividades de enriquecimento curricular.

Q.11 – Transferências por finalidade (excluindo Freguesias e Empresas Municipais)

Finalidade	2016		2015		Variação 15-16	
	€	%	€	%	€	%
Ações de interesse cultural e turístico	390.997	7,1%	658.493	10,4%	-267.496	-40,6%
Ação científica e educativa	230.619	4,2%	22.500	0,4%	208.119	925,0%
Ação social	1.349.283	24,4%	1.705.878	27,1%	-356.596	-20,9%
Proteção civil e luta contra incêndios	1.250	0,0%	250	0,0%	1.000	400,0%
Ação na área ambiental	1.937.041	35,1%	2.023.152	32,1%	-86.111	-4,3%
Outros	1.613.718	29,2%	1.892.923	30,0%	-279.205	-14,7%
Total	5.522.908	100,0%	6.303.197	100,0%	-780.289	-12,4%

Através das ações de interesse cultural e turístico continuou-se a apoiar a Associação do Turismo do Porto, entre outros, procurando-se desenvolver e promover externamente o Porto e Norte de Portugal como destino turístico. Assinalam-se ainda, no domínio do fomento e difusão da área teatral, da dança e música o apoio atribuído ao Teatro do Bolhão, bem como ao Teatro de Marionetas, e também as efetuadas no âmbito de concursos, nomeadamente das Montras de São João. Em relação à Associação de Turismo do Porto, o valor pago em 2016 aumentou relativamente ao ano transato, contudo com registo em rubrica de prestação de serviços, o que justifica, em parte, a redução verificada nas ações de interesse cultural e turístico.

No contexto das ações científica e educativa, concederam-se apoios ao Teatro Pé de Vento, à Fundação Casa da Música e à Cooperativa Árvore.

Na área social, para além do apoio ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto (CCD), efetuaram-se ainda, ao abrigo do Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, transferências de cerca de 1,1 milhões de euros, para apoio à habitação para famílias mais vulneráveis, e para instituições particulares de solidariedade social, para apoio à inclusão dos cidadãos com deficiência. A variação negativa nesta área social resulta da extinção das transferências para a Fundação Porto Social, em liquidação.

Na área do ambiente destacam-se as transferências para a LIPOR, relativas à comparticipação para o investimento, no âmbito do tratamento dos resíduos sólidos.

Para outras finalidades, evidenciam-se designadamente as transferências para os agrupamentos escolares e as realizadas no contexto da ação social escolar, as quotas para diversas instituições da União Europeia e outras organizações internacionais, as indemnizações a particulares, e para os Programas Estágio Emprego e Património Ativo,

medida Contrato Emprego-Inserção+ (CEI+), cujo valor ascendeu a 724,3 mil euros no ano de 2016.

No âmbito do investimento realça-se que os investimentos indiretos constituídos pelos bens imóveis construídos ou recuperados pelas empresas municipais por delegação do Município fazem parte do seu imobilizado e estão refletidos no Balanço do Município.

Q.12 – Evolução das despesas de investimento total

Rubricas	2016			2015			
	CMP	Empresas Municipais		Total	Total	Variação	
		DomusSocial	GOP			15-16	%
	€	€	€	€	€		
Terrenos	2.184.194			2.184.194	525.862	1.658.332	315,4%
Habitação							
Aquisição	160.000			160.000	146.811	13.189	9,0%
Reparação e beneficiação	22.943	10.622.480		10.645.422	5.470.257	5.175.165	94,6%
Edifícios							
Instalação de serviços	703.826	1.689.320	118.889	2.512.034	2.164.411	347.623	16,1%
Instalações desp. e recreativas		17.835	713.831	731.666	258.183	473.483	183,4%
Escolas		1.203.008	882.289	2.085.296	1.705.431	379.865	22,3%
Mercados e instalações sanitárias			177.386	177.386	96.463	80.923	83,9%
Construções diversas							
Viadutos, arruamentos e obras compl.	13.924		2.399.158	2.413.083	3.583.485	-1.170.402	-32,7%
Parques e jardins	20.962		1.073.856	1.094.818	1.305.652	-210.834	-16,1%
Material de transporte	6.415			6.415	0	6.415	
Equipamento Informático	858.333			858.333	329.735	528.598	160,3%
Software Informático	1.382.942			1.382.942	1.454.267	-71.325	-4,9%
Equipamento administrativo	225.612			225.612	85.175	140.438	164,9%
Equipamento básico	1.222.306			1.222.306	1.672.021	-449.715	-26,9%
Outros investimentos	353.912		214.316	568.228	324.335	243.893	75,2%
Total	7.155.369	13.532.642	5.579.725	26.267.736	19.122.087	7.145.649	37,4%

Em termos do investimento global, o valor executado atingiu o montante de 26,3 milhões de euros, que representa um acréscimo de 7,1 milhões de euros face a 2015, e resulta, essencialmente, do aumento do investimento realizado pela empresa municipal DomusSocial, EM, nomeadamente no âmbito da reparação e beneficiação da habitação social e das escolas. As ações desenvolvidas pelas empresas municipais, e que estão refletidas no orçamento do Município do Porto, encontram-se melhor identificadas no livro dos documentos anexos ao presente relatório.

No domínio dos investimentos efetuados pelo Município destacam-se as aquisições, expropriações ou permutas de terrenos, com a aquisição de quatro parcelas de terreno no Gaveto das ruas da Quinta e Diogo Botelho, no âmbito do aumento de capital ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Invesurb, de modo a dotar o fundo de liquidez necessária

para financiar as obras de reabilitação e construção contratualizadas, e as aquisições de equipamento básico e de equipamento e software informáticos.

Q.13 – Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto

Designação	2016		2015	
	€	%	€	%
Empréstimos bancários	1.000.000	4%	5.007.560	26,2%
Transferências de capital	3.630.345	14%	6.111.878	32,0%
Receitas próprias	21.637.392	82%	8.002.649	41,9%
Total	26.267.736	100%	19.122.087	100%

A principal fonte de financiamento do investimento autárquico é a receita própria (82%) resultante da poupança corrente. Em 2016 recorreu-se ainda à utilização de 1 milhão de euros do empréstimo de 9 milhões de euros, contratualizado com o IHRU, no âmbito do Programa Municipal Integrado de Reabilitação Urbana de Bairros Sociais do Porto, para reabilitação de edifícios destinados a arrendamento para fins habitacionais, de oito bairros sociais localizados nas freguesias de Campanhã, Aldoar, Bonfim e Ramalde, cujo contrato foi visado pelo Tribunal de Contas, em novembro de 2014.

Com o encerramento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), e os saldos gerados ao nível dos programas nacionais, em finais de 2014 e início de 2015, os municípios tiveram a possibilidade de apresentar candidaturas em *overbooking*, cujos reembolsos ocorreram, em parte, em 2016. Por outro lado, o ciclo de programação para o período 2014-2020, nomeadamente no âmbito do Portugal 2020, em fase de lançamento de avisos de abertura e apreciação de candidaturas, não permitiu gerar pagamentos por parte dos respetivos programas. A conjugação dos dois ciclos de programação, justificam o decréscimo ocorrido nas transferências de capital ao nível dos fundos comunitários.

Q.14 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

Objetivo	Orçado	Pago
	€	€
Coesão Social	12.414.063	10.630.804
Economia e Emprego	2.187.840	205.581
Inovação	413.568	21.571
Cultura	834.570	266.055
Urbanismo e Reabilitação Urbana	16.534.779	2.705.425
Educação	4.066.569	2.098.515
Turismo	16.500	11.343
Segurança	1.218.015	1.094.462
Desporto e Animação	995.247	731.666
Mobilidade e Transportes	5.252.337	2.458.946
Ambiente e Qualidade de Vida	3.883.632	1.258.993
Governância da Câmara	6.247.673	4.784.376
Total	54.064.793	26.267.736

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pelos serviços do Município do Porto e pelas empresas municipais GOP, EM e DomusSocial, EM.

Tendo como referência os principais investimentos integrados na classificação por objetivos, verifica-se que a Coesão Social, a Governância da Câmara e o Urbanismo e Reabilitação Urbana, no seu conjunto, absorveram 18,1 milhões de euros, o equivalente a 69% do investimento total.

Na Coesão Social, a quase totalidade dos cerca de 10,6 milhões de euros foram aplicados na grande reabilitação da habitação social através da empresa municipal DomusSocial, EM. Se a este montante se acrescentarem 4,2 milhões de euros por afetação das rendas à habitação social, o investimento na coesão social sobe para 14,8 milhões de euros, evidenciando este objetivo como uma das prioridades do Município do Porto.

Na Governância da Câmara, 4,2 milhões de euros foram para o programa funcionamento dos serviços, onde se relevam as obras efetuadas no património municipal, pelas empresas municipais DomusSocial, EM e GOP, EM, as despesas com a aquisição de hardware e software informático, no âmbito das infraestruturas de suporte e manutenção dos sistemas de informação, e a aquisição de diverso equipamento administrativo e básico. Dos 2,7 milhões de euros afetos ao Urbanismo e Reabilitação Urbana, 2,4 milhões de euros respeitam a despesas com aquisição/expropriação/permutas de terrenos e/ou edifícios.

Na Mobilidade e Transportes foram aplicados 2,5 milhões de euros para melhorar os níveis de mobilidade na cidade e as suas infraestruturas viárias através de intervenções da empresa municipal GOP, EM, e ao nível interno para a gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária.

Na Educação, o investimento de 2,1 milhões de euros destinou-se, na sua quase totalidade, à requalificação de escolas através da intervenção das empresas municipais.

No Ambiente e Qualidade de Vida, com um investimento de 1,3 milhões de euros preservou-se o património natural público e privado. Houve intervenções de valorização e requalificação de espaços verdes e parques urbanos e adquiriu-se equipamento diverso, nomeadamente para os parques e jardins e no âmbito da modernização dos sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza da cidade.

Em Inovação e no âmbito do programa Fomentar a aplicação de novas tecnologias, foram adquiridos equipamentos informáticos e administrativos para o Centro de Gestão Integrado.

Para o programa Dinamização da cultura foram adquiridos equipamentos básicos para os dois polos do Teatro Municipal do Porto, Rivoli e Campo Alegre, e para os museus no âmbito da ação financiada Modernização dos Museus Municipais, e foram efetuadas intervenções pela GOP, EM, em espaços e equipamentos culturais.

Para o programa Incentivar e dinamizar o desporto foram investidos 731,7 mil euros na melhoria de instalações desportivas através das empresas municipais.

A Segurança foi reforçada, entre outros, com motociclos para o policiamento urbano e equipamentos de comunicação destinados à rede da Polícia Municipal, e para o BSB adquiriu-se um veículo urbano de combate a incêndios, ferramentas e utensílios e interveio-se nas instalações.

Ao objetivo Economia e Emprego foram afetas, nomeadamente, despesas relacionadas com o mercado do Bolhão.

Nos ativos financeiros e no ano em apreço apenas se procedeu à transferência para o Fundo de Apoio Municipal.

Em 2016, os passivos financeiros com um peso de 22,8% no total das despesas do Município, aumentaram 35,6 milhões de euros, ou seja 308%, quando comparadas com o ano anterior.

Este aumento decorre do Memorando de Entendimento entre o Governo de Portugal e o Município do Porto (Acordo do Porto), tendo sido assumido o compromisso de redução do endividamento com suporte na transferência de 28,7 milhões de euros. Neste âmbito

procedeu-se à amortização total de cinco empréstimos, no montante de 30,7 milhões de euros.

O bom desempenho financeiro do Município evidenciado pelos excedentes de Tesouraria permitiu, ainda, a amortização antecipada de mais três empréstimos, no montante de 9,7 milhões de euros, sem comprometer o equilíbrio das finanças municipais.

Q.15 – Evolução da dívida bancária

Dívida bancária	Capital em dívida 31/12/2016	Capital em dívida 31/12/2015	Variação 15-16	
			€	%
Médio Longo Prazo*	33.307.177	80.128.887	-46.821.710	-58,4%

(*) *Incluindo Leasing*

A gestão da dívida do Município continuou assim a pautar-se por princípios de rigor e forte controlo. A dívida bancária de médio e longo prazo que integra os empréstimos e a dívida de locação financeira ascendia, no final de 2016, a 33,3 milhões de euros, registando uma diminuição de 46,8 milhões de euros face a 2015.

3.4. Despesa por objetivos

As atividades desenvolvidas pelas direções municipais, espelhadas nos 13 objetivos estratégicos transversais ao município, agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

Q.16 – Despesas das Grandes Opções do Plano por objetivos estratégicos

Objetivos	PPI	PAR	Total	
			€	%
Coesão Social	10.630.804	5.127.643	15.758.447	7,6%
Solidariedade Social	8.324	5.080.542	5.088.866	2,5%
Habituação Social	10.622.480	47.101	10.669.581	5,2%
Economia e Emprego	205.581	127.947	333.528	0,2%
Programa Mercator	177.386	0	177.386	0,1%
Dinamismo económico	28.195	127.947	156.142	0,1%
Inovação	21.571	682.328	703.899	0,3%
Implementar e divulgar atividades inovadoras	0	682.328	682.328	0,3%
Fomentar a aplicação de novas tecnologias	21.571	0	21.571	0,0%
Cultura	266.055	2.477.592	2.743.646	1,3%
Dinamização da cultura	266.055	2.477.592	2.743.646	1,3%
Urbanismo e Reabilitação Urbana	2.705.425	865.155	3.570.580	1,7%
Reabilitação/Requalificação Urbana	2.705.425	865.155	3.570.580	1,7%
Educação	2.098.515	4.029.463	6.127.978	3,0%
Promover e fomentar a educação	2.098.515	4.029.463	6.127.978	3,0%
Juventude	0	96.174	96.174	0,0%
Apoio e promoção à juventude	0	96.174	96.174	0,0%
Turismo	11.343	1.242.085	1.253.428	0,6%
Intensificar e impulsionar o turismo	11.343	1.242.085	1.253.428	0,6%
Segurança	1.094.462	3.286.299	4.380.761	2,1%
Segurança e securitismo dos cidadãos	1.094.462	3.286.299	4.380.761	2,1%
Desporto e Animação	731.666	5.278.106	6.009.772	2,9%
Incentivar e dinamizar o Desporto	731.666	5.278.106	6.009.772	2,9%
Mobilidade e Transportes	2.458.946	5.356.904	7.815.850	3,8%
Melhoria da mobilidade e infraestruturas	2.458.946	5.356.904	7.815.850	3,8%
Ambiente e Qualidade de Vida	1.258.993	22.802.427	24.061.420	11,6%
Qualificação dos espaços verdes	1.172.376	923.504	2.095.880	1,0%
Promoção do ambiente urbano	78.164	21.831.583	21.909.747	10,6%
Direitos dos animais	8.453	45.888	54.341	0,0%
Qualidade de Vida	0	1.452	1.452	0,0%
Governância da Câmara	4.784.376	129.142.101	133.926.477	64,8%
Funcionamento dos serviços	4.185.668	75.036.337	79.222.005	38,3%
Operações financeiras	0	52.625.327	52.625.327	25,4%
Outros	598.708	1.480.437	2.079.145	1,0%
Total	26.267.736	180.514.224	206.781.960	100,0%

O valor global da despesa na ótica das Grandes Opções do Plano, com uma execução de 206,8 milhões de euros, dos quais 26,3 milhões de euros respeitam ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), e 180,5 milhões de euros ao Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

A Coesão Social continuou, em 2016, a ser um dos vetores estratégicos mais importantes. Destaca-se o programa Habitação Social, com uma execução de 10,7 milhões de euros e um peso de 40,4% no total do investimento do município. Neste objetivo acresce o programa

da Solidariedade Social através do qual o Município apoiou políticas de inclusão e ajudou os mais carenciados, nomeadamente com o programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social.

Através do objetivo Economia e Emprego deu-se início ao investimento para modernização do Mercado do Bolhão, para além das atividades desenvolvidas no âmbito da atração de investimento e dinamização económica da cidade do Porto.

No âmbito da Inovação merece destaque o programa Implementar e divulgar atividades inovadoras onde foram aplicados 682,3 mil euros.

Na Cultura, consolidaram-se os apoios às atividades do Teatro Municipal do Porto, museus, arquivos, bibliotecas e de outros equipamentos culturais, para além do funcionamento destes equipamentos.

Na área do Urbanismo e Reabilitação Urbana, aplicaram-se 3,6 milhões de euros, dos quais o 2,7 milhões em investimento que representam 10,3% do investimento global.

Através do objetivo da Educação, onde foram aplicados 6,1 milhões de euros continuou a apostar-se na melhoria dos estabelecimentos de ensino, no reforço da educação pré-escolar, no desenvolvimento de atividades extracurriculares e na promoção de programas e projetos educativos inovadores, para além dos apoios no âmbito da ação social escolar e da generalização das refeições.

As atividades desenvolvidas na área da Juventude absorveram cerca de 96,2 mil euros, com aposta na educação e formação dos jovens e na promoção do emprego e empregabilidade.

No Turismo foram executados 1,3 milhões de euros, fundamentalmente através da Associação de Turismo do Porto.

No âmbito da Segurança, dos 4,4 milhões de euros executados, 25% destinaram-se a investimentos para o Batalhão de Sapadores Bombeiros e Polícia Municipal.

No Desporto e animação foram aplicados cerca de 6 milhões de euros, na generalidade em atividades desenvolvidas através da Porto Lazer, EM.

As despesas no âmbito do objetivo Mobilidade e transportes absorveram, 7,8 milhões de euros, dos quais 2,5 milhões de euros foram destinados a investimentos para a melhoria da mobilidade e infraestruturas.

No Ambiente e Qualidade de Vida foram executados 24,1 milhões de euros, com especial relevo para o programa Promoção do ambiente urbano, com um peso de 10,6% do valor total pago, essencialmente por força das despesas no âmbito da recolha e deposição de resíduos urbanos e limpeza da cidade.

O objetivo Governância da Câmara, ao absorver 133,9 milhões de euros e 64,8% do orçamento global surge como o objetivo com o maior peso em termos de execução orçamental. Nele destaca-se, no ano em apreço, o programa das Operações Financeiras que representa 39,3% neste objetivo, por força da amortização extraordinária de empréstimos.

4. Análise da Receita

4.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Receita

Q.17 – Alteração e origem do acréscimo da dotação

Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final
	€	€
Receitas correntes	172.827.452	171.439.186
Receitas de capital	34.372.548	44.251.203
Saldo da gerência anterior		49.201.361
Total	207.200.000	264.891.750

A incorporação do saldo de gerência, a inscrição do valor referente ao pagamento pelo Estado em cumprimento do Memorando de Entendimento entre o Estado e o Município do Porto (Acordo do Porto-Terrenos do Aeroporto do Porto), a redução das dotações do IMI e do IUC, a redução das receitas previstas em candidaturas, em ativos financeiros e com o empréstimo de curto prazo, bem como os ajustamentos efetuados nas transferências do orçamento do Estado, determinaram a receita do orçamento final que, em termos globais, se consubstancia num reforço de 57,7 milhões de euros quando comparado com o orçamento inicial.

Assinala-se que o saldo da gerência anterior é acrescido às receitas de capital.

4.2. Execução Orçamental da Receita

Q.18 – Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica

Designação	Orçada € (1)	Liquidada € (2)	Cobrada € (3)	Desvio € (4) = (3) - (1)	Taxa de Execução (5) = (3) / (1)
Impostos diretos	89.539.246	105.083.756	105.083.756	15.544.510	117,4%
Impostos indiretos	6.379.277	12.349.161	8.213.904	1.834.627	128,8%
Taxas, multas e outras penalidades	5.580.094	5.088.133	4.767.355	-812.739	85,4%
Rendimentos de propriedade	23.552.395	20.898.907	19.978.888	-3.573.507	84,8%
Transferências correntes	29.957.163	30.031.869	29.929.299	-27.864	99,9%
Venda de bens e serviços correntes	15.127.883	21.851.630	16.144.247	1.016.364	106,7%
Outras receitas correntes	1.303.128	1.464.087	1.072.242	-230.886	82,3%
Receitas correntes	171.439.186	196.767.544	185.189.691	13.750.505	108,0%
Venda de bens de investimento*	9.564.464	2.072.413	4.164.103	-5.400.361	43,5%
Transferências de capital	5.092.991	3.748.247	3.688.729	-1.404.262	72,4%
Ativos financeiros	20	828.000	828.000	827.980	4140000,0%
Passivos financeiros	893.698	1.000.000	1.000.000	106.302	111,9%
Outras receitas de capital	28.700.020	28.700.000	28.700.000	-20	100,0%
Receitas de capital	44.251.193	36.348.659	38.380.831	-5.870.361	86,7%
Reposições n/abatidas nos pagamentos	10	3.077.144	44.038	44.028	440382,7%
Saldo da gerência anterior	49.201.361	49.201.361	49.201.361	0	100,0%
Total	264.891.750	285.394.708	272.815.922	7.924.172	103,0%

* Os valores cobrados consideram os adiantamentos de vendas. A liquidação ocorre aquando da realização da escritura.

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas ultrapassaram as previsões em 25,3 milhões de euros. Com exceção das taxas, multas e outras penalidades e dos rendimentos de propriedade, todos os restantes agrupamentos contribuíram para este crescimento, com especial destaque para os impostos diretos, os impostos indiretos e para a venda de bens e serviços correntes, essencialmente, em resultado da receita do IMT e derrama, do loteamento de obras, da ocupação da via pública, dos resíduos sólidos e das rendas.

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita corrente foi de 108%. O desvio positivo de 13,8 milhões de euros face ao orçado, resulta, fundamentalmente, do aumento da receita cobrada em impostos diretos, nomeadamente, do IMT e da derrama em 7,8 milhões de euros e 5,8 milhões de euros, respetivamente.

Nos impostos indiretos, o valor cobrado em loteamentos e obras, nomeadamente nas taxas de compensação, contribuiu para que a taxa de execução fosse superior a 100%. Esta receita bem como as de ocupação da via pública continuam a revelar-se as receitas municipais próprias com maior expressão nos impostos indiretos, representando, no final do ano de 2016, 67,5% da receita total destes impostos.

Nas taxas, multas e outras penalidades, o desvio face ao valor orçado resulta, entre outros, da receita proveniente dos loteamentos e obras, fundamentalmente no âmbito das infraestruturas urbanísticas, e das multas e outras penalidades, que ficaram aquém do previsto.

Nos rendimentos de propriedade, o decréscimo face à dotação prevista resulta da receita proveniente das rendas, nomeadamente nas zonas de estacionamento de duração limitada.

As transferências correntes, com uma execução muito próxima do previsto, contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) para apoio aos programas de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares e de Atividades de Enriquecimento Curricular.

Para o desvio positivo da venda de bens e serviços correntes, face ao valor orçado, concorrem os serviços prestados pela Autarquia, nomeadamente no âmbito dos resíduos sólidos, dos parques de estacionamento, da limpeza urbana e resíduos urbanos, e das rendas dos bairros municipais e outros edifícios.

A variação das receitas de capital, que ficaram abaixo do previsto em 5,9 milhões de euros, é justificada pelo efeito conjugado do decréscimo da venda de bens de investimentos, das transferências de capital e das outras receitas de capital, com o acréscimo das restantes rubricas de capital. A redução significativa na venda de bens de investimento resulta, entre outras, das hastas públicas e das permutas de terrenos.

O atraso no ciclo de programação 2014-2020, nomeadamente no âmbito do Portugal 2020, bem como as transferências dos saldos finais, fundamentalmente das candidaturas aprovadas em *overbooking* no âmbito do QREN e cuja comparticipação ocorreu em grande parte no ano anterior, justificam a variação negativa, de 1,4 milhões de euros, da rubrica transferências de capital.

Os ativos financeiros registaram uma cobrança superior ao previsto, por força da alienação das ações que o Município detinha na EDP Gás.

Já para os passivos financeiros, a execução superior ao valor em orçamento decorre da utilização do empréstimo celebrado com o IHRU no âmbito do Programa Reabilitar para Arrendar por valor superior ao previsto.

As outras receitas de capital registam o pagamento pelo Estado em cumprimento do Acordo do Porto.

4.3. Evolução da Receita

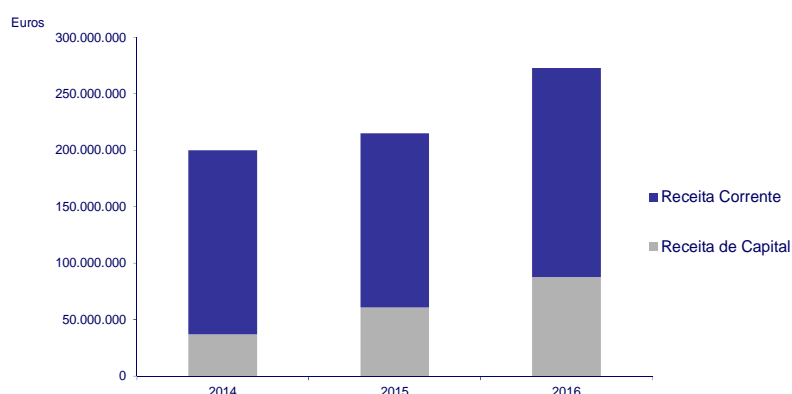
Q.19 – Evolução da receita global cobrada

Designação	2016		2015		Variação	
	€	%	€	%	15-16	
Impostos diretos	105.083.756	38,5%	86.662.653	40,3%	21,3%	
Impostos indiretos	8.213.904	3,0%	8.491.599	3,9%	-3,3%	
Taxas, multas e outras penalidades	4.767.355	1,7%	4.342.241	2,0%	9,8%	
Rendimentos de propriedade	19.978.888	7,3%	8.082.578	3,8%	147,2%	
Transferências correntes	29.929.299	11,0%	29.769.727	13,8%	0,5%	
Venda de bens e serviços correntes	16.144.247	5,9%	14.983.757	7,0%	7,7%	
Outras receitas correntes	1.072.242	0,4%	1.842.453	0,9%	-41,8%	
Receitas correntes	185.189.691	67,9%	154.175.008	71,7%	20,1%	
Venda de bens de investimento	4.164.103	1,5%	4.172.605	1,9%	-0,2%	
Transferências de capital	3.688.729	1,4%	6.211.095	2,9%	-40,6%	
Ativos financeiros	828.000	0,3%	0	0,0%		
Passivos financeiros	1.000.000	0,4%	5.007.560	2,3%	-80,0%	
Outras receitas de capital	28.700.000	10,5%	0	0,0%		
Receitas de capital	38.380.831	14,1%	15.391.260	7,2%	149,4%	
Total das receitas s/ reposições	223.570.522	81,9%	169.566.269	78,9%	31,8%	
Reposições não abatidas nos pagamentos	44.038	0,0%	96.409	0,0%	-54,3%	
Total das receitas com reposições	223.614.561	82,0%	169.662.678	78,9%	31,8%	
Saldo da gerência anterior incorporado	49.201.361	18,0%	45.372.451	21,1%	8,4%	
Total	272.815.922	100,0%	215.035.129	100,0%	26,9%	

No ano de 2016 a receita cobrada aumentou 57,8 milhões de euros, face ao ano de 2015. Este aumento, verificado em termos globais, decorre do aumento da receita corrente, essencialmente dos impostos diretos e dos rendimentos de propriedade, com o aumento das receitas de capital, sobretudo das outras receitas de capital.

Contribuiu ainda, para o acréscimo da receita, a incorporação do saldo de gerência de 2015, superior em 3,8 milhões de euros, ao verificado no ano anterior.

F.8 - Evolução das receitas cobradas



Em termos globais, e ao longo dos anos últimos três anos, as receitas municipais apresentam uma tendência crescente, tendo-se verificado, neste ano, um incremento de 72,8 milhões de euros, quando comparadas com 2014.

A análise das receitas correntes, permite verificar que, neste ano, aumentam 31 milhões de euros, e as receitas de capital (sem reposições e saldo de gerência) crescem 23 milhões de euros.

Q.20 – Evolução da estrutura da receita fiscal

Designação	2016				2015	
	Orçada €	Cobrada €	Desvio €	Taxa de execução %	Cobrada €	Varição 15-16 %
Imp.mun.sobre imóveis (IMI) / Contribuição autárquica	42.177.602	44.011.932	1.834.330	104,3%	43.755.302	0,6%
Imposto único de circulação (IUC) / IMV	5.816.461	5.781.375	-35.086	99,4%	5.627.328	2,7%
Imp.mun.sobre transm. onerosas imóveis (IMT)/ SISA	26.527.338	34.330.079	7.802.741	129,4%	26.145.320	31,3%
Derrama	15.017.825	20.860.133	5.842.308	138,9%	11.102.356	87,9%
Impostos abolidos	10	0	-10	0,0%	0	0,0%
Impostos diretos diversos	10	100.236	100.226	1002363,8%	32.347	209,9%
Impostos diretos	89.539.246	105.083.756	15.544.510	117,4%	86.662.653	21,3%
Mercados e feiras	18.644	18.381	-263	98,6%	19.561	-6,0%
Loteamentos e obras	2.517.506	3.562.918	1.045.412	141,5%	3.377.327	5,5%
Ocupação da via pública	1.500.889	1.979.396	478.507	131,9%	2.711.819	-27,0%
Publicidade	1.486.211	1.418.797	-67.414	95,5%	1.383.765	2,5%
Outros	856.027	1.234.411	378.384	144,2%	999.126	23,5%
Impostos indiretos	6.379.277	8.213.904	1.834.627	128,8%	8.491.599	-3,3%
Mercados e feiras	241.179	209.054	-32.125	86,7%	217.809	-4,0%
Loteamentos e obras	1.342.554	873.096	-469.458	65,0%	719.722	21,3%
Ocupação da via pública	595.020	783.056	188.036	131,6%	589.763	32,8%
Caça, uso e porte de arma	10	0	-10	0,0%	0	0,0%
Outras	314.539	311.776	-2.763	99,1%	313.438	-0,5%
Multas e outras penalidades	3.086.792	2.590.374	-496.418	83,9%	2.501.509	3,6%
Taxas, multas e outras penalidades	5.580.094	4.767.355	-812.739	85,4%	4.342.241	9,8%
Total	101.498.617	118.065.015	16.566.398	116,3%	99.496.493	18,7%

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a parcela mais representativa da receita corrente, com um peso relativo (63,8%), e da receita total cobrada ao longo dos anos, tendo aumentado, em 2016, 18,7% e 18,6 milhões de euros, face ao ano anterior.

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos, que se mantêm como principal receita do município. Com um valor arrecadado superior ao orçado tiveram um crescimento de 18,4 milhões de euros relativamente ao ano transato.

Nos impostos diretos, com uma execução acima do valor previsto em orçamento, destacam-se o IMI, o IMT e a Derrama, com desvios de 1,8 milhões de euros, 7,8 milhões de euros e 5,8 milhões de euros, respetivamente.

Este comportamento positivo da receita fiscal está muito influenciado pela dinamização do mercado e retoma da economia.

Os impostos indiretos, com uma taxa de execução de 128,8% são influenciados, em grande medida, pelo comportamento da receita relacionada com os loteamentos e obras de urbanização e a ocupação da via pública que, em 2016, registaram uma cobrança superior em 1,5 milhões de euros face ao valor orçado. Quando comparados com o valor executado de 2015, os impostos indiretos tiveram um decréscimo, de 3,3%, ou seja, 277,7 milhares de euros.

As taxas, multas e outras penalidades com uma execução inferior ao orçado, apresentam, neste ano, um comportamento positivo quando comparadas com o valor cobrado no ano anterior, sendo a variação de 425,1 mil euros essencialmente pelo comportamento das receitas com os loteamentos e obras e a ocupação da via pública.

O expressivo aumento dos rendimentos de propriedade quando comparado com o ano anterior, resulta da receita fixa da concessão da gestão e exploração dos lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade do Porto, no valor de 8 milhões de euros.

O aumento do valor cobrado em transferências correntes resulta essencialmente das transferências no âmbito dos projetos cofinanciados.

A venda de bens e serviços correntes, crescem 1,2 milhões de euros face a 2015, por efeito, nomeadamente dos resíduos sólidos e rendas de habitações sociais e edifícios.

As receitas de capital (sem reposições e saldo de gerência) registaram, em 2016, um aumento de 149,4% relativamente a 2015, ou seja, mais 23 milhões de euros, em resultado do acréscimo dos ativos financeiros e das outras receitas de capital, conjugado com a

diminuição das transferências de capital, dos passivos financeiros e, de uma descida pouco significativa da venda de bens de investimento.

A venda de bens de investimento com um desvio negativo de 5,4 milhões de euros relativamente ao valor orçado e uma execução idêntica à de 2015 refletiu, para além do comportamento do setor imobiliário, a ponderação do Município, neste domínio, relativamente à oportunidade da alienação de património na área do centro histórico, nomeadamente do património habitacional.

Nas transferências de capital, para além da transferência do Estado no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro, são contabilizadas as receitas provenientes das participações a fundo perdido, nomeadamente de contratos com fundos comunitários e de contratos com fundos autónomos. No âmbito das participações comunitárias a projetos cofinanciados, a variação negativa resulta das transferências ao nível do QREN, em fase de encerramento, bem como do atraso no ciclo de programação 2014-2020, nomeadamente no âmbito do Portugal 2020.

Por força da alienação das ações que o Município detinha na EDP Gás, os ativos financeiros têm uma variação positiva de 828 mil de euros face ao ano anterior.

Para a variação negativa de 4 milhões de euros dos passivos financeiros, concorre a utilização de 1 milhão de euros do empréstimo contratualizado com o IHRU no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana para Arrendamento Habitacional, Reabilitar para Arrendar. Anote-se que, mais uma vez, o Município não recorreu à contratualização do empréstimo de curto prazo previsto em orçamento inicial.

A variação significativa em outras receitas de capital, resulta do pagamento pelo Estado, de 28,7 milhões de euros em cumprimento do Memorando de Entendimento celebrado entre o Estado e o Município do Porto (Acordo do Porto – Terrenos do aeroporto).

5. Movimentos de Tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

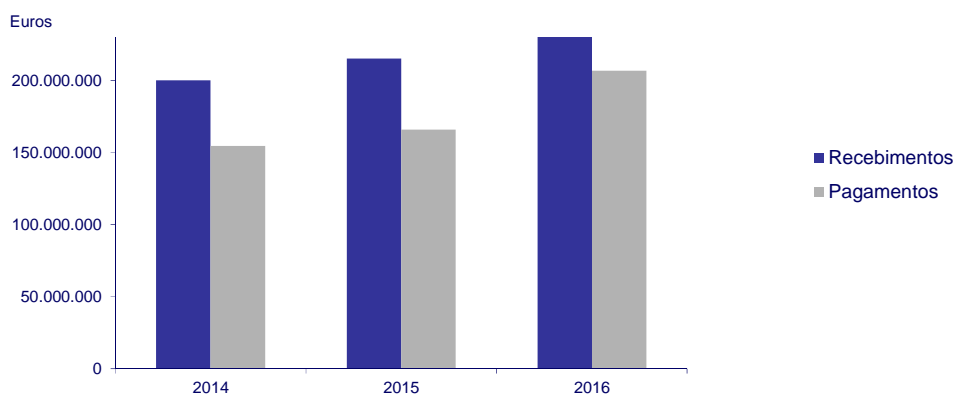
Q.21 – Resumo da conta de gerência

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2015	49.201.361	2.221.147	51.422.509
Receitas arrecadadas	223.614.561	13.991.748	237.606.308
Despesas pagas	206.781.960	13.750.512	220.532.472
Saldo a transitar para 2017	66.033.962	2.462.383	68.496.345

O saldo a transitar para a gerência seguinte é de 68,5 milhões de euros, que se decompõe em 66 milhões de euros de saldo de operações orçamentais e 2,5 milhões de euros de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada quer com os fluxos de caixa que discriminam a natureza e a origem e aplicações de fundos, quer com o fluxo financeiro das operações de tesouraria, que evidencia as cobranças que os serviços do Município do Porto realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, ambos documentados em mapas que integram a Prestação de Contas.

F.9 - Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais



A comparação dos recebimentos e pagamentos no último triénio permite-nos verificar a tendência crescente dos recebimentos. A evolução dos pagamentos apresenta um pico em 2016 justificado pela amortização extraordinária de empréstimos no âmbito do Acordo do Porto e outros. O crescimento mais acentuado dos recebimentos comparativamente com os pagamentos, ao longo do triénio, tem originado saldos de tesouraria expressivos.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

6. Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2016.

Q.22 – Balanço sintético

Descrição	2016		2015		Variação 15-16	
	Valor	Peso	Valor	Peso	€	%
	€	%	€	%		
Imobilizado	1.318.324.981	88,1%	1.320.952.312	87,5%	-2.627.332	-0,2%
Existências	1.007.864	0,1%	1.101.156	0,1%	-93.292	-8,5%
Dívidas de terceiros - curto prazo	10.430.640	0,7%	38.594.996	2,6%	-28.164.355	-73,0%
Disponibilidades	68.496.345	4,6%	51.422.509	3,4%	17.073.836	33,2%
Acréscimos e diferimentos	98.643.736	6,6%	98.253.100	6,5%	390.636	0,4%
Ativo líquido	1.496.903.566	100,0%	1.510.324.073	100,0%	-13.420.507	-0,9%
Património	978.953.870	80,5%	966.866.824	81,3%	12.087.046	1,3%
Ajustamentos em partes de capital	336.781	0,0%	336.781	0,0%		0,0%
Reservas	85.768.770	7,1%	85.310.206	7,2%	458.564	0,5%
Subsídios	101.456	0,0%	101.456	0,0%	0	0,0%
Doações	17.232.494	1,4%	10.339.542	0,9%	6.892.952	66,7%
Regularizações	60.227.112	5,0%	60.227.112	5,1%	0	0,0%
Resultados	73.055.392	6,0%	66.291.568	5,6%	6.763.824	10,2%
Fundos próprios	1.215.675.875	100,0%	1.189.473.489	100,0%	26.202.386	2,2%
Provisões para riscos e encargos	43.277.433	15,4%	40.445.332	12,6%	2.832.101	7,0%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	33.151.039	11,8%	76.101.954	23,7%	-42.950.915	-56,4%
Dívidas a terceiros - curto prazo	12.690.146	4,5%	16.285.624	5,1%	-3.595.478	-22,1%
Acréscimos e diferimentos	192.109.073	68,3%	188.017.673	58,6%	4.091.400	2,2%
Passivo	281.227.691	100,0%	320.850.584	100,0%	-39.622.893	-12,3%

O decréscimo de 0,9% do ativo líquido deve-se ao efeito da diminuição das dívidas de terceiros de curto prazo (28,2 milhões de euros), do imobilizado líquido (2,6 milhões de euros) e das existências (93,3 mil euros) conjugado com o aumento das disponibilidades (17,1 milhões de euros) e dos acréscimos e diferimentos (390,6 mil euros).

No que respeita ao imobilizado, a redução relativamente ao ano transato é justificada pelo facto de o aumento do imobilizado ser inferior ao valor das amortizações.

Em termos globais as dívidas de terceiros de curto prazo decresceram 28,2 milhões de euros essencialmente, em resultado do recebimento pelo MP do valor de 28,7 milhões de

euros no âmbito do memorando de entendimento entre o Estado Português e o Município do Porto (Acordo do Porto).

Realça-se o aumento das disponibilidades, em relação ao ano anterior, no montante de 17,1 milhões de euros.

Em cumprimento do princípio da especialização do exercício, o Município do Porto alterou, em 2014, o seu procedimento no registo dos impostos e transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI, Derrama e à participação fixa de IRS que anteriormente eram reconhecidos apenas aquando do seu efetivo recebimento e não no exercício a que diziam respeito. Neste sentido efetuou-se uma estimativa dos montantes relativos aos proveitos acima discriminados e que apenas serão recebidos durante o ano de 2017.

Os fundos próprios aumentam, essencialmente, em resultado da reconciliação do saldo da rubrica do imobilizado de terrenos do domínio privado municipal, no montante de 11 milhões de euros.

Conforme determinado pelo POCAL e deliberado pela Assembleia Municipal, o resultado líquido de 2015 foi transferido para resultados transitados (8,7 milhões de euros) e procedeu-se ao reforço das reservas legais (458,6 mil euros).

A redução do passivo, em 39,6 milhões de euros, é justificada pela redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo (43 milhões de euros), das dívidas a terceiros de curto prazo (3,6 milhões de euros) conjugado com o aumento das provisões para riscos e encargos (2,8 milhões de euros) e dos acréscimos e diferimentos (4,1 milhões de euros).

O decréscimo das dívidas a terceiros de médio e longo prazo é justificado, nomeadamente, pela amortização total de cinco empréstimos, no montante de 30,7 milhões de euros, por força do Memorando de Entendimento entre o Governo de Portugal e o Município do Porto (Acordo do Porto), para além da amortização antecipada de mais três empréstimos, no montante de 9,7 milhões de euros.

Os acréscimos de custos que incorporam os custos do exercício, a liquidar em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício, registam um aumento de 861,8 mil euros.

Q.23 – Indicadores económico-financeiros

Indicadores	2016	2015
Estrutura do ativo		
Ativo fixo / Ativo total	88,1%	87,5%
Ativo circulante / Ativo total	11,9%	12,5%
Ativo fixo / Ativo circulante	738,2%	697,5%
Estrutura do passivo		
Recursos permanentes / Passivo	512,4%	453,0%
Passivo longo prazo / Passivo exigível	56,7%	73,0%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	43,3%	27,0%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	76,5%	36,9%
Análise do ativo fixo		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	3976,7%	1735,8%
Amortizações exercício / Variação imobilizado	112,8%	158,3%
Análise do passivo exigível		
- Coeficiente de endividamento		
Passivo exigível / Fundos próprios	4,8%	8,8%
- Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	2,1%	2,4%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Exigível a médio longo prazo / Fundos próprios	2,7%	6,4%
Exigível a médio longo prazo / Imobilizado corpóreo	3,8%	8,9%
Grau de autonomia		
Fundos próprios/Ativo	81,2%	78,8%
Índice de liquidez imediata		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	2,7	1,8
Índice de solvência		
Ativo/ Passivo exigível	25,6	14,5

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo do Município do Porto em 2016.

A estrutura do ativo mantém-se, com alterações pouco significativas, relativamente a 2015. Estas alterações, em termos globais, resultam do decréscimo do ativo circulante, essencialmente por efeito da redução das dívidas de terceiros de curto prazo, e da variação negativa do ativo fixo por força da redução do imobilizado.

A posição confortável da estrutura do passivo comparativamente com o ano 2015 deve-se à diminuição do passivo exigível, em resultado da redução do passivo de curto e de médio e longo prazo.

Pese embora o decréscimo registado no ativo fixo, a redução no endividamento de médio e longo prazo permite verificar que o Município do Porto continua a dar boas garantias perante as entidades financiadoras.

O decréscimo verificado no indicador amortizações do exercício/variação do imobilizado deve-se ao acréscimo da variação do imobilizado bruto mais expressiva que o aumento das amortizações.

Os indicadores relativos ao passivo exigível evidenciam uma evolução positiva da independência financeira do Município. A redução dos coeficientes de endividamento a curto e longo prazo resultam da redução conjugada das dívidas de curto e de médio e longo prazos com o aumento dos fundos próprios e do imobilizado corpóreo.

O grau de autonomia, com um aumento em 2016, continua a evidenciar a capacidade do Município financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo.

O índice de liquidez imediata, com um aumento relativamente ao ano anterior, resulta do aumento das disponibilidades conjugado com o decréscimo do exigível a curto prazo.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, medida através do índice de solvência, apresentou uma melhoria relativamente ao ano de 2015, ao passar de 14,5 para 25,6.

7. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2016.

Q.24 – Demonstração dos resultados por natureza

Designação	2016		2015		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	15-16	
	€	%	€	%	€	%
Custos e perdas						
Custos merc.vend.e das mat. consumidas	1.356.350	0,7%	1.556.295	0,9%	-199.945	-12,8%
Fornecimentos e serviços externos	48.551.575	26,7%	46.488.340	26,6%	2.063.235	4,4%
Pessoal	62.769.262	34,5%	57.890.096	33,1%	4.879.166	8,4%
Transf. e subsídios correntes concedidos	10.305.979	5,7%	11.822.102	6,8%	-1.516.123	-12,8%
Amortizações do exercício	43.357.196	23,8%	43.060.979	24,6%	296.217	0,7%
Provisões do exercício	4.478.261	2,5%	5.455.085	3,1%	-976.823	-17,9%
Custos e perdas financeiros	4.276.700	2,4%	1.857.484	1,1%	2.419.216	130,2%
Outros custos	6.750.217	3,7%	6.560.207	3,8%	190.011	2,9%
Total	181.845.540	100,0%	174.690.588	100,0%	7.154.952	4,1%
Proveitos e ganhos						
Vendas e prestações de serviços	16.252.964	8,6%	14.740.030	8,0%	1.512.934	10,3%
Impostos e taxas	109.394.652	57,9%	105.893.946	57,6%	3.500.707	3,3%
Variação da produção	-54.523	0,0%	-69.237	0,0%	14.714	-21,3%
Transferências e subsídios correntes	28.940.643	15,3%	29.622.175	16,1%	-681.532	-2,3%
Proveitos financeiros	11.106.996	5,9%	7.445.589	4,0%	3.661.407	49,2%
Outros	23.427.196	12,4%	26.229.355	14,3%	-2.802.159	-10,7%
Total	189.067.928	100,0%	183.861.859	100,0%	5.206.069	2,8%
Resultado líquido do exercício	7.222.388		9.171.271		-1.948.883	-21,2%

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2016 apresentam, no seu conjunto, um crescimento de 7,2 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Os custos com pessoal representam 34,5% dos custos da autarquia. O acréscimo face ao ano anterior é resultado da extinção da redução remuneratória nos termos da legislação em vigor, para além da variação do número de efetivos. Pese embora o aumento verificado, tal deve-se à entrada de novos trabalhadores, na sequência de concursos de admissão de pessoal e considerando que o Município cumpria o disposto na LOE em matéria de despesas com pessoal, ao regresso de trabalhadores das empresas concessionárias de limpeza urbana da cidade, ao reforço da equipa dos polícias municipais e contratação de pessoal para as AEC's. Acresce ainda os custos relativos a remunerações a liquidar, que compreende a estimativa dos montantes relativos aos direitos adquiridos pelos trabalhadores relativamente a férias e subsídio de férias.

Para o aumento da rubrica de fornecimentos e serviços externos, concorre o acréscimo verificado nas rubricas relacionadas com os trabalhos especializados, bem como os custos associados a atividades culturais e turísticas.

Contribuem ainda para o aumento dos custos, os custos e perdas financeiras, cujo aumento reflete entre outros o pagamento dos juros e outros encargos por força das condições contratuais de amortização antecipada dos empréstimos de médio e longo prazo, no âmbito

do Memorando de Entendimento entre o Governo de Portugal e o Município do Porto (Acordo do Porto).

Em sentido contrário, estão os custos de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, as transferências e subsídios correntes concedidos e as provisões que apresentam reduções quando comparadas com o ano anterior.

O aumento dos proveitos e ganhos em 5,2 milhões de euros deve-se, essencialmente, à variação positiva ocorrida nos impostos e taxas e proveitos financeiros, conjugada com a redução nas transferências e subsídios correntes e em outros proveitos.

A variação positiva nos impostos e taxas resulta do aumento da cobrança dos impostos diretos, nomeadamente, do IMT.

A variação dos proveitos financeiros resulta, essencialmente, da distribuição de dividendos pela empresa Municipal Águas do Porto, EM., e da concessão da gestão e exploração dos lugares públicos de estacionamento pagos na via pública da cidade do Porto.

A variação de outros proveitos deve-se, fundamentalmente, à redução de provisões, onde se destaca a anulação de 1,6 milhões de euros de dívidas em execução fiscal relativas ao não pagamento dos serviços de recolha, tratamento e depósito de resíduos sólidos urbanos no período compreendido entre 1997 e 2006.

Do balanceamento entre os custos e proveitos decorre um resultado líquido do exercício de 7,2 milhões de euros, inferior ao do ano transato em 2 milhões de euros.

8. Endividamento

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais obriga a que o limite da dívida total dos municípios englobe a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento.

Esta Lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações,

bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

Q.25 – Limite da dívida total

milhões de €

Limite	Dívida total*		Margem utilizável	Variação da dívida (%)	Margem utilizada em 2016
	início	final			
(1)	(2)	(3)	(4) = [(1)-(2)]*20%	(5)=[(3)-(2)]/(2)	(6)
235,4	111,2	58,9	24,8	-47,1%	0,0

* Exclui operações não orçamentais e FAM

No início de 2016, o limite à dívida total ascendeu a 235,4 milhões de euros. Considerando que a dívida total no início do ano (111,2 milhões de euros) se encontrava dentro daquele limite, o Município podia aumentar a sua dívida em 20% da margem disponível, ou seja, até mais 24,8 milhões de euros.

No final do ano, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades que relevam para este efeito, reduziu 47,1%, sendo de apenas 58,9 milhões de euros, valor para o qual contribuíram, 45,8 milhões de euros do Município do Porto³ (dos quais se excluem 2,5 milhões de euros de operações não orçamentais e 4,8 milhões de euros do Fundo de Apoio Municipal) e 20,3 milhões de euros das outras entidades que relevam para efeitos de apuramento⁴.

A política financeira do Município do Porto continuou, assim, no sentido de uma redução programada e gradual do endividamento, independentemente da margem disponível para a utilização de empréstimos, que no ano em apreço, não foi utilizada.

9. Proposta de aplicação de resultados

Para cumprimentos das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o resultado Líquido positivo de 7.222.387,74 euros tenha a seguinte aplicação:

- 361.119,39 euros para Reservas Legais
- 6.861.268,35 euros para Resultados Transitados

³ Conforme Nota Explicativa emitida pelo SATAPOCAL, o montante da contribuição do Município do Porto para o Fundo de Apoio Municipal (4,8 milhões de euros) não releva para o limite da dívida total.

⁴ Valores provisórios à data de 03 de abril de 2017.

RELATÓRIO DE GESTÃO. 2016



Demonstrações Financeiras e Anexo

Município do Porto

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANO: 2016

(euros)

Código das contas POCAL	Notas		Exercícios			
			2016		2015	
Custos e Perdas						
61	8.2.29	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
		Mercadorias	0,00		0,00	
		Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.356.349,94	1.356.349,94	1.556.294,82	1.556.294,82
62		Fornecimentos e serviços externos	48.551.575,18		46.488.340,42	
		Custos com o pessoal:				
641+642		Remunerações	46.268.316,62		44.058.569,09	
643 a 648		Encargos sociais	16.500.945,00	111.320.836,80	13.831.526,56	104.378.436,07
63		Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	10.305.978,55	10.305.978,55	11.822.102,00	11.822.102,00
66		Amortizações do exercício	43.357.195,88		43.060.979,15	
67		Provisões do exercício	4.478.261,22	47.835.457,10	5.455.084,66	48.516.063,81
65		Outros custos e perdas operacionais	591.037,96	591.037,96	245.310,12	245.310,12
		(A)		171.409.660,35		166.518.206,82
68	8.3.31	Custos e perdas financeiras	4.276.700,32	4.276.700,32	1.857.484,35	1.857.484,35
		(C)		175.686.360,67		168.375.691,17
69	8.2.32	Custos e perdas extraordinárias	6.159.179,53	6.159.179,53	6.314.896,61	6.314.896,61
		(E)		181.845.540,20		174.690.587,78
88		Resultado líquido do exercício		7.222.387,74		9.171.270,99
				189.067.927,94		183.861.858,77
Proveitos e Ganhos						
Vendas e prestações de serviços:						
7111		Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113		Vendas de produtos	0,00		0,00	
712		Prestações de serviços	13.726.071,22		12.541.055,83	
713		Rendas e alugueres	2.526.893,21	16.252.964,43	2.198.974,58	14.740.030,41
72		Impostos e taxas	109.394.652,46		105.893.945,95	
	8.2.30	Variação da produção	-54.523,21		-69.236,74	
75		Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73		Proveitos suplementares	169.688,47		218.961,92	
74		Transferências e subsídios obtidos	28.940.642,51		29.622.174,90	
76		Outros proveitos e ganhos operacionais	1.959.707,82	140.410.168,05	1.698.357,03	137.364.203,06
		(B)		156.663.132,48		152.104.233,47
78	8.2.31	Proveitos e ganhos financeiros	11.106.996,03	11.106.996,03	7.445.589,32	7.445.589,32
		(D)		167.770.128,51		159.549.822,79
79	8.2.32	Proveitos e ganhos extraordinários	21.297.799,43	21.297.799,43	24.312.035,98	24.312.035,98
		(F)		189.067.927,94		183.861.858,77

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A)	-14.746.527,87	-14.413.973,35
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)	6.830.295,71	5.588.104,97
Resultados correntes: (D)-(C)	-7.916.232,16	-8.825.868,38
Resultado líquido do exercício: (F)-(E)	7.222.387,74	9.171.270,99

ÓRGÃO EXECUTIVO

EM.....de.....de.....
.....

ÓRGÃO DELIBERATIVO

EM.....de.....de.....
.....

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município do Porto, nos termos do ponto 2.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e das resoluções do Tribunal de Contas nº 4/2001, com as alterações introduzidas pela resolução n.º 26/2013, e n.º 3/2016.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem três partes distintas:

- 8.1 - Caracterização da entidade;
- 8.2 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
- 8.3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Dando cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2015 e o Balanço Final de 2016.

8.1 – Caracterização da entidade

A informação de identificação e caracterização do Município do Porto consta dos documentos de prestação de contas.

8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1 – Derrogações ao POCAL

Um dos objetivos do POCAL é a prática de uma contabilidade pública que incorpore a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão ajustado ao carácter específico da sua atividade.

A contabilidade de custos, reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira ao permitir o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas de bens e serviços, facilitadora de um melhor controlo e gestão dos mesmos, tem sido objeto de uma melhoria contínua tendo em vista a sua plena implementação. Iniciou-se no final do ano de 2016, um estudo que permitirá materializar o preceituado pelo novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), no que respeita à contabilidade de gestão.

De relevar ainda, no âmbito deste ponto que o Município continua a reunir a informação necessária para dar cumprimento ao preconizado relativamente aos contratos de cedência do direito de superfície, que implicarão:

- A reclassificação desses ativos para a rubrica de Investimentos em imóveis, na medida em que não estão disponíveis para venda, considerando-se como tal, que esta conta abrange as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetas à atividade operacional da autarquia, nem sejam considerados bens do domínio público.
- No que concerne ao tratamento contabilístico de uma cedência do direito de superfície, o benefício gerado deverá ser reconhecido ao longo do período do contrato independentemente do momento do recebimento.

Neste âmbito, o SATAPOCAL emitiu um parecer em que, apoiando-se no disposto no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, esclarece que, pese embora este normativo legal estabeleça as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, não havendo regulação expressa sobre os bens afetos às autarquias locais que não se enquadrem nesta definição, o preconizado no diploma se adaptará igualmente ao património que não se enquadre na definição de bem de domínio público.

Foi possível durante este exercício, reconhecer na rubrica de investimentos financeiros, um investimento em imóveis no montante de 764.020 euros. Neste sentido, não se estima que estes registos tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Município do Porto.

Acrescente-se por fim que não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL que tenham efeitos na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados da autarquia.

8.2.2 – A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras.

8.2.3 – Os critérios valorimétricos aplicados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram os seguintes:

Bens de Domínio Público

- a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000 foi usado na avaliação dos bens imóveis o método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação. Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado, ao seu valor atual. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação;
- b) Para o imobilizado adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas (propriedade industrial e outros direitos) foram valorizadas ao custo de aquisição.

Imobilizações Corpóreas

- a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000:
 - a.1) A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou método de mercado (conforme o descrito na alínea a) para os Bens de Domínio Público);
 - a.2) Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico, e, na sua impossibilidade, o método utilizado foi o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com as mesmas características, e assim, reconhecer-lhes o mesmo valor. Nos bens móveis em relação aos quais se pode aplicar os dois métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado correspondente ao seu valor atual.
- b) Para o imobilizado corpóreo adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Processo de conciliação do cadastro de imobilizado e identificação de bens:

Na sequência da evolução do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, que não foi possível ainda concluir na totalidade, quando são identificados bens a considerar como inventariação inicial de ativos é seguida a metodologia acima descrita para imobilizado anterior a 2000, sendo o seu valor bruto registado por contrapartida da rubrica de património e as amortizações acumuladas registadas na rubrica de resultados transitados.

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito considera-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens e seguindo o já referido nesta nota.

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser objeto de uma grande reparação assumindo então o montante desta. Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, são identificados neste anexo e justificada essa impossibilidade na nota 8.2.14.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procedeu-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através da constituição de uma provisão pelo montante das diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior ao custo.

Amortizações

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série), pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2016 sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Em virtude do processo de implementação do sistema informático de inventário e cadastro patrimonial, o critério anteriormente exposto não pôde ser aplicado na sua plenitude às seguintes situações:

- a) Para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2000, as amortizações das rubricas Outras Construções e Infraestruturas e Edifícios foram calculadas de acordo com o valor final à data do exercício de 2001;
- b) Para os bens adquiridos após 1 de janeiro de 2001, nas rubricas Outras Construções e Infraestruturas e Edifícios, quando não foi possível a análise individual de alguns bens não inventariados foi aplicada a taxa mínima de acordo com o classificador CIBE.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil está previamente estipulado, a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção:

- a) Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado;
- b) Nos produtos acabados e intermédios foi utilizado o método do contrato terminado para a produção resultante da atividade dos viveiros municipais.

À data de balanço é efetuada uma análise às existências e caso existam situações de obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, ou outros fatores que levem a que o custo de aquisição ou o custo de produção seja superior ao preço de mercado, é registada uma provisão pelo montante dessa diferença.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida deve ser transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

Elencam-se como as principais situações que geram a necessidade de registo de provisões as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

1. As provisões para cobrança duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões são calculadas de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses

As dívidas em mora são objeto de acompanhamento e esforço de recuperação pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações.

Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

- a) Do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais.
- b) As cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

2. As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo município.

Acréscimos e Diferimentos

A autarquia regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimo de proveitos são registados os montantes de impostos (IMI e Derrama) e transferências (IRS) relativos ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros e outros proveitos que a cada data de balanço tenham igualmente sido já obtidos mas que não tenham ainda documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

Na rubrica de acréscimos de custos são registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es). Destacam-se neste âmbito os custos relativos a remunerações a liquidar, que compreendem a estimativa dos montantes relativos aos direitos adquiridos pelos trabalhadores relativamente a férias e subsídio de férias.

A rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes é essencialmente composta por subsídios/transferências para investimento recebidos pelo Município do Porto, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, são reconhecidos numa base sistemática na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

8.2.6 – Despesas de Instalação, investigação e de desenvolvimento

A rubrica associada às despesas de investigação e desenvolvimento revela, na sua totalidade, a aquisição de diversas licenças de software informático.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço, podem ser resumidos como segue:

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências	Doações e Transferências de/para Outras Entidades	Abates	Saldo Final
	€	€	€	€	€	€	€	€
De bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	5.475.670,17				1.449.474,53			6.925.144,70
Edifícios	12.665.963,61							12.665.963,61
Outras construções e infra estruturas	505.732.139,74		344.710,16		2.186.688,31			508.263.538,21
Bens do património histórico artístico e cultural	2.616.925,64	155.000,00	55.141,05			100.000,00		2.927.066,69
Outros bens de domínio público	65.345.396,24							65.345.396,24
Imobilizações em curso	5.077.721,18		2.340.676,44		-4.170.260,88			3.248.136,74
Adiantamentos por conta de bens de domínio público								
Sub-total	596.913.816,58	155.000,00	2.740.527,65	0,00	-534.098,04	100.000,00	0,00	599.375.246,19
De imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação								
Despesas de investigação e de desenvolvimento	609.924,19							609.924,19
Propriedade industrial e outros direitos	4.460.329,00		389.993,42					4.850.322,42
Imobilizações em curso								
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas								
Sub-total	5.070.253,19	0,00	389.993,42	0,00	0,00	0,00	0,00	5.460.246,61
De imobilizações corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	319.061.663,98	11.822.156,18	2.308.193,68	2.743.452,48	-265.199,71	2.620.000,00		332.803.361,65
Edifícios e outras construções	646.844.462,56	109.889,76	350.257,32	2.449.443,95	2.562.202,11	4.170.000,00	134.830,07	651.452.537,73
Equipamento básico	19.696.792,04		2.234.983,73	1.302,62		2.952,12	133.794,95	21.799.630,32
Equipamento de transporte	5.259.474,83		256.120,91				599.191,22	4.916.404,52
Ferramentas e utensílios	661.915,28		159.547,68				58.111,84	763.351,12
Equipamentos administrativo	21.221.847,17		602.112,88	639,38			1.049.278,48	20.774.042,19
Taras e vasilhame	2.031,52						2.031,52	
Outras imobilizações corpóreas	4.861.827,34		13.127,05	24,94			17.936,64	4.856.992,81
Imobilizações em curso	126.471.004,62		17.645.655,81		-2.526.924,36			141.589.736,07
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas								
Sub-total	1.144.081.019,34	11.932.045,94	23.569.999,06	5.194.863,37	-229.921,96	6.792.952,12	1.995.174,72	1.178.956.056,41
De investimentos financeiros								
Partes de capital	93.401.544,90			37.425,00				93.364.119,90
Obrigações e títulos de participação	6.715.506,65							6.715.506,65
Investimentos em imóveis	1.625.206,78				764.020,00			2.389.226,78
Outras aplicações financeiras	12.046.014,19							12.046.014,19
Sub-total	113.788.272,52	0,00	0,00	37.425,00	764.020,00	0,00	0,00	114.514.867,52
Total	1.859.853.361,63	12.087.045,94	26.700.520,13	5.232.288,37	0,00	6.892.952,12	1.995.174,72	1.898.306.416,73

Durante o exercício de 2016, a rubrica relativa a terrenos e recursos naturais de imobilizações corpóreas, registou um ajustamento no montante de 11.822.156 euros, o qual inclui o montante de 10.988.604 euros resultante do processo de conciliação de saldos contabilísticos de imobilizado face às correspondentes listagens do inventário inicial, realizado pela SIGHT, e não refletidos no balanço inicial.

Ainda neste âmbito, a rubrica de investimentos financeiros registou uma redução no montante de 37.425 euros, correspondentes ao valor nominal da alienação de 7.500 ações da PORTGAS – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. pelo montante de 828 000 euros. De igual modo, na rubrica investimentos em imóveis, deu-se continuidade ao reconhecimento dos contratos em cedência do direito de superfície no montante de 764.020 euros, por transferência da rubrica de imobilizações corpóreas.

Mapa das Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Abates, Alienações e Reduções	Regularizações	Saldo Final
	€	€	€	€	€
De bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios	6.204.542,96	606.824,40			6.811.367,36
Outras construções e infra estruturas	204.591.601,97	16.277.300,37			220.868.902,34
Bens do património histórico artístico e cultural	252.202,76	281.759,64			533.962,40
Outros bens de domínio público	32.492.464,67	3.210.703,68			35.703.168,35
Imobilizações em curso					
Adiantamentos por conta de bens de domínio público					
Subtotal	243.540.812,36	20.376.588,09	0,00	0,00	263.917.400,45
De imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação					
Despesas de investigação e de desenvolvimento	609.924,19				609.924,19
Propriedade industrial e outros direitos	3.810.254,15	228.911,09			4.039.165,24
Imobilizações em curso					
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas					
Subtotal	4.420.178,34	228.911,09	0,00	0,00	4.649.089,43
De imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	247.284.106,90	19.947.653,08	524.945,75		266.706.814,23
Equipamento básico	15.458.142,38	1.543.963,82	133.382,58		16.868.723,62
Equipamento de transporte	4.503.067,34	145.073,96	599.191,22		4.048.950,08
Ferramentas e utensílios	626.717,93	19.258,84	58.111,84		587.864,93
Equipamentos administrativo	20.448.640,85	621.306,90	1.049.911,48		20.020.036,27
Taras e vasilhame	2.031,52		2.031,52		
Outras imobilizações corpóreas	1.225.632,65	474.440,10	17.961,58		1.682.111,17
Imobilizações em curso					
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas					
Subtotal	289.548.339,57	22.751.696,70	2.385.535,97	0,00	309.914.500,30
De investimentos financeiros					
Partes de capital	461.824,00	9.414,50	8.919,00		462.319,50
Obrigações e títulos de participação					
Investimentos em imóveis	58.339,68	3.649,56			61.989,24
Outras aplicações financeiras:					
Outros títulos	871.555,47	294.368,75	189.787,08		976.137,14
Subtotal	1.391.719,15	307.432,81	198.706,08	0,00	1.500.445,88
Total	538.901.049,42	43.664.628,69	2.584.242,05	0,00	579.981.436,06

8.2.8 – Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações

O inventário do imobilizado não está concluído. Tendo em conta o volume da informação a tratar, têm sido analisadas contas específicas, trabalho este que permitiu encontrar o detalhe para os bens móveis, incorpóreos e bens de domínio público, no que respeita aos edifícios e outros bens, bem como para os terrenos e recursos naturais. Todavia, ainda não é possível apresentar a informação com o nível de descrição solicitado neste ponto. Nesta medida, a informação constante do mapa síntese dos bens inventariados a remeter ao Tribunal de Contas, inclui, por um lado, todos os bens inventariados até ao final do exercício de 2016, bem como, os restantes bens imóveis que constam, até esta data, das rubricas que ainda estão a ser objeto do processo de inventariação.

8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício

A semelhança do referido anteriormente no ponto 8.2.8, ainda não é possível discriminar detalhadamente todos os bens do imobilizado corpóreo e em curso, que se encontram em qualquer uma destas situações, na medida em que ainda não foi possível concluir, patrimonialmente, o inventário municipal.

8.2.13 – Bens utilizados em regime de locação financeira

Data do Contrato de Locação	Finalidade	Entidade Credora	Capital em dívida 31/12/2015 €	Encargo do Ano Amortização €	Capital em dívida 31/12/2016 €
29-07-99	Edifício dos CTT	Caixaleasing	5.654.531,42	598.708,08	5.055.823,34

8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

Durante o exercício de 2016, foram incorporados no inventário municipal, em Terrenos e Recursos Naturais, diversos bens do imobilizado para os quais não foi possível proceder-se à sua valorização patrimonial e cuja listagem encontra-se no livro dos documentos anexos ao presente relatório. Em termos gerais, a sua incorporação deve-se, fundamentalmente: *i)* ao registo cadastral dos bens cuja aquisição, por ser demasiada antiga, se desconhecia, *ii)* doações, *iii)* ofertas e, *iv)* cedências gratuitas (no âmbito de alvarás de loteamento). Para os bens discriminados, o seu registo deve-se ao facto de terem sido adquiridos/registados antes do ano de 2001, sem ter sido possível ainda a sua valorização. Todavia, depois de ocorrida a reconciliação patrimonial destes bens, os mesmos serão objeto de avaliação, se a mesma for exequível.

8.2.15 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Tipo de Bem	Valor	
	Aquisição €	Atualizado €
Outras Construções	42.285,82	49.553,62
Capital Arbóreo	301.353,02	341.295,68
Terrenos	4.272.722,84	6.925.144,70
Infraestruturas - Rede Águas	329.628,66	329.628,66
Outras Infraestruturas	7.998.493,67	8.472.468,45
Total	12.944.484,01	16.118.091,11

As razões que motivam a não amortização destes bens decorre da própria lei (CIBE - Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se num determinado Grupo Homogêneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização, ou ainda, atendendo à lei que determina que os bens classificados como parcelas de terreno do domínio público não sofrem qualquer amortização. No que respeita à rubrica de outras infraestruturas, o seu registo resulta, na sua maioria, de arranjos urbanísticos realizados nos espaços exteriores dos bairros municipais afetos à habitação social.

O valor atualizado reflete as movimentações/correções nomeadamente por efeitos de grandes reparações.

8.2.16 – Entidades Participadas

Denominação Social	N.P.C.	Cod. Jur.	Capital Próprio		Capital Social		Resultado Líquido		Participação do Município		
			€	€	€	Quantidade	€	Ano	€	Quantidade	%
Mercado Abastecedor Porto	501 958 630	SA	11.749.954,07	8.500.000,00	1.700.000	701.855,69	2016	1.147.500,00	433.500	25,5%	
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	504 076 574	SA	-31.205.218,00	112.500.000,00	22.500.000	-58.133.350,00	2015/2016	247.154,00	49.550	0,2%	
APOR - Agência para Modernização Porto, S.A.	504 136 267	SA	1.641.296,27	1.064.825,00	212.965	-195.184,26	2015	368.215,00	73.643	34,6%	
Águas do Norte, S.A.	513 606 084	SA	281.713.519,88	139.833.163,57	152.198.130	13.444.320,63	2015	2.781.220,00	2.781.220	1,8%	
Metro do Porto SA	503 278 602	SA	-2.412.452.164,00	7.500.000,00	1.500.000	-193.365.621,00	2015	5,00	1	0,0%	
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	505 111 780	SA	-25.994.024,00	11.000.000,00	2.200.000	-1.481.167,00	2007/2008	249.350,00	49.970	2,3%	
Gestão de Obras Públicas da CMP, EM	505 037 238	EM	1.303.223,68	500.000,00	500.000	1.350,97	2015	500.000,00	500.000	100,0%	
CMPH - DomusSocial - Emp. Hab. Man. Município Porto, EM	505 037 700	EM	922.954,64	500.000,00	500.000	24.909,03	2015	500.000,00	500.000	100,0%	
Porto Vivo, SKU - Soc. Reab. Urbana Baixa Portuense, S.A	506 866 432	SA	2.055.493,67	6.000.000,00	6.000	-1.826.040,87	2015	2.400.000,00	2.400	40,0%	
CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM	507 718 666	EM	118.729.603,75	80.000.000,00	80.000.000	6.296.992,51	2015	80.000.000,00		100,0%	
CMPPL - Emp. Desp. e Lazer do Município do Porto, EM	507 718 640	EM	2.681.766,69	2.200.000,00	4.400	52.513,31	2015	2.200.000,00	4.400	100,0%	
ADEPORTO - Agência de Energia do Porto	507 886 550	ASU	304.220,00	185.125,00		36.613,00	2015	70.625,00		34,8%	
Fundação Casa da Música	507 636 295	FSU	115.419.358,00	5.800.000,00		-366.454,00	2015	200.000,00		3,4%	
INEGI - Instituto Engenharia Mecânica Gestão Industrial	501 814 957	NS	8.391.237,52	3.217.610,00		88.886,16	2015	11.830,00		0,4%	
Associação Porto Digital	506 838 730	ASU	2.020.085,33	60.000,00		1.550.336,34	2015	1.950.000,00		33,3%	
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto	503 619 752	FSU	1.022.203,17	364.122,47		-590.540,06	2015	364.122,47		100,0%	
Fundação da Juventude	502 263 342	FSU	4.894.292,94	1.666.105,56		-340.431,72	2015	24.939,90		1,5%	
Fundação Portugal África	503 530 409	FCU	11.690.332,00	11.372.599,00		-380.382,00	2015	299.278,74		2,6%	
Fundação de Serralves	502 266 643	FSU	64.872.795,74	11.041.799,53		9.437,39	2015	49.879,79		0,5%	
Total								93.364.119,90			

Neste particular, importa esclarecer que no valor das participações do município não se encontram refletidos os seguintes ajustamentos contabilísticos, com efeitos na rubrica de investimentos financeiros: i) no Mercado Abastecedor do Porto, o valor contabilístico da participação está registado ao custo de aquisição cujo valor ascende a 1.147.500 euros.

Por outro lado, o Município do Porto deliberou em 2015 o aumento da sua participação financeira na Associação Porto Digital (APD) no montante de 1.950.000 euros, em consequência da criação de uma quota única suplementar no capital social da APD. De acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo n.º 26º dos estatutos da APD, em caso de dissolução, o património remanescente será dividido pelos associados fundadores e associados efetivos, numa forma diretamente proporcional ao somatório das verbas transferidas pelos seus associados. Para o cálculo destes montantes consideram as jóias,

quotas, transferências efetuadas ao abrigo de protocolos e transferências efetuados no âmbito de pagamento de serviços.

8.2.18 – Outras aplicações financeiras

Natureza	Entidades	Quantidade	Participação	
			Valor Nominal	Valor Mercado
			€	€
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto Novo	BANIF	22.029	2.076.067,19	1.228.832,69
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto D'Ouro	C.G.D	8.400	8.400.000,00	8.436.211,56
Fundo de Investimento Imobiliário - Invesurb	FUNDBOX	1.621	1.569.947,00	1.441.044,36
Credores das Administrações Públicas - FAM	FAM	6.715.507	6.715.506,65	N.A.
Total			18.761.520,84	11.106.088,61

O Fundo de Investimento Imobiliário - Porto Novo, face à deliberação de novembro de 2015, encontra-se em liquidação. No entanto este facto não tem qualquer impacto nas demonstrações financeiras uma vez que seu valor de mercado decorre da valorização das unidades de participação a 31 de dezembro de 2016, cabendo ao Município receber o montante da sua liquidação no prazo de doze meses.

No âmbito do aumento de capital do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Invesurb, de modo a dotar o fundo de liquidez necessária, foram adquiridas pelo Município, quatro parcelas de terreno no Gaveto das ruas da Quinta e Diogo Botelho Porto.

Este fundo imobiliário, após aumento de capital, é detido pela ME Real Estate - Mota-Engil Real Estate Portugal, SA, com 26,93% da totalidade do fundo, pelo empresário António Oliveira também com 26,93%, assim como pela Rio Forte Investments S.A., com 15,88% e pela Cimenta – Empreendimentos Imobiliários, S.A., com 8,35%. O Município do Porto detêm uma participação de 21,91% do Fundo Invesurb.

8.2.22 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
	€	€	€	€
Cobranças em atraso e litígio	11.115.231,80	376.468,75	2.148.158,42	9.343.542,13
Impostos Indiretos	3.366.934,73	9.553,31	47.498,92	3.328.989,12
Taxas	279.862,97	26.402,80	4.461,65	301.804,12
Rendas e Alugueres	1.090.688,18	206.067,66	226.551,94	1.070.203,90
Prestação de Serviços	5.987.851,09	129.673,41	1.855.807,05	4.261.717,45
Outras Cobranças Duvidosas	389.894,83	4.771,57	13.838,86	380.827,54
Total	11.115.231,80	376.468,75	2.148.158,42	9.343.542,13

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquidada e não cobrada, em mora há mais de seis meses, incluindo a que já foi transferida para execução fiscal.

O montante em dívida classificada com risco de cobrança, ou seja, sem garantia associada, que se encontra a ser acompanhada pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações, e que tem como referência as dívidas de terceiros até 31/12/2012, ascende a 8.327.667 euros. Este valor inclui também, o montante das dívidas relativas aos montantes que, nos termos do art. 272º do Código do Processo e Procedimento Tributário (CPPT), foram declarados em falhas e cujo valor global ascende a 1.722.033 euros.

A rubrica de cobranças em atraso e litígio espelha uma diminuição de 2.148.158 euros que inclui a anulação de 1.599.803 euros de dívidas em execução fiscal relativas ao não pagamento dos serviços de recolha, tratamento e depósito de resíduos sólidos urbanos no período compreendido entre 1997 e 2006, na medida em que foram declaradas prescritas conforme proposta submetida à aprovação da Assembleia Municipal e nos termos do artigo 48.º da Lei Geral Tributária.

De referir que o montante de dívidas de cobrança duvidosa em mora há mais de seis meses e até doze meses se encontra provisionado numa percentagem de 50% tal como definido no POCAL. Relativamente à dívida remanescente classificada com risco de cobrança, vencida até 31 de dezembro de 2015, encontra-se constituída uma provisão correspondente ao montante total destes saldos.

8.2.26 – Contas de Ordem

Código e Designação das Contas	Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo p/ Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
	€	€	€	€	€	€
0932 Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	33.661.817,72		4.288.556,05	2.253,09	37.948.120,68	
09321 Prestadas por Fornecedores de c/c	32.193.868,87		2.969.640,41		35.163.509,28	
09322 Prestadas por Fornecedores de imobilizado	900.368,05		1.302.548,95		2.202.917,00	
09323 Prestadas por outros credores	567.580,80		16.366,69	2.253,09	581.694,40	
0933 Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				4.095.724,02		4.095.724,02
09331 Devolvidas a Fornecedores de c/c				3.745.351,33		3.745.351,33
09332 Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				343.506,00		343.506,00
09333 Devolvidas a Outros Credores				6.866,69		6.866,69
0934 Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas				2.543,83		2.543,83
09341 Acionadas a Fornecedores de c/c				343,83		343,83
09342 Acionistas a Fornecedores de Imobilizado						
09343 Acionistas a Outros Credores				2.200,00		2.200,00
Total	33.661.817,72		4.288.556,05	4.100.520,94	33.849.852,83	

Esta nota diz respeito aos depósitos de garantia e caução, apresentados por fornecedores e empreiteiros, cuja movimentação se efetua em contas de ordem.

O movimento a débito corresponde às garantias e cauções prestadas no ano e o movimento a crédito corresponde, essencialmente, às devoluções realizadas no mesmo período.

8.2.27 – Provisões Acumuladas

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
	€	€	€	€
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria	0	0	0	0
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	12.720.794,70	982.497,97	1.819.181,84	11.884.110,83
292 Provisões para Riscos e Encargos	40.445.332,40	4.524.344,13	1.692.243,51	43.277.433,02
39 Provisões para Depreciação de Existências	0	0	0	0
49 Provisões para Investimentos Financeiros	1.333.379,47	303.783,25	198.706,08	1.438.456,64
Total	54.499.506,57	5.810.625,35	3.710.131,43	56.600.000,49

Ao nível das provisões, destaca-se o reforço das provisões para cobranças duvidosas no montante de 982.498 euros, com destaque para a provisão relativa aos débitos da empresa municipal Porto Lazer, EM associados à regularização a favor do Município do IVA pago em excesso nos anos de 2010 e 2011, no montante de 802.575 euros (ver nota 8.2.33), bem como o reforço das provisões para riscos e encargos no montante de 4.524.344 euros, justificado pelos processos judiciais em curso no valor de 3.495.763 euros.

De realçar ainda a constituição de uma provisão para outros riscos e encargos no montante de 1.028.581 euros, fundamentada pelo estudo atuarial realizado por um perito independente, que permitiu apurar uma estimativa do valor atual dos encargos do Município com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, em virtude da obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988 (ver nota 8.2.33).

8.2.28 – Fundo Patrimonial

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
	€	€	€	€
51 Património	966.866.824,39	12.087.045,94		978.953.870,33
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	336.781,31			336.781,31
553 Outras variações nos capitais em empresas	458.117,31			458.117,31
554 Depreciações	-121.336,00			-121.336,00
57 Reservas	155.978.315,67	7.351.515,67		163.329.831,34
571 Reservas legais	8.241.647,88	458.563,55		8.700.211,43
575 Subsídios	101.455,96			101.455,96
576 Doações	10.339.541,95	6.892.952,12		17.232.494,07
577 Reservas decorrentes da transferência de ativos	77.068.558,16			77.068.558,16
578 Regularizações Entidades Participadas	60.227.111,72			60.227.111,72
59 Resultados transitados	57.120.296,75	9.171.270,99	458.563,55	65.833.004,19
Total	1.180.302.218,12	28.609.832,60	458.563,55	1.208.453.487,17

Relativamente aos movimentos incorridos no exercício de 2016 em cada uma das contas da classe 5 temos:

Património

A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

Neste particular, registou-se um aumento de 12.087.046 euros, o qual inclui o montante de 10.988.604 euros resultante do processo de conciliação de saldos contabilísticos de imobilizado face às correspondentes listagens do inventário inicial, realizado pela SIGHT, e não refletidos no balanço inicial. Os restantes 1.098.442 euros, correspondem ao registo de bens associados a diversas parcelas de terrenos e prédios municipais que, no momento da sua avaliação, cedência ou venda, não tinham sido objeto de inventariação ao nível do balanço inicial.

Ajustamentos em partes de capital e empresas

Nesta rubrica encontram-se registadas as diferenças de ajustamentos de partes de capital associada à conta 411 – Investimentos Financeiros.

Reservas

Estas contas encontram-se desagregadas ao nível do balanço, consoante a natureza das mesmas, designadamente:

571- Reservas legais - O aumento diz respeito ao cumprimento, quanto à aplicação do resultado líquido de 2015, aprovado em assembleia municipal conforme proposta apresentada pelo executivo, do ponto 2.7.3.5 do POCAL, o qual exige a aplicação no mínimo de 5% do resultado líquido de cada exercício como reforço anual das reservas legais.

576 – Doações – Nesta rubrica, registou-se um incremento de 6.892.952 euros que resulta essencialmente pela integração do património da extinta Assembleia Distrital do Porto, nos termos do Despacho nº 2386/2015, de 9 de março. Ao abrigo do nº 2 do artigo 3º da Lei nº 36/2014, de 26 de junho, a Assembleia Distrital do Porto afetou a universalidade dos bens ao Município do Porto, no valor de 6.790.000 euros.

Resultados transitados

O movimento ocorrido em 2016 na rubrica de resultados transitados resultou da aplicação do resultado líquido proveniente do exercício anterior, na parte remanescente ao reforço das reservas legais, conforme já referido, no valor de 8.712.707 euros.

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
	€	€
Existências iniciais (1)	20.099,49	738.057,86
Compras (2)		1.326.697,36
Regularização de existências (3)		-9.116,33
Existências finais (4)	20.099,49	699.288,95
Custos no exercício (5) = (1) + (2) + (3) - (4)	0,00	1.356.349,94

O saldo das existências foi obtido através do sistema de inventário permanente implementado desde 2009. Atendendo às especificidades inerentes à implementação deste sistema, e, como complemento do trabalho final de Inventário Geral Anual de 2016, procederam-se a movimentos de regularizações de existências.

8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
	€	€	€
Existências finais (1)	288.475,24	0	0
Regularização de existências (2)		0	0
Existências iniciais (3)	342.998,45	0	0
Aumento/redução no exercício (4) = (1) + (2) - (3)	-54.523,21	0	0

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados	3.943.795,63	1.371.357,60	781	Juros obtidos	80.856,85	204.523,59
682	Perdas em entidades participadas		499,00	782	Ganhos em entidades participadas	153.000,00	286.670,61
683	Amortizações de investimentos em imóveis	3.649,56	304,13	783	Rendimentos de imóveis	8.873.139,18	6.427.966,29
684	Provisões para aplicações financeiras	303.783,25	439.399,00	784	Rendimentos de participações de capital	2.000.000,00	526.428,83
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
688	Outros custos e perdas financeiros	25.471,88	45.924,62	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Resultados Financeiros	6.830.295,71	5.588.104,97				
Total		11.106.996,03	7.445.589,32			11.106.996,03	7.445.589,32

O acréscimo do montante de juros suportados que se registou em 2016, deveu-se, fundamentalmente, ao pagamento dos juros e outros encargos por força das condições contratuais de amortização antecipada dos empréstimos de médio e longo prazo, no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Governo de Portugal e o Município do Porto (Acordo do Porto).

Em relação aos proveitos com rendimentos de imóveis, os montantes referem-se essencialmente à concessão à EDP Distribuição do exercício dos direitos e poderes do Município do Porto na gestão do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. A concessão confere ao Município o direito a uma renda e à EDP Distribuição o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de domínio público municipal, as quais são determinadas por portaria ministerial.

O período de concessão renovou-se em 22 de Dezembro de 2006 e tem a duração de 20 anos, nos termos do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de Outubro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016 o montante do ativo afeto à concessão não se encontra refletido no ativo imobilizado do Município do Porto.

A variação positiva verificada nos rendimentos em imóveis decorre da renda e da receita associada à concessão de gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública na cidade do Porto.

O recebimento de 8.000.000 de euros, em 2016, respeitante ao período da concessão, de 12 anos, foi reconhecido em proveitos diferidos, à luz do princípio do acréscimo. A parte restante, será, em cada ano económico, imputada a resultados do exercício, numa base temporal.

Relativamente aos 2.000.000 euros que constam da conta 784 - Rendimentos de participação de capital, decorrem da distribuição de dividendos pela empresa Municipal Águas do Porto, EM.

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2016	2015			2016	2015
		€	€			€	€
691	Transferências de capital concedidas	2.354.316,30	2.358.402,95	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		138.208,40
693	Perdas em Existências	10.029,77	26.221,16	793	Ganhos em existências	3.613,92	12.476,64
694	Perdas em imobilizações	1.351.121,14	472.877,11	794	Ganhos em imobilizações	1.446.354,28	50.352,67
695	Multas e Penalidades	14.335,68	1.495,75	795	Benefícios de penalidades contratuais	3.075.699,66	776.661,05
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões	2.074.525,84	9.094.176,89
697	Correções relativas a exercícios anteriores	2.198.391,34	2.821.927,17	797	Correções relativas a exercícios anteriores	5.832.495,89	5.171.052,65
698	Outros custos e perdas extraordinários	230.985,30	633.972,47	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	8.865.109,84	9.046.226,45
	Resultados extraordinários	15.138.619,90	17.997.139,37	799	Reembolsos e Restituições		22.881,23
	Total	21.297.799,43	24.312.035,98		Total	21.297.799,43	24.312.035,98

8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes

1. De acordo com o disposto na alínea c) do n.º2 do art.º 63º do Decreto-Lei n.º 498/72 de 9 de dezembro, o Município do Porto e respetivos serviços municipalizados passaram a ser responsáveis pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, pelo que, face à responsabilidade do pagamento das pensões dos seus funcionários, reteve, como contrapartida, os respetivos descontos. Com a entrada em vigor do art.º 56º da Lei n.º 114/88 de 30 de dezembro, a responsabilidade do pagamento das pensões dos funcionários que se aposentassem a partir de 1 de janeiro de 1989 passou a pertencer àquela entidade.

Por este motivo, subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

Neste âmbito, à semelhança do ano anterior, foi realizado um novo estudo atuarial por um perito atuário, autónomo e independente, que teve como objetivo facultar aos órgãos de gestão do Município do Porto, uma avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego, subordinado às responsabilidades e custos associados ao pagamento destas pensões, permitindo deste modo, a atualização da provisão que reflita o seguinte valor atuarial das responsabilidades:

Descrição	2016	2015
	€	€
Pensionistas:	11.904.417,32	12.539.455,47
Responsabilidade atuarial com pensionistas Decreto Lei n.º 503/99	1.165.673,36	817.156,94
Responsabilidade atuarial com pensionistas sobrevivência	203.874,85	
Responsabilidade atuarial com pensionistas	10.534.869,11	11.722.298,53
Ativos:	455.322,12	427.308,68
Valor atual das quotas em dívida	455.322,12	427.308,68
	12.359.739,44	12.966.764,15

Apresenta-se, seguidamente, um quadro que reúne as estatísticas descritivas da população de base analisada neste estudo e que ajudam a uma melhor compreensão dos resultados obtidos:

Estatísticas da População de Ativos	Número Total	Idade			Quota Média em Dívida (€)	Quota em Dívida (€)
		Mínima	Média	Máxima		
Total Ativos:	874	43	57,79	88	584,32	510.697,59
Idade menor a 66 anos	811	43	56,83	65	583,04	472.845,68
Idade maior ou igual a 66 anos	63	66	70,16	88	600,82	37.851,91

Estatísticas da População de Pensionistas	Número Total	Idade			Pensão Média Anual (€)	Total Pensões Anual (€)
		Mínima	Média	Máxima		
Total Pensionistas:	188	30	79,60	101	7.879,46	1.481.338,18
Pensionistas DL n.º 503/99	33	35	57,18	67	1.336,30	44.097,76
Pensionistas Sobrevivência	2	30	34,50	39	2.581,46	5.162,92
Pensionistas	153	58	85,03	101	9.359,98	1.432.077,50

Neste seguimento, importa ainda expor os pressupostos que foram considerados nesta avaliação, relativos ao cenário de financiamento, designadamente:

Descrição	Cenário Financiamento
Tabelas:	
Tabelas de Mortalidade Ativos	GRF95_90 100,00%
Tabelas de Mortalidade Pensionistas	TV88_90 100,00%
Taxas:	
Taxa de Desconto Ativos	1,20%
Taxa de Desconto Pensionistas	1,20%
Taxa de Crescimento das Pensões	0,50%
Dados Gerais:	
Idade Normal da Reforma	66
Percentagem de Casados	85,00%
Percentagem de Reversibilidade	60,00%
Idade do Cônjuge	Mulher 3 anos mais nova
Número de Pagamentos do Benefício	14

Por último, em virtude dos resultados obtidos neste estudo atuarial, foram realizados os seguintes ajustamentos contabilísticos que confluíram para a posição da responsabilidade do Município a 31 de dezembro de 2016:

Provisões para Riscos e Encargos	2016	2015
	€	€
Responsabilidade atuarial a 1 de janeiro	12.966.764,15	13.731.213,39
Pensionistas	12.539.455,47	13.313.044,32
Ativos	427.308,68	418.169,07
Ajustamentos do exercício	-607.024,71	-764.449,24
Custos com o pagamento de pensões	-1.635.605,59	
Acerto na estimativa associada aos custos com pensões	1.028.580,88	-764.449,24
Responsabilidade atuarial a 31 de dezembro	12.359.739,44	12.966.764,15

2. No âmbito do projeto de otimização de IVA foram emitidos por parte das empresas municipais, GOP, EM e DomusSocial, EM pedidos de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), solicitando a regularização a seu favor do IVA pago em excesso nos anos 2010 e 2011. Em concreto, estas empresas emitiram notas de crédito no montante de 283.882 euros e 1.456.552 euros, respetivamente, corrigindo/anulando o IVA liquidado em excesso nas faturas inicialmente emitidas, constituindo as mesmas, nesta data, dívida ao Município do Porto. Em virtude da decisão desfavorável do Tribunal Arbitral que julgou a ação improcedente, o Município interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, com fundamento em Oposição de Acórdãos. Consequentemente, foi registada uma provisão pelo montante total dos débitos.

De igual modo, constituiu-se em 2016, uma provisão no montante de 802.575 euros para fazer face às notas de crédito emitidas em 2016 pela empresa municipal Porto Lazer, EM.

3. Nos termos do número 2 do Artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de Dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais. Neste sentido, a Autoridade Tributária e Aduaneira mantêm a divulgação no portal das finanças dos valores em dívida referentes ao Município do Porto, à data de 31 de dezembro de 2015, não tendo procedido a qualquer atualização. Os montantes em causa não integram as demonstrações financeiras, sendo relevantes para efeitos de gestão a divulgação dos seus montantes:

Imposto	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda)
	2015
	€
Contribuição Autárquica (CA)	607.590,39
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	7.411.785,86
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	5.337.769,15
Imposto Único de Circulação (IUC)	1.563.756,77
SISA	14.479.460,16
Total	29.400.362,33

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo do Município do Porto na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

4. Divulgação dos processos judiciais em curso sem provisão

O Município do Porto, suportado na informação prestada pela Direção Municipal de Serviços Jurídicos (DMSJ) e na análise efetuada aos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso (ver nota 8.2.27).

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município do Porto. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários, autoridades administrativas, fiscais ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pelo DMSJ, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

5. Em 31 de julho de 2015, foi celebrado, entre o Estado Português e o Município do Porto, um memorando de entendimento que pretendeu enquadrar e decidir um conjunto de ações judiciais que se encontravam pendentes com o Estado Português e ou algumas das empresas por ele detidas, que visava, essencialmente, pôr termo à ação judicial referente à titularidade dos imóveis do perímetro do Aeroporto do Porto, mediante transação judicial ou extrajudicial, através da qual seria reconhecido o direito de propriedade do Estado Português sobre a totalidade dos terrenos situados no perímetro aeroportuário, autorizando e promovendo o Município do Porto o cancelamento dos registos existentes a seu favor e a

inscrição a favor do Estado ou de entidade por esta designada. Como resultado deste memorando de entendimento, o Estado Português comprometeu-se a proceder ao pagamento de uma compensação e ou a assumir a responsabilidade pela dívida financeira do Município do Porto de 35.891.875 euros.

Durante o exercício de 2016, verificou-se o pagamento por parte do Estado Português de 28.700.000 euros para ressarcimento ao Município do Porto pelo investimento realizado na construção de infraestruturas aeroportuárias e aquisição de imóveis. Está por regularizar a importância de 7.191.875 euros por parte do Estado Português.

Por sua vez, o Município do Porto para dar cumprimento ao compromisso de redução do seu endividamento no montante de 29.891.875 euros, procedeu à amortização total de cinco empréstimos, no valor global de 30.741.025 euros.

Mantêm-se em análise a forma de concretização do recebimento das importâncias relativas à STCP, as quais, por sua vez conduzirão ao pagamento à Metro do Porto.

Foi lançado em 2016 o concurso de conceção para a elaboração do projeto de execução do Terminal Intermodal de Campanhã, estando previsto o início das obras para o ano 2018.

6. A 11 de dezembro de 2015 foi assinado o contrato com a Eporto-Estacionamento Públicos do Porto, S.A., cujo objeto principal visa a gestão, exploração, manutenção e fiscalização quanto às contraordenações previstas no artigo 71.º do Código da Estrada, em regime de concessão de serviço público, dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública da cidade do Porto, pelo prazo de 12 anos.

Conforme já referido no ponto 8.2.31, o recebimento de 8.000.000 de euros, em 2016, respeitante ao período da concessão, foi reconhecido em proveitos diferidos, à luz do princípio do acréscimo. A parte restante, será em cada ano económico, imputada a resultados do exercício, numa base temporal.

7. Foi celebrado a 2 de Janeiro de 2017 o Contrato Interadministrativo entre a AMP e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Maia, Matosinhos, Gondomar e Valongo que estabelece: as regras de exercício pela AMP, e partilha pelos municípios outorgantes, das competências de planeamento, exploração, investimento e financiamento que lhe são delegadas pelo Estado enquanto autoridade de transporte do serviço público de transporte de passageiros explorado pela STCP na área geográfica dos Municípios outorgantes; a criação junto da AMP de uma unidade técnica de apoio à gestão; as regras de repartição, entre os Municípios outorgantes, dos encargos associados ao pagamento das compensações financeiras devidas por obrigações de serviço público («OSP»). Os montantes em causa não têm qualquer impacto nas demonstrações financeiras de 2016.

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente: modificações do orçamento da receita, modificações do orçamento da despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.

RELATÓRIO DE GESTÃO. 2016



Certificação Legal de Contas



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Burgo – Avenida da Boavista, 1837 – 16º Andar
4100-133 Porto
Portugal
+351 22 010 23 00 / www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município do Porto** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.496.903.566 euros e um total de fundos próprios de 1.215.675.875 euros, incluindo um resultado líquido de 7.222.388 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 206.781.960 euros de despesa paga e um total de 272.815.922 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo das demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Município do Porto** em 31 de Dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Bases para a opinião com reservas

À semelhança do verificado em anos anteriores, no âmbito do processo em curso de inventariação e valorização do seu imobilizado, e apesar dos esforços que têm sido desenvolvidos pelo Município do Porto, continua a não ser possível executar os procedimentos que consideramos adequados no tocante à inventariação e valorização dos bens que incorporam as imobilizações corpóreas e os bens de domínio público da Entidade. A fase de acabamento em que o processo de análise se encontra não nos permite avaliar o impacto que a conclusão do mesmo originaria nas demonstrações financeiras do Município do Porto com referência a 31 de Dezembro de 2016 e, assim, concluir sobre a razoabilidade dos saldos evidenciados nas contas bens de domínio público, imobilizações corpóreas, amortizações do exercício e acumuladas, património, subsídios, doações, resultados transitados, bem como dos montantes de 127.616.557 euros (2015: 131.729.132 euros), 1.351.121 euros (2015: 472.877 euros) e 1.446.354 euros (2015: 50.353 euros) incluídos nas contas proveitos diferidos, custos e perdas extraordinárias, proveitos e ganhos extraordinários (pelo reconhecimento da quota parte dos subsídios ao investimento, abates e vendas de imobilizações), respectivamente, bem como sobre os valores evidenciados nas notas 8.2.7, 8.2.8, 8.2.12, 8.2.14, 8.2.15, 8.2.28 e 8.2.32 do anexo.



A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Porto, 10 de Abril de 2017

A handwritten signature in blue ink, reading 'Adelaide Maria Viegas Clare Neves', written over a horizontal line.

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Adelaide Maria Viegas Clare Neves (ROC n.º 862)

